



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**CABO NORTE: militarização e insubordinação em uma fronteira em disputa
(1809-1840)**

MARIA IZETH BRAGA BELTRÃO

Foz do Iguaçu

2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**CABO NORTE: militarização e insubordinação em uma fronteira em disputa
(1809-1840)**

MARIA IZETH BRAGA BELTRÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani.

Foz do Iguaçu

2022

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B453

Beltrão, Maria Izeth Braga.

Cabo Norte: militarização e insubordinação em uma fronteira em disputa (1809-1840) / Maria Izeth Braga
Beltrão. - Foz do Iguaçu, 2022.
141f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano
de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-graduação em História. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Rodrigo Faustinoni Bonciani.

Coorientador: Carlos Augusto de Castro Bastos.

1. Cabo-Norte. 2. Políticas de controle. 3. Cabanagem. 4. Fronteira Franco-Brasileira. 5. Militarização. I.
Bonciani, Rodrigo Faustinoni. II. Bastos, Carlos Augusto de Castro. III. Título.

CDU 341.61(44:81)(091)

Maria Izeth Braga Beltrão

**CABO NORTE: militarização e insubordinação em uma fronteira em disputa
(1809-1840)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani
UNILA

Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos
UNILA

Prof. Dr. André Roberto de Arruda Machado
UNIFESP

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos
UFPA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar a escrita deste trabalho ouvi alguém dizer que este seria um momento solitário. Realmente, foi necessário abrir mão de estar com familiares e amigos para que esta dissertação pudesse ser concluída. Todavia, gostaria de deixar aqui registrado minha gratidão a Deus que ao longo de todo esse processo nunca me deixou só, e me deu forças para continuar quando a pandemia de Covid-19 levou pessoas queridas.

Agradeço a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a construção desta dissertação. Entre os quais está Rodrigo Bonciani que aceitou orientar-me nessa árdua e gratificante jornada. Ao meu coorientador, Carlos Bastos, por ter compartilhado fontes documentais de seu arquivo pessoal, sem as quais seria difícil prosseguir com a pesquisa, visto o contexto pandêmico no qual o acesso aos arquivos foi impossibilitado. Aos professores do programa de mestrado em História da Unila pelo conhecimento compartilhado. Aos professores André Machado e Pedro Afonso pelas preciosas contribuições durante a Banca de Qualificação. Aos colegas de turma, em especial a Ester Araújo e Carol Silva, pela parceria no período em que estivemos em Foz do Iguaçu, bem como a secretária do PPGHIS, Yulla, que se mostrou sempre solícita.

Aos amigos do Defin, Proplan e Progep da Unifap pelo constante apoio. São muitos, mas para não correr o risco de esquecer alguém gostaria de mencionar aqui apenas o nome do Rusivel e Maria Carolina que foram essenciais para que eu pudesse ser liberada do trabalho e conseguisse cursar o mestrado em outro estado e, após o retorno, prosseguisse com a pesquisa. Ao Programa de Incentivo Educacional dos Técnicos Administrativos desta instituição pelo apoio financeiro no último ano de curso. À professora Cecília Bastos, também da Unifap, que desde a graduação sempre me incentivou a continuar estudando. À Aldilene por me acolher em sua casa quando estive em Belém em busca de fontes documentais.

Agradeço muito à minha mãe, irmã e cunhado, por compreenderem a ausência, mesmo estando por vezes dentro da mesma casa, especialmente à minha sobrinha Roberta, uma criança que queria a atenção de sua tia, mas que nos momentos de escrita não era possível. Assim como aos amigos Alan e Helaine, Micarla e Ricardo (e as crianças, sobrinhos do coração), Lidiany, com quem dividia as conquistas e dificuldades vivenciadas durante os mais de dois anos em que estive envolvida com atividades do mestrado.

Sou grata também aos amigos Patrícia Cunha, Cláudia Aline e Josué Calebe que, mesmo estando em outros estados, em alguns momentos se fizeram presente ao perguntar sobre o andamento do trabalho.

RESUMO

Desde o período colonial a região fronteira do Cabo Norte (que corresponde aproximadamente ao atual Estado do Amapá), com a Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França na América) esteve envolta em constantes disputas territoriais entre Brasil e França, ao mesmo tempo em que se tornou espaço de constantes fugas e interações sociais entre sujeitos que por ela transitavam, de modo que para garantir a sua posse, as autoridades portuguesas, posteriormente as brasileiras, recorreram à militarização. No século XIX, especialmente após a eclosão da Cabanagem na província do Grão-Pará os recrutamentos aumentaram, e nessa área de fronteira mais ainda, em virtude da instalação de um posto militar francês no território em litígio, e também por causa do grande fluxo de fugitivos, envolvidos direta e indiretamente nesse movimento, que passaram a buscar abrigo junto aos franceses. Assim, este trabalho busca analisar medidas de controle e segurança adotadas para conter as ameaças de soberania, envolvendo tensões entre portugueses / brasileiros e franceses, bem como para gerir práticas sociais locais, visando o controle sobre sujeitos que se estabeleceram na região do Cabo Norte.

Palavras-chave: Cabo Norte. Políticas de controle. Cabanagem. Fronteira Franco-Brasileira. Militarização.

ABSTRACT

Since the colonial period, the border region between North Cape (which corresponds roughly to the current state of Amapá) and French Guiana (Overseas Department of France in America) has been involved in constant territorial conflicts between Brazil and France, at the same time that it became a space of ongoing escapes and social interactions between individuals that passed through it. So that to ensure its possession, the Portuguese authorities, later the Brazilian authorities, resorted to militarization. In the 19th century, especially after the outbreak of the Cabanagem insurgency in the province of Grão-Pará, recruitment increased, and in this bordering area even more so due to the installation of a French military post in the disputed territory. And also because of the great flow of fugitives, directly and indirectly involved in the Cabanagem fights, who began to seek shelter among the French. Thus, this dissertation aims to analyze control and security measures adopted to contain sovereignty threats, involving tensions between Portuguese/Brazilians and French, as well as to manage local social practices, in an effort to control subjects who settled in the North Cape region.

Keywords: North Cape. Control policies. Cabanagem. French-Brazilian border. Militarization.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa do Grão-Pará em 1839.	56
Imagem 2: Mapa do território do Cabo Norte em disputa pelo Brasil e França no século XIX.	57
Imagem 3: Mapa do posto instalado no lago Amapá em 1836	74
Imagem 4: Mapa da localização da ilha do Bailique.	86
Imagem 5: Mapa da localização da vila de Macapá	101

LISTA DE ABREVIATURAS

AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
ANOM	Archives Nationales d'Outre-Mer
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BDLB	Biblioteca Digital Luso-Brasileira
BND	Biblioteca Nacional Digital
MANIOC	Bibliothèque Numerique Caraïbe Amazonie Plateau des Guyanes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: UM LEGADO COLONIAL: INDEFINIÇÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIAIS NO EXTREMO NORTE	17
1.1 – Colonização das terras do Cabo Norte.....	18
1.2 – A tomada de Caiena pelos portugueses	23
1.3 – Lutas e embates em torno da Independência.....	26
1.3.1 – A província do Grão-Pará dividida por diferentes projetos de futuro.....	30
1.3.2 – As terras do Cabo Norte no contexto das lutas pela Independência.	34
CAPÍTULO 2: A CABANAGEM E AS TERRAS DO CABO NORTE	42
2.1 – Interiorização da Cabanagem na província do Grão-Pará.....	43
2.1.1 – Insurgentes em meio aos rios e matas da Amazônia.....	50
2.2 – Revoltosos nas terras do Cabo Norte e as medidas para tentar contê-los.	57
2.2.1 – O cotidiano da fronteira alterado pela guerra.....	66
2.3 – Franceses em “território brasileiro”: instalação de um posto militar francês no Amapá.	73
2.3.1 – Para além da expansão territorial.....	80
CAPÍTULO 3: UMA FRONTEIRA INSUBORDINADA NO EXTREMO NORTE	86
3.1 – No caminho da fronteira: Destacamento militar do Bailique.	87
3.1.1 – A insubordinação de soldados na ilha do Bailique.	93
3.2 – A “ordem” posta em perigo: sedição militar na vila de Macapá.	101
3.2.1 – Gente insubordinada na “malfadada vila” de Macapá.....	106
3.3 – O “novo” governo e a velha realidade.	117
3.3.1 – A região fronteiriça após os casos de insubordinação em 1839.	123
3.3.2 – Uma colônia militar no Araguari.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
FONTES MANUSCRITAS	137
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Desde o período colonial, o território denominado de Cabo Norte, localizado entre o rio Amazonas e o rio Oiapoque ou Vicent Pinzon (TRATADO DE UTRECHT, Art. VIII, p. 8)¹, esteve marcado por disputas territoriais e, para garantir que essas terras continuassem pertencendo a Portugal e posteriormente ao Brasil, as autoridades governamentais recorreram a uma paulatina militarização. No início do século XIX, após a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, essa militarização estendeu-se à Guiana Francesa por meio da tomada de Caiena, que esteve sob domínio português entre os anos de 1809 e 1817. Na década de 1830, especialmente após a eclosão da Cabanagem na província do Grão-Pará e a instalação de um posto militar francês no território em litígio entre Brasil e França, os recrutamentos se intensificaram e impactaram nas condições de vida dos sujeitos que viviam nessa região de fronteira.

Essa pesquisa, portanto, compreende as terras do Cabo Norte e seu território fronteiriço com a Guiana Francesa. A análise se deterá nos embates, conflitos e contatos ocorridos no território aquém do rio Oiapoque, tendo em vista o imbróglio diplomático envolvendo essas terras, dando ênfase às políticas de controle e segurança adotadas para defesa e gestão dessa região e dos sujeitos que nela se estabeleceram, tendo em vista que a partir de transformações políticas mais amplas, ocorridas entre 1809 e 1840, as medidas de controle desse espaço sofreram modificações, ao mesmo tempo em que houve a continuidade de certas práticas sociais construídas pelos sujeitos locais.

A partir desse recorte espaço-temporal se buscará compreender as medidas utilizadas pelas autoridades governamentais para garantir a defesa dessa zona de fronteira ameaçada por iminentes ataques de franceses interessados no acesso ao rio Amazonas e de cabanos que passaram a circular por essa região. É importante salientar que a disputa por esse território entre Brasil e França não se encerra em 1840, mas por ser o ano que marca o fim da Cabanagem e também do acordo de neutralização do contestado franco-brasileiro, nossa análise se limita a esse período, a partir do qual se inicia um novo momento de adoção de medidas defensivas.

A década de 1830, no Brasil, foi marcada por intensos debates e movimentações políticas que culminaram em uma série de conflitos em diferentes províncias. No Grão-Pará, especificamente, o movimento em que grupos de diversos segmentos sociais passaram a

¹ Disponível em <http://purl.pt/15101>.

contestar autoridades instituídas pelo governo central e/ou provincial e reivindicar direitos ficou conhecido como Cabanagem (1835-1840). Embora tenha eclodido nessa província, não estava dissociada de um cenário mais amplo, visto que muitas das motivações estavam relacionadas às reformas liberais de 1834, por meio das quais, conforme Miriam Dolhnikoff “os governos provinciais autônomos passaram a gozar de capacidade para gerir sua província sem excessiva interferência do governo central” (2003, p. 439). Todavia, grupos locais antagônicos, como o liderado por Batista Campos, vendo seus adversários firmarem alianças com o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, e suas expectativas de mudança não contempladas, passaram a rebelar-se.

Além das insatisfações oriundas desse quadro político, problemas advindos do período de transição do regime colonial para o imperial também corroboraram para a deflagração deste movimento no Grão-Pará, visto que, nos primeiros anos da década de 1820, grupos contrários ao presidente nomeado pelo governo central, após a independência, agitaram com insurreições e motins várias de suas localidades, especialmente no Baixo Amazonas e Marajó. Reivindicavam, entre outras coisas, a abolição da escravidão, a retirada de portugueses da província e denunciavam o despotismo e o recrutamento e trabalhos compulsórios, sobretudo de indígenas. Os conflitos expressavam o descontentamento de grupos opositores e as insatisfações da população pobre.

Esse cenário de instabilidade, de insubordinações, de descontentamentos e de lutas violentas se repetiria em meados de 1830, quando sujeitos da elite local, juntamente com negros escravizados e libertos, indígenas e soldados desertores, levantaram-se contra o poder instituído na província. A luta armada teve início em 1835, com a tomada da capital Belém e, após a sua retomada pelas tropas imperiais, os conflitos espalharam-se pelo interior. Nesse movimento de interiorização, alcançaram o território do Cabo Norte. Ainda são poucos os trabalhos que abordam sobre esse contexto nessa região localizada no extremo norte da província. Estudos mais recentes, entretanto, têm avançado nas análises das variações espaciais abrangidas por este movimento contestatório, trazendo assim novos aportes ao tratar do tema em áreas como a do Baixo Amazonas e fronteira do Pará com o Maranhão.

Um destes estudos é a importante obra de Mark Harris *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)* em que dedica boa parte da análise à Cabanagem na região do Baixo Amazonas, dando destaque à região de Ecuipiranga. Este teria sido o destino dos rebeldes que haviam se retirado de Belém após as tropas imperiais a terem retomado. Ali montaram um grande acampamento e, com os moradores locais, passaram a organizar a tomada de outras localidades, bem como a enfrentar

os legalistas. Segundo o autor, este acampamento “foi o maior e mais bem sucedido baluarte rebelde no interior, durante a Cabanagem” (2017, p. 274), chegando a reunir mais de mil homens e suas famílias. Entretanto, em 1837, após algumas tentativas frustradas, aquele reduto de rebeldes foi destruído por uma ação coordenada de tropas militares, indígenas aliados e mercenários. Alguns insurgentes foram capturados, outros conseguiram fugir e deram continuidade às lutas.

Já a tese *Usos da fronteira: terra, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)*, de Sueny Diana Oliveira de Souza, traz em um de seus capítulos a discussão sobre a tomada da vila de Turiaçu pelos adeptos da Cabanagem após a interiorização dos conflitos. Turiaçu era uma região do Pará que fazia fronteira com o Maranhão, mas que no ano de 1852 foi incorporada a província vizinha. Nos tempos da Cabanagem, tornou-se um ponto estratégico para os rebeldes não só por se tratar de uma fronteira que possibilitava a expansão do movimento para outras províncias, mas principalmente por possuir acesso ao mar, o que facilitava a movimentação e comunicação. A permanência dos insurgentes nesse território era uma preocupação tanto para o governo paraense quanto para o maranhense, de maneira que o presidente do Maranhão, com a ciência do presidente do Pará, enviou tropas solicitadas do Ceará para conter os rebeldes em Turiaçu e impedir que avançassem para esta outra província, de modo que essa região de fronteira foi retomada e voltou a ser controlada pelo governo do Pará.

No que diz respeito à região do Cabo Norte, o fato de possuir uma área em litígio com a França tornava-a um lugar extremamente estratégico, tanto para os cabanos que para ali empreendiam em fuga, como para os franceses que buscavam uma oportunidade para expandir seu território na América. Já para os agentes do império, era uma fonte de constante preocupação, visto que o contato entre cabanos e franceses representava um claro risco à manutenção desta fronteira. De modo que, no contexto das lutas cabanas, o governo provincial intensificou a militarização nessa região fronteira, sobretudo após o governo francês instalar no território em litígio um posto militar com a justificativa de salvaguardar seus colonos e suas possessões na Guiana Francesa de possíveis ataques de rebeldes cabanos.

Desse modo, em um contexto de instabilidade interna, devido às lutas da Cabanagem, as questões fronteiriças agravavam ainda mais este cenário, posto que além das demandas em conter os rebeldes que assolavam o Grão-Pará como um todo, tornava-se necessário deprender esforços para proteger a província de um possível avanço francês a partir das terras do Cabo Norte, assim como de ingleses no Alto Amazonas. É importante destacar ainda que, além da fronteira com a Guiana Francesa, a província do Grão-Pará possuía zonas

limítrofes com a colônia inglesa e com países hispano-americanos. No tocante a essas fronteiras, Carlos Augusto de Castro Bastos ressalta que, “no período regencial, os intensos conflitos que se alastraram pelo espaço amazônico, principalmente durante a Cabanagem (de 1835 a 1840), colocaram em xeque a capacidade de controle sobre partes consideráveis do território provincial do extremo norte” (2017, p. 58). Isso ocorre porque, concomitante com a Cabanagem, aconteciam conflitos em países vizinhos como Peru, Bolívia e Chile, tornando ainda mais vulneráveis essas regiões de fronteira no extremo norte do Brasil.

Em relação à fronteira do Cabo Norte com a Guiana Francesa, o presidente da província, general Francisco José Soares d’Andréa, demonstrava extrema preocupação, principalmente porque, após a derrota das guerras napoleônicas, a França havia retomado à sua política expansionista e buscava expandir seu território para além da Europa. A respeito disso, em um de seus ofícios, ele afirmava que os franceses tinham “tomado o gosto das conquistas, e não sendo estas tão fáceis na Europa ensaiaram-se na Costa da Barbaria, e não seria estranho se os visse com desejos de estenderem as suas possessões na América”². Referia-se à tomada da Argélia em 1830 e à possibilidade de um avanço sobre a província do Grão-Pará.

Além de acirrar o conflito diplomático pré-existente na região do Cabo Norte, a Cabanagem incidiu em dinâmicas próprias de uma área de fronteira. Nesse sentido, devido à necessidade de combater rebeldes refugiados nessa região e impedir uma possível expansão francesa, houve um aumento nos recrutamentos compulsórios e, como consequência dessas medidas defensivas, problemas já existentes foram agravados, como a escassez de alimentos que tornou-se ainda mais severa, já que os sujeitos que outrora plantavam, caçavam e pescavam para sua própria subsistência, agora eram obrigados a trabalhar no serviço militar, sem contar a falta e/ou atraso de pagamento dos soldos, falta de medicamentos, entre outras dificuldades.

Os poucos estudos que abordam sobre a década de 1830, na região do Cabo Norte, mesmo aqueles que o fazem de maneira pontual, ajudam a ampliar o olhar sobre esse contexto nesse território do extremo norte da província. É o caso de autores como Domingos Raiol (1970) e Arthur C. Ferreira Reis (1949) que, ao fazerem referência à experiência da Cabanagem nas terras do Cabo Norte, apontam que, embora esse território tenha se tornado rota de fuga para muitos sujeitos que estiveram envolvidos nas lutas cabanas, as autoridades provinciais e locais conseguiram manter a ordem e o sossego nas vilas de Macapá e Mazagão,

² AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 20/01/1838.

principais núcleos populacionais dessa região. Reis afirma que os habitantes dessas duas vilas não participaram deste movimento, e por não ignorarem “os perigos que estavam se avizinhandos” se armaram para, juntamente com as autoridades locais, combater os sediciosos, caso viessem a se aproximar.

Distanciando-se dessas interpretações, mas não as ignorando, trabalhos recentes como de Débora Bendocchi Alves (2016), Adalberto Júnior F. Paz (2017) e Sidney Lobato (2021) têm avançado nas pesquisas sobre essa região de fronteira no contexto da Cabanagem ao abordarem sobre a instalação do posto militar francês no território contestado no período de 1836 a 1840. Em seus estudos, discorrem sobre a agência de diferentes sujeitos entre as quais estavam autoridades brasileiras e francesas, fugitivos cabanos, desertores, indígenas, negros escravizados e libertos. Destacam ainda a intensificação no fluxo de pessoas após a construção desse posto, assim como ressaltam o contato entre franceses ali instalados e insurretos do Pará, além das trocas de produtos, ideias e experiências resultantes desta aproximação.

O trabalho de Carlos Augusto de Castro Bastos (2004) também aponta para um cenário diferente daquele apresentado por Raiol e Reis. O referido autor, ao abordar sobre duas tentativas de motim e uma sedição militar ocorrida em diferentes localidades da região do Cabo Norte, no final da década de 1830 e início de 1840, destaca que nos casos de motim alguns soldados se levantaram contra seus superiores, porém tiveram seus planos frustrados. Já no caso da sedição, militares apoiados por diferentes setores da sociedade local, conseguiram depor a autoridade máxima da praça e vila de Macapá, Comandante Francisco de Siqueira Monterrozo, juntamente com um de seus oficiais, alegando que estes estavam apoiando rebeldes cabanos.

Esse estudo evidencia um cenário de embates e ânimos exaltados, porém ressalta que nem todos os soldados, assim como nem todos os moradores de Macapá aderiram a estas sublevações militares. Em relação a sedição, Bastos salienta ainda que “talvez existissem alianças e interesses políticos, pessoais e sociais que explicavam porque alguns participaram da sedição enquanto outros a repeliam. Talvez participar da sedição requeresse de cada habitante da vila um cálculo de ganhos e perdas” (2004, p. 197). Certo é que, por algum momento, a ordem deu lugar à desordem e o sossego à agitação. Além disso, tanto a sedição em Macapá quanto a tentativa frustrada de motim no Bailique e no Araguari demonstram que, durante a Cabanagem, ocorreram conflitos sociais nas terras do Cabo Norte.

Desse modo, considerando as interpretações acima mencionadas, este trabalho visa compreender a adoção de medidas defensivas e de controle empregadas na gestão do território

do Cabo Norte e sobre os sujeitos que nele viviam, especialmente no tocante à militarização, tendo em vista a constante presença de cabanos nas proximidades das vilas de Macapá e Mazagão e também um grande número destes refugiados no território em litígio ocupado pelos franceses, aquém do rio Oiapoque. Vale destacar que, neste estudo, a fronteira é compreendida tanto como zona de litígio ou de embates diplomáticos, quanto como espaço social no qual relações humanas se engendram. A percepção de fronteira enquanto espaço social é definida por Carlo Romani como *Heterotopia*,³ ou “espaço efetivamente vivido, humanamente explorado, em que o controle sobre ele se faz através de uma troca relacional entre os grupos que nele vivem produzindo conflitos e disputas pela posse das terras e poderes locais” (2008, p. 63). Nesse aspecto, questões geopolíticas e sociais se entrelaçam no espaço produzido socialmente.

Dito isso, cabe salientar que a documentação utilizada nesta pesquisa consiste em documentos produzidos por autoridades governamentais, sendo em sua maioria ofícios, mas também um relatório de viagem feito por um capitão inglês, bem como um extenso processo-crime sobre uma revolta militar ocorrida na vila de São José de Macapá no ano de 1839. Essas fontes documentais compreendem documentos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) e da Biblioteca Nacional Digital (BND). Entretanto, é importante destacar que o acesso a grande parte dessa documentação se deve à generosidade do professor Carlos Bastos que, ao saber da dificuldade de acesso aos arquivos neste contexto pandêmico, se dispôs a compartilhar seus arquivos de fontes documentais para que se pudesse avançar com esta pesquisa. Sem o compartilhamento desses documentos, certamente, seria difícil concluir este estudo.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, faz-se uma contextualização histórica sobre as terras do Cabo Norte, no qual se destaca o processo de colonização e militarização dessa região em um cenário marcado por disputas territoriais entre Portugal e França, dando ênfase aos problemas advindos com as políticas de povoamento e defesa desse território. Abordam-se também as lutas e embates ocorridos na província do Grão-Pará no período pré e pós Independência e o alinhamento da vila de Macapá ao governo provincial, e conseqüentemente ao centro de poder instalado no Rio de Janeiro. Esses

³ O conceito de heterotopia ou “outros espaços” foi desenvolvido por Michel Foucault em decorrência de suas análises sobre o espaço. O texto “Outros Espaços”, no qual apresenta este conceito, foi produzido para uma conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos, realizada na Tunísia em 1967, no entanto, o autor só autorizou sua publicação em 1984. Ver: Michel Foucault. O corpo utópico, as heterotopia. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1, 2013; Michel Foucault. Outros Espaços. In: Manoel Barros da Motta (org.). Ditos & Escritos III – Estética: literatura e pintura e cinema, 2009; Dirceu Arno Kruger Junior. Foucault: A Heterotopia como alternativa para pensar o espaço social, 2016.

anteriores históricos são importantes para a compreensão dos casos de insubordinação ocorridos nessa região, pois muitos dos problemas presentes no contexto da década de 1830 remontavam ao período colonial e ao conturbado processo de formação do Estado brasileiro.

No segundo capítulo, disserta-se sobre a movimentação de insurgentes nas terras do Cabo norte no contexto da Cabanagem, enfatizando as medidas defensivas e de controle utilizadas pelas autoridades provinciais e locais diante dos perigos de ataques cabanos às vilas de Macapá e Mazagão. Além disso, resalta-se a atuação dessas autoridades frente a iniciativa do governo francês em ocupar uma área do território em litígio entre Brasil e França e nela instalar um posto militar. As interações resultantes do contato entre militares franceses e fugitivos, envolvidos direta ou indiretamente nas lutas cabanas que se dirigiram àquele estabelecimento militar, também figuram como objeto de análise do referido capítulo.

O terceiro e último capítulo concentra-se na análise de dois conflitos ocorridos na região do Cabo Norte no ano de 1839. O primeiro concentra-se em uma tentativa de motim no destacamento militar da ilha do Bailique, por meio do qual alguns guardas planejavam matar o comandante local e fugir para a região do Amapá, onde estava localizado o posto militar francês. Já o segundo refere-se a uma sedição militar sucedida na praça e vila de São José de Macapá que culminou com a deposição do comandante militar e de um de seus oficiais, sob a alegação de que estes estavam sendo coniventes com cabanos que estariam na vila e seus arredores. Enfatiza-se o contexto no qual os indivíduos envolvidos estavam inseridos e como o processo de militarização nessa região afetou a vida dos sujeitos recrutados tanto para o serviço das armas quanto para os Corpos de Trabalhadores.

CAPÍTULO 1

UM LEGADO COLONIAL: INDEFINIÇÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIAIS NA REGIÃO DO CABO NORTE

Desde o período colonial, a região do Cabo Norte, pertencente ao Grão-Pará, esteve marcada por disputas territoriais, principalmente entre portugueses e franceses. E foi somente após um longo período de sucessivos embates diplomáticos que, no início do século XX, os limites fronteiriços foram definitivamente estabelecidos. Assim, as disputas territoriais perpassaram por vários períodos de transformações políticas e de gestão desse espaço fronteiriço e dos sujeitos que nele foram se estabelecendo. No século XIX, sobretudo no contexto da Cabanagem, os conflitos em torno da questão territorial acirraram-se, enquanto o processo de militarização intensificou-se, somando-se a outros problemas que remontavam ao período colonial. Desse modo, um recuo temporal será necessário para se compreender as configurações políticas, econômicas e sociais presentes nessa região limítrofe na década de 1830.

No capítulo atual, portanto, buscaremos compreender embates diplomáticos envolvendo disputas pelo domínio e posse desse território, bem como o processo de colonização, destacando o povoamento e ocupação, a militarização e as conseqüentes fugas e deserções de diferentes sujeitos que circulavam por essa região, dentre os quais estavam indígenas, negros escravizados, livres e libertos, mocambeiros, soldados desertores e pobres de modo geral. Além disso, faremos uma breve análise do período em que ocorreram as lutas pela independência do Brasil e o alinhamento da província do Grão-Pará ao Império do Brasil, visto que, para muitos historiadores, conflitos ocorridos nesse período, especialmente o episódio do *massacre do Brigue Palhaço*, reverberaram na eclosão da Cabanagem na década de 1830.

Ademais, experiências políticas e sociais ocorridas em décadas anteriores ao início das lutas cabanas, especialmente em torno da Independência, repercutiram de maneira direta e/ou indireta em situações ocorridas em algumas vilas da província do Grão-Pará, entre elas a vila de São José de Macapá. Em virtude da escassez de material bibliográfico sobre essa vila nesse período específico, bem como sobre o Cabo Norte de modo geral, utilizou-se algumas correspondências trocadas entre o governador interino da vila de São José de Macapá, João Baptista da Silva, e o presidente da província, José de Araújo Roza e posteriormente com José Felix Pereira de Burgos, seu sucessor, para identificar alguns embates entre autoridades locais, militares, moradores da vila e outros sujeitos vindos de vilas circunvizinhas. A

documentação consultada evidencia também a preocupação das autoridades, tanto local quanto provincial, com a presença de fugitivos assim como de franceses que circulavam por essa região.

A seguir, apresenta-se um panorama histórico sobre as terras do Cabo Norte considerando que, após a eclosão da Cabanagem na província do Grão-Pará, as discussões a respeito dos limites da fronteira com a Guiana Francesa vieram à tona novamente, principalmente após o governo francês instalar um posto militar no extremo norte do Brasil sob a justificativa de proteger suas possessões e seus colonos de possíveis ataques de rebeldes cabanos. Em meio aos embates diplomáticos decorrentes dessa situação, diferentes sujeitos passaram a circular por essa região litigiosa fazendo dela um lugar de refúgio e interações sociais. Assim sendo, a apresentação desse contexto mais amplo ajudará a compreender o contexto da Cabanagem nessa região e as medidas de controle e segurança adotados pelas autoridades provinciais e locais para tentar conter as ameaças de cabanos e franceses.

1.1 – Colonização das terras do Cabo Norte

Os portugueses passaram a dominar todo o território do delta amazônico e da costa guianense ainda no século XVII, após embates com ingleses, holandeses e franceses. Criaram a unidade administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621) com sede em São Luís, vinculada diretamente ao império português, de modo que, como ressalta Emmanuel Raimundo Costa Santos, antes do final do Setecentos “toda a imensa faixa litorânea que se estendia das terras do Cabo Norte, atual Amapá, até o Maranhão, o que abrange, também, todo o litoral do Pará e a grande desembocadura do Rio Amazonas” (2019, p. 12) passou a ser controlada pelos portugueses, no entanto, os vizinhos franceses continuavam ambicionando as terras do Cabo Norte, vizinha à Guiana Francesa.

As autoridades portuguesas conjugavam esforços militares e religiosos para protegerem suas terras no extremo norte, sobretudo em virtude da irredutibilidade de alguns povos indígenas diante da colonização portuguesa e o contato destes com os franceses que insistiam em expandir seu território para além do rio Oiapoque. Com a militarização, buscavam garantir o domínio desse território e por meio das missões, como salienta Reis, objetivavam “acquietar os Aruan, que se mostravam novamente em atitude perigosa aos interesses nacionais, indo mesmo ao extremo da posse de armas para agir em favor dos franceses” (1949, p. 41). Todavia, essas medidas já não estavam sendo suficientes.

Assim, em meados do século XVIII, após a morte de D. João V e a ascensão de seu filho D. José I ao trono de Portugal, iniciou-se um período de mudanças na administração da

colônia portuguesa na América, sobretudo, as voltadas para o extremo norte. Com isso, Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro Marquês de Pombal, foi nomeado para o Ministério do Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, e seria o responsável por empreender uma série de reformas na Amazônia colonial pelas quais objetivava, entre outras coisas, estabelecer um povoamento na costa setentrional do Grão-Pará, zona limítrofe com a colônia francesa. Assim, Mendonça Furtado, nomeado para governar o recém-criado Estado do Grão-Pará e Maranhão, aproveitou o processo de migração de açorianos já em curso para o Sul do Estado do Brasil e transportou “casais”⁴ de algumas ilhas dos Açores, dentre elas Ilha Graciosa e Ilha Terceira, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão (VIEIRA JUNIOR, 2017).

Desse modo, “casais” de açorianos chegaram às terras do Cabo Norte, respectivamente em 1751, 1752 e 1754 com a missão de povoá-la e defendê-la. Mas, Mendonça Furtado queixava-se ao Marquês de Pombal que a presença de missionários jesuítas se apresentava como um entrave para o avanço do projeto de colonização iniciado, visto que esses religiosos detinham em seus aldeamentos a mão de obra indígena necessária para continuar incrementando as reformas políticas no Estado do Grão-Pará e Maranhão de modo geral, e em específico na região fronteira das terras do Cabo Norte (MENDONÇA, 2005). Assim sendo, solicitou que fosse revogado o poder temporal exercido pelos missionários sobre a mão de obra dos nativos, o que veio a ocorrer com a implantação do Diretório dos Índios⁵ que colocava os indígenas sob a tutela laica de Diretores⁶. Assim, os povos indígenas passavam a ter suas vidas e mão de obra regulamentada pelo Estado.

Com essa política de povoamento e organização do trabalho indígena, Mendonça Furtado garantiria a ocupação efetiva das terras do Cabo Norte, bem como de outras regiões do Grão-Pará, e a mão de obra necessária para a manutenção dos colonos, com a coleta das *drogas do sertão* e o cultivo da agricultura, assim como a manutenção do serviço real, tais como a construção de fortificações e a defesa de território. As políticas pombalinas, portanto, além de buscar garantir a soberania portuguesa sobre esse território fronteiro por meio da ocupação efetiva e o controle da mão de obra indígena, tentava integrar os nativos à sociedade colonial e transformá-los em “índio-cidadão” no intuito de construir uma unidade territorial.

⁴ Antônio Otaviano Vieira Junior salienta que apesar do uso do termo “casais” na prática havia um número significativo de indivíduos sem laços de parentesco direto, classificados como “companhias”, que viajaram como integrantes de um grupo familiar, por isso utiliza o termo “casais” entre aspas (VIEIRA JUNIOR, 2017, p. 350).

⁵ Sobre o Diretório dos Índios consultar Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócio no Grão-Pará do setecentos (SOUZA JUNIOR, 2012).

⁶ Os *diretores* (administradores portugueses em cada povoação) eram responsáveis pelos *descimentos* (cooptação de indígenas), intermediados pelos *principais* (lideranças indígenas de diferentes grupos étnicos) que distribuíam entre os colonos a mão de obra indígena.

Dando prosseguimento ao projeto de povoamento e defesa do território o governo português fundou nessas terras algumas vilas. A primeira a ser fundada foi a vila de São José de Macapá, em 1758, posteriormente foram estabelecidas as vilas de Mazagão e a vila Vistosa Madre de Deus. Nesses núcleos populacionais os colonos eram instruídos a desempenharem a função de *soldados lavradores*, ou seja, além de ocuparem o território e exercerem o papel de soldados na salvaguarda dessa região fronteiriça, deveriam dedicar-se ao trabalho agrícola, cultivando a terra e produzindo alimentos tanto para o abastecimento local quanto excedentes para exportação. É importante destacar que, apesar desse projeto de expansão do território português considerar ou nomear como colonos apenas os “casais” transferidos para essas terras, a presença e agência de outros sujeitos sociais, entre eles indígenas, negros escravizados, livres e forros, e mestiços, foram essenciais para a colonização dessa região.

Foi nesse contexto de povoamento e salvaguarda da fronteira que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão introduziu nessa região a mão de obra de negros escravizados vindos da África⁷. É importante ressaltar que nem todos os colonos tornaram-se proprietários dessa mão de obra, principalmente devido aos altos custos. Alguns deles foram favorecidos com a mão de obra indígena, arregimentada compulsoriamente por meio do Diretório. O cultivo do arroz havia se tornado a principal atividade agrícola e alguns colonos chegaram a experimentar uma breve prosperidade, porém devido ao surgimento de alguns problemas a produção desse cereal começaria a declinar. Segundo Rosa Acevedo Marin “tudo indica que foram os laços de dependência, as dívidas, a fiscalização, e especialmente, os baixos preços pagos pelos produtos, que conduziram a maioria dos *lavradores* para um estado de ‘miséria’” (1999, p. 56), à uma estagnação da economia local e mudanças nas atividades agrícolas desenvolvidas, de tal maneira que:

Depois da saída da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão desenvolveu-se outro movimento da agricultura dos colonos. Diminuiu a produção de arroz e as unidades familiares adotaram as atividades de policultura e extrativismo. Macapá produziu mais algodão e farinha do que arroz. A lista dos seus produtos ainda incluía feijão, milho, cacau. Também passou a ser mais conhecida no mercado interno pelos panos de algodão resultantes do beneficiamento do algodão (MARIN. 1999, p. 61).

⁷ A introdução de mão de obra africana fazia parte de uma política de fomento para incrementar a economia do extremo norte da colônia portuguesa na América e inseri-lo no comércio internacional. Com a inserção de escravizados africanos visava-se também desestimular a escravização de indígenas. Embora haja autores que sustentem ter ocorrido uma transição da escravidão indígena para a africana em todas as áreas do Brasil, há outros que afirmam ser um equívoco falar-se de transição ou substituição da mão de obra indígena pela africana, visto que ambas coexistiram, principalmente nessa região de fronteira com a Guiana Francesa. A respeito da transição da escravidão indígena para a africana consultar Escravidão indígena e o início da escravidão africana (SCHWARTZ, 2018); sobre a coexistência de ambas as mãos de obra conferir Indígenas e africanos (GOMES; SCHWARCZ, 2018).

Apesar de terem sido instruídos a dedicarem-se ao trabalho agrícola em detrimento das atividades militares, com o início das obras de construção da Fortaleza de São José de Macapá, esse cenário mudaria consideravelmente, inclusive contribuindo para o desequilíbrio na produção de alimentos, pois muitos dos que trabalhavam nas lavouras passaram a ser recrutados pelo Estado para trabalharem nos canteiros dessa grande obra. Somaram-se aos trabalhadores retirados das lavouras outros recrutados especificamente para trabalharem na construção dessa fortificação, entre eles negros escravizados e indígenas, o que gerou um aumento demográfico significativo na vila de São José de Macapá, principalmente devido à entrada mensal de centenas de trabalhadores temporários mobilizados para esta empreitada (MARIN, 1999).

A respeito do aumento populacional ocorrido após o início das obras de construção da Fortaleza, Nírvia Ravena salienta que isso gerou um desequilíbrio no abastecimento local, provocando situações deficitárias nessa região, posto que “nas mesmas regiões onde se buscava a força de trabalho indígena, procuravam-se também alimentos. Diminuíam os braços para o cultivo nestes lugares. Caía a produção” (2005, p. 138) comprometendo o sustento dos trabalhadores recrutados para esta construção, bem como dos moradores das vilas. Ao desabastecimento juntavam-se outras situações, tais como a propagação de doenças, mortes e fugas constantes.

As fugas nessa região de fronteira ocorriam mesmo antes da construção da Fortaleza, mas devido à rigidez da disciplina militar imposta aos trabalhadores arregimentados para essa obra, um grande número deles decidia fugir e, como ressaltam Flávio Gomes e Shirley Nogueira, “preferiam viver nas matas e junto às suas roças” (1999, p. 199) juntamente com seus familiares e/ou outros fugitivos. E assim iam formando mocambos de negros, de indígenas, e também aqueles de formação mista em que habitavam juntos, somando-se a estes muitas vezes soldados desertores. Havia os que decidiam não se juntar às comunidades de fugitivos, mas assim como os mocambeiros, estabeleciam suas moradas no meio das florestas e beiradas de rios dessa região.

Autores como Adler Homero Fonseca de Castro (1999), Flávio dos Santos Gomes e Shirley M. Silva Nogueira (1999) destacam que uma característica dessa região foi a forte militarização. Porém, Gomes e Nogueira salientam que essa medida de defesa e controle nem sempre significava uma solução, pois desencadeava problemas como deserções e formação de mocambos, principalmente em regiões de fronteiras coloniais internacionais como neste caso das terras do Cabo Norte. Assim, paralelamente à militarização, iam ocorrendo fugas que, além de constantes, passariam a ser realizadas em massa. Fosse buscando fugir de

recrutamentos militares ou de seus senhores, soldados desertores, indígenas e negros escravizados estabeleceram contatos entre si e com outros setores sociais dentre os quais estavam colonos franceses, taberneiros, donos de canoas, vaqueiros, cativos nas plantações, comerciantes, entre outros. Por meio desses contatos buscavam estabelecer alianças, apoios, estratégias e solidariedades. Assim, iam criando rotas de fugas e constituindo espaços de vivências em meio aos rios e matas das terras do Cabo Norte. Nos tempos da Cabanagem, essa circulação de pessoas em fuga tornou-se bastante acentuada, principalmente após a instalação de um posto militar francês na região do Amapá⁸ em 1836, onde buscavam abrigo.

A respeito dos soldados desertores, Flávio Gome e Shirley Nogueira destacam que os militares “podiam ser tanto ‘brancos’ e mestiços, como índios aldeados, forros e negros livres” (1999, p. 195). Eram homens que faziam parte da população pobre livre recrutados para comporem tropas militares. Contudo, esses mesmos autores enfatizam que os alistamentos ocorriam mais como uma maneira de controlar a força de trabalho dessa população do que propriamente no sentido militar, posto que os homens livres que se encontrassem disponíveis deveriam formar companhias militares para servirem na defesa do território e também nos demais serviços reais.

Nos anos finais do século XVIII e início do XIX, as deserções de militares, as fugas de escravizados e a formação de mocambos eram considerados problemas crônicos nas terras do Cabo Norte e motivo de constante preocupação para as autoridades portuguesas. Além disso, temiam que os fugitivos tivessem contato, através de Caiena, com “ideias de liberdade” vindas da França e do Caribe, pois como afirmam Rosa Acevedo Marin e Flávio Gomes (2003, p. 99):

As principais fontes de “contágio” seriam a Revolução Francesa, a Revolução de São Domingos e as insurreições escravas (guerras *maroons*) da Jamaica e das Guianas. As autoridades coloniais portuguesas temiam em particular o impacto que poderiam causar nos escravos as notícias da Abolição nas colônias francesas e mais tarde na Venezuela, em função das lutas de independência na América Espanhola.

A preocupação das autoridades coloniais demonstra que esses sujeitos podiam estar fugidos, mas não isolados, e a possibilidade de entrarem em contato com “ideias perigosas” deixavam autoridades portuguesas e proprietários de escravos demasiadamente sobressaltados, principalmente devido às tensões e conflitos relacionados à posse desse território disputado por portugueses e franceses. Como veremos a seguir, as guerras europeias ocorridas entre os anos finais do Setecentos e as primeiras décadas do Oitocentos envolvendo Inglaterra, França, Portugal e Espanha repercutiram nesta região de fronteira com a colônia

⁸ Região localizada entre o rio Oiapoque e o rio Araguari, no território limítrofe disputado entre o Brasil e a França.

francesa, de tal modo que, em 1809, tropas portuguesas invadiram a Guiana Francesa e ocuparam Caiena.

1.2 - A tomada de Caiena pelos portugueses

Com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono francês, a Europa viveria dias conturbados, sobretudo a partir do Bloqueio Continental à Inglaterra, a ocupação da Espanha e a invasão de Portugal. Diante da iminente invasão do território português pelas tropas francesas, em virtude de Dom João não aceitar cortar todas as relações com os ingleses, a Corte portuguesa foi transferida para o Brasil, instalando-se no Rio de Janeiro em 1808. Esses acontecimentos repercutiram nesta região de fronteira com a Guiana Francesa, principalmente após o monarca português declarar nulos os tratados que estabeleciam os limites territoriais entre ambas as colônias e também devido à declaração de guerra à França, por meio da qual, com o apoio dos ingleses, organizou a invasão e tomada de Caiena (WEHLING, 2010).

Segundo José Alves de Souza Junior, para a conquista e ocupação da colônia francesa, o governo português retirou soldados de tropas de diversas vilas da Província do Grão-Pará, mas sobretudo da vila de Macapá. Ressalta também que “entre os soldados, a maioria índios e mestiços, muitos ofereceram-se voluntariamente para participar da expedição, confiantes na promessa feita por seus comandantes de que iriam ‘para uma terra rica onde haviam ter muito dinheiro’” (2012, p. 319). Esses militares foram reunidos na vila de Chaves, localizada na circunvizinhança das terras do Cabo, de onde partiram em direção a Caiena. A expedição contava com nove embarcações de guerra e 1200 soldados, comandados pelo tenente-coronel Manuel Marques d’Elvas Portugal e ainda contou com o apoio naval da fragata inglesa *Confiance*, capitaneada por James Lucas Yeo, que ofereceu ajuda e auxiliou os portugueses na conquista do território francês.

Assim sendo, em 1809, as tropas portuguesas desembarcaram em Caiena com o objetivo de ocupá-la, o que não ocorreu sem resistência, pois os colonos franceses, ao contrário de algumas autoridades francesas locais, resistiram a essa ocupação e armaram seus escravos para que, juntamente com militares, combatessem os invasores. Entretanto, com o reforço de mais de 400 soldados enviados da vila de Chaves, a tomada de Caiena efetivou-se. Logo após a ocupação, o tenente-coronel Manuel Marques foi nomeado governador interino de Caiena, cargo em que permaneceu durante aproximadamente os seis primeiros meses e por motivo de saúde pediu exoneração, sendo substituído pelo coronel Pedro Alexandrino Pintode Souza, que governou a colônia até 1812. Após esse período, Marques retornou ao cargo no qual ficou até 1817, período em que ocorreu a devolução de Caiena aos franceses.

Nesses seis primeiros meses de governo, Manuel Marques fez poucas mudanças na estrutura administrativa encontrada em Caiena, em parte devido à carência de soldados portugueses que falassem o idioma francês e por outra, mantendo alguns membros da elite local em funções administrativas, visava reduzir ao máximo a oposição dos colonos à ocupação portuguesa. Além disso, esse governador teve que lidar com o descontentamento e indisciplina das tropas de ocupação que, sem esperanças de serem substituídas, o atraso dos pagamentos dos soldos e a escassez de alimentos, rebelaram-se e saquearam o comércio da capital (CARDOSO, 2010).

Os problemas vivenciados pelos soldados portugueses em Caiena eram os mesmos pelos quais passavam os soldados nas terras do Cabo Norte, mas com o agravante de que os que estavam em Caiena, inclusive a oficialidade, sentiam-se degradados, sentimento que, como passar do tempo, foi aumentando (SOUZA JUNIOR, 2012). Acusavam o governador de tê-los condenados a um exílio involuntário. Assim, as insatisfações e o clima de tensão entre os soldados se tornaria um problema crônico durante todo o período da ocupação portuguesa.

A gestão de Caiena, todavia, a partir de 1810 não ficaria apenas nas mãos do governador substituto, Pinto de Souza, pois as autoridades portuguesas nomearam o jurista João Severino Maciel da Costa para exercer a função de intendente geral de polícia, o que conforme Ciro Flamarion Cardoso “confirmava a tradição colonial francesa de separar o comando militar da gestão econômico-financeira” (2010, p. 20). No entanto, esse modelo de gestão causou conflitos entre esses dois gestores, pois o intendente acusava o governador de invadir a sua área de competência, voltada para as questões civis, quando se sentia prejudicado. E assim, em meio a divergências, as duas autoridades iam gerindo Caiena, tentando resolver problemas com os colonos franceses e com os soldados de ocupação.

Segundo Cardoso, com o sequestro de bens dos ausentes de Caiena pelo intendente Maciel da Costa, incluindo fazendas e um número expressivo de escravos, cerca de 20% do total da colônia, houve “intermináveis protestos dos proprietários absenteístas afetados e de seus amigos ou parentes residentes na Guiana” (2010, p. 22). Somavam-se a esses protestos acusações de que membros da tropa de ocupação praticavam furtos e assassinatos contra guianenses. A respeito dessas acusações, o intendente informava ao Governo do Grão-Pará:

[...] a ocorrência de roubos e violência dos soldados contra os habitantes, que, segundo ele, passaram a acontecer quase todas as noites, e que seriam obra de malfeitores, em torno de oitenta a cem homens, pertencentes ao Regimento de Macapá [...] propunha a adoção de medidas enérgicas, pois “meia dúzia de cabeças separadas dos corpos e talvez mesmo castigo menor” restabeleceriam a tranquilidade de Caiena (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 327).

Caiena passava por momentos conturbados, sobretudo, devido à situação da não substituição das tropas de ocupação. Situação essa que causou grande descontentamento entre os soldados levando-os a realizarem roubos, praticarem violências e desordens, e que culminou em duas rebeliões, uma ocorrida em 1809 e outra em 1811. Na primeira rebelião, nenhum soldado havia sido punido, o que segundo Maciel da Costa os encorajou a cometerem a segunda sedição. Já na segunda, no entanto, visando frear o comportamento dos militares e tranquilizar os habitantes de que não ocorreriam novos ataques, dois soldados acusados de liderarem a rebelião foram fuzilados.

De acordo com Souza Junior na primeira rebelião o soldado acusado de encabeçá-la, estava “mancomunado com dois franceses [...] habitantes da colônia, acusados de disseminar opiniões insidiosas entre os soldados portugueses, na tentativa de persuadi-los de que o castigo [...] a que eram submetidos era bárbaro e injurioso” (2012, p. 326), o que demonstra que alguns habitantes de Caiena eram simpáticos às causas dos militares. Entretanto, existiam homens brancos e “livres de cor” da cidade que não simpatizavam com os soldados das tropas portuguesas, formadas majoritariamente por indígenas e mestiços. Foram esses homens que ajudaram as autoridades portuguesas a conterem os sediciosos durante a segunda rebelião (CARDOSO, 2010; SOUZA JUNIOR, 2012).

Esses acontecimentos demonstram que, durante a ocupação de Caiena, além dos temores com invasões estrangeiras e possíveis levantes de escravizados, as autoridades portuguesas tiveram que lidar com as insurreições ocorridas dentro das próprias tropas de ocupação e com o permanente clima de tensão gerado pela possibilidade de novas sedições, especialmente em virtude do contato entre soldados portugueses e os habitantes da Guiana e pelas trocas de ideias e experiências que estes poderiam compartilhar entre si.

É importante enfatizar ainda que esse clima de tensão e conflitos perdurou por todo o período em que os portugueses ocuparam Caiena. Entretanto, apesar de todos esses problemas, Ciro Flamarion Cardoso (2010) e José Alves de Souza Junior (2012) destacam que essa ocupação trouxe benefícios para alguns poucos comerciantes paraenses e para o pequeno grupo de comerciantes maiores de Caiena, bem como para os ingleses, aliados de Portugal nessa empreitada. Os primeiros, por exemplo, passaram a fornecer gado, enviado principalmente de Macapá e da ilha de Marajó, e mercadorias para o abastecimento de Caiena. Os segundos, além do abastecimento de mercadorias, desfrutavam do acesso aos portos brasileiros e do Caribe inglês. Os ingleses, por sua vez, por meio das importações, foram os que mais lucraram com esta ocupação.

Sobre a presença de fugitivos e desertores na fronteira franco-lusitana nesse período de ocupação da Guiana Francesa entre 1809 e 1817, Flávio Gomes ressalta que “o problema parecia se agravar. Denúncias davam conta de ‘bárbaros’ fugitivos e desertores, ‘cometendo roubos e outras desordens [...] [ao redor da vila de Macapá]’” (1999, p. 306), de tal maneira que proprietários de roças e agriculturas da circunvizinhança se viam obrigados a abandoná-las para fugirem dos ataques. Situação que pouco mudaria nos anos seguintes, especialmente por conta das lutas em torno da Independência do Brasil.

Nesse sentido, nota-se que administrar portugueses, franceses, soldados, indígenas e negros, escravizados e libertos, não era tarefa fácil para as autoridades portuguesas, tendo em vista as frequentes deserções em ambos os territórios, as constantes fugas de escravizados que iam refugiar-se em mocambos existentes na região entre o rio Oiapoque e o rio Araguari e a presença de várias povoações e aldeias indígenas nessa região fronteiriça.

1.3 - Lutas e embates em torno da Independência

Vimos que uma das medidas de D. João VI após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil foi a tomada de Caiena em represália à invasão de Portugal pelos franceses. No entanto, outras relacionadas à administração da nova sede do Império Português na América foram promovidas pelo monarca. Entre estas, a abertura dos portos as nações aliadas, que extinguia o monopólio português e beneficiava especialmente os comerciantes britânicos. Essa medida, somada a outras, geraria mudanças nas dinâmicas econômicas e políticas até então existentes em várias regiões da colônia e suscitaria descontentamentos naqueles que se sentiam prejudicados ou desfavorecidos com tais determinações.

Entre os descontentes estavam populações indígenas que passaram a ser alvo de captura nesse contexto, principalmente aquelas que viviam nas regiões mais próximas da nova capital imperial; negros escravizados cujo aumento do tráfico só crescia; comerciantes locais que se sentiam prejudicados; somavam-se a estes ainda grupos de pessoas que haviam permanecido em Portugal e que viam o traslado da Corte como uma ameaça a seus interesses. João Paulo Pimenta destaca que, nessa conjuntura, “muita gente não só não viu motivos para comemorar a nova situação do país como aliás preferia sua situação anterior” (2022, p. 59- 60). Com isso, as tensões internas foram se intensificando. Mas o que para uns seria problema, para outros se mostrou como oportunidade, uma vez que:

[...] desde 1808 setores escravistas de comerciantes e proprietários sediados no Brasil, e que vinham se articulando desde o século XVIII, só ganhavam com a nova situação, dinamizando seus negócios e aumentando seus lucros. Cada vez mais também atuavam politicamente na defesa de seus interesses, inclusive das possibilidades de ascensão social a eles abertas por sua proximidade com a Corte no

Rio de Janeiro. Cristalizavam-se no interior do Império, agendas divergentes (PIMENTA, 2022, p. 68).

Essas divergências se acentuariam ainda mais depois que o Império Português foi transformado em Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815), equiparando politicamente o Brasil a Portugal. A permanência da Corte na América, mesmo após a derrota de Napoleão Bonaparte (1814), também estava entre um dos fatores de insatisfação dos grupos cujos interesses se mostravam conflitantes. Foi em meio a esse cenário de interesses divergentes e descontentamentos das mais diversas ordens que, em 1820, irrompeu do outro lado do Atlântico a Revolução do Porto⁹, movimento que contou com a participação de vários segmentos sociais que, em suma, defendiam a implantação de uma monarquia constitucional no Reino Unido. Com isso, uma Assembleia Constituinte foi instalada e exigia-se a submissão do monarca às Cortes de Lisboa e seu retorno para esta capital.

Andréa Slemian ressalta que o movimento vintista repercutiria na América portuguesa e o constitucionalismo encontraria um terreno muito fértil nas distintas províncias do Brasil. A primeira província a aderir ao movimento foi a do Pará e, como veremos mais a frente, isso gerou muitos embates entre os inúmeros grupos com distintos projetos de futuro. Seguida desta, ocorreria a adesão de outras províncias. A autora salienta que essa amplificação das adesões na América gerou uma “instabilidade política ao criar possibilidades e expectativas de transformação da ordem política, e mesmo social, marcado por violenta disputa de poder nas localidades onde os agentes foram incitados a, cada vez mais, tomarem parte ativa na cena pública” (2006, p. 66).

Assim, pressionado pelo movimento constitucionalista e pelas tensões que provocou nos dois lados do hemisfério, o monarca e sua comitiva retornaram para Portugal, deixando como regente do governo do Brasil seu filho D. Pedro. Entretanto, conforme as discussões e deliberações das Cortes em Lisboa iam avançando, as divergências se mostravam ainda mais profundas, inclusive, entre representantes das próprias províncias do Brasil, gerando com isso uma divisão de interesses (PIMENTA, 2022). Desse modo, grupos políticos e econômicos de províncias que eram contrários à determinação das Cortes para que D. Pedro, assim como seu pai, retornasse a Portugal, passaram a apoiá-lo e incentivá-lo a permanecer no Brasil. Desse modo, D. Pedro se manteve no Brasil e, com o apoio de autoridades provinciais, proclamou a Independência em 1822.

⁹ Sobre a Revolução do Porto ver, Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência nacional brasileira de Stván Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000). Sob o Império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834) de Andréa Slemian (2006).

Mas conforme João Paulo Pimenta (2022) para que o processo de Independência do Brasil, que vinha sendo gestado desde 1820, se consolidasse era necessário construir uma unidade política tendo como base os territórios da América portuguesa, uma vez que a ruptura com Portugal não garantiu isso. Este seria um processo, entretanto, permeado de conflitos e violências, pois como demonstra Slemian “por mais que existissem posicionamentos comuns entre os vários representantes das localidades, o problema era que a ‘Província’, como canal de representação e unidade política de convergência de regiões a integrarem-na, ainda estava em construção” (2006, p. 79). Almejava-se unificar o Brasil enquanto um Estado-nação e, para que essa unificação ocorresse, tornava-se necessário que os diferentes grupos sociais se considerassem parte da incipiente nação brasileira. Todavia, esta era uma realidade distante naquele momento devido às diferentes percepções sobre pátria, país e nação.

Sobre essas percepções, István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta destacam que, no período que antecedeu a independência, alguns deputados de províncias brasileiras eleitos para representarem o “Brasil” na Assembleia Constituinte em Lisboa, após fugirem de Portugal para Inglaterra para não assinarem a Constituição que havia sido concluída, escreveram dois manifestos por meio dos quais evidenciaram que a ideia de pátria, país e nação possuíam um sentido próprio para os habitantes das diferentes províncias do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Pátria referia-se a província a qual se pertencia, “locais de reiteração de trajetórias particulares dos ‘Povos’ e de suas identidades coletivas” (2000, p. 439), e não se confundiria com o país Brasil. Já a nação seria a portuguesa, o “reino irmão”. Essas percepções, principalmente de pátria, dificultavam a harmonização de uma ideia de unificação interna, sobretudo devido a diferenças sociais, econômicas, políticas e/ou culturais; e externa, em virtude de permanecer uma sociedade escravista, indo na contramão das ideias liberais propagadas pelo constitucionalismo português¹⁰.

Diante dos deputados portugueses, os deputados das províncias do Brasil entendiam ser necessário, apesar das diferenças políticas, unirem-se enquanto “brasileiros” para dar sustentação ao antagônico discurso liberal, reforçando o argumento do risco da ruptura da ordem social para assim reiterarem a manutenção do sistema escravista, sustentáculo de poder e riquezas de grupos políticos e econômicos das províncias. No entanto, com a Independência

¹⁰ De acordo com João Paulo Pimenta (2022) e Andréa Slemian (2006) o Constitucionalismo português mesclava paradigmas liberais (baseado, sobretudo em ideais difundidos pela Revolução Francesa e também pelo movimento ocorrido em Cádiz, na Espanha, em 1812) com a manutenção do regime monárquico. Assim, o conceito de liberalismo utilizado no Brasil, segundo Christian Edward Cyril Lynch (2009), estava estritamente ligado à concepção de um sistema de monarquia constitucional no qual o monarca tinha seus poderes limitados por meio de uma constituição.

do Brasil, essas elites buscaram moldar o Estado nascente aos seus interesses e assim, mantiveram estruturas econômicas e sociais como a escravidão.

Com a instauração do Estado brasileiro emergiu também a necessidade de uma identidade nacional, como bem sumarizam Jancsó e Pimenta “a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com o todo corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno” (2000, p. 440), uma vez que grande parte dos habitantes das províncias não se identificava como brasileiro, mas sim como paulista, baiano, paraense, e assim por diante. A identidade estava relacionada à sua pátria, neste caso à província a qual se pertencia, à vida compartilhada e às experiências comuns, e não à “nação brasileira”, de maneira que

Para os homens que viveram a dissolução do Império português na América, a percepção da crise não se deu de modo uniforme, com o que das diferentes percepções resultaram múltiplos projetos políticos, cada qual expondo, com maior ou menor nitidez, o esboço da comunidade humana cujo futuro projetavam. Vem daí que aos projetos de futuro contrapostos corresponderam outras tantas definições de Estado, cidadania, condições de inclusão e exclusão, padrões de lealdade e critérios de adesão, cada qual descrevendo elementos do pacto tido como adequado para transformar comunidades em nação [...], nunca se deve esquecer que a provisoriamente característica do período traduziu-se na coexistência não apenas de ideias relativas ao *Estado*, mas também à *nação* e às correspondentes identidades políticas coletivas, eventualmente reveladoras de tendências à harmonização entre si ou, quando não, expressando irreduzibilidades portadoras de alto potencial de conflito (JANCSÓ; PIMENTA, p. 397).

Foi em meio a esse *mosaico de diferenças* que populares e elitistas das diferentes províncias do Brasil por vezes aproximando-se, outras distanciando-se, forjaram lutas e embates cada qual em prol de seus interesses e dos distintos projetos de futuro. Na província do Grão-Pará, assim como em outras províncias, os diferentes projetos políticos levaram a sociedade paraense a dividir-se de tal maneira que ocorreram vários conflitos e revoltas, culminando anos mais tarde na eclosão da Cabanagem. Segundo André Roberto de Arruda Machado (2006) é nesse complexo cenário de formação do Estado brasileiro, permeado de cisões e instabilidades, que a província do Grão-Pará é incorporada ao Império. O processo de incorporação, no entanto, foi bastante conturbado, sendo marcado por diversos conflitos armados.

André Machado (2006) destaca também que, nos diversos embates ocorridos no Grão-Pará entre 1821 e 1825, período de aparente viabilidade dos múltiplos projetos de futuro, além das elites locais, indígenas, mestiços, homens pobres livres e negros escravizados estiveram envolvidos em conflitos em torno da Independência. Como veremos a seguir, sujeitos que compunham um largo espectro social envolveram-se em disputas, muitas vezes marcadas por

extrema violência, em torno de diferentes projetos e expectativas de futuro, fossem eles de seu círculo de interesses ou de seu grupo social.

1.3.1 – A província do Grão-Pará dividida por diferentes projetos de futuro

Para um melhor entendimento sobre as políticas de controle e segurança adotadas no contexto da Cabanagem nas terras do Cabo Norte, é extremamente importante compreendermos o cenário de conflitos e embates que antecederam esse movimento social no Grão-Pará, principalmente os ocorridos na primeira metade da década de 1820 relacionados ao alinhamento dessa província à Independência do Brasil, bem como aos relacionados à manutenção dos laços desta com Portugal. Como enfatiza André Machado, o processo de independência foi complexo e “envolveu inúmeras estratégias que iam da persuasão política e de alianças entre grupos até o recurso da violência por meio de campanhas militares” (2006, p. 164). Esses elementos se fizeram presentes no Grão-Pará de maneira que o processo não esteve reduzido apenas a uma contraposição entre os que desejavam permanecer vinculados a Lisboa e os que ansiavam alinhar-se ao governo do Rio de Janeiro.

Ainda em 1820, notícias sobre a Revolução do Porto chegavam ao Grão-Pará por meio de Filipe Alberto Patroni, jovem paraense que havia ido estudar em Portugal, mas que em meio a essa Revolução, decidiu retornar à sua terra natal. Trazia consigo o anseio de implantar reformas embasadas nos ideais liberais e, quiçá ocupar altos cargos públicos. Todavia o cenário encontrado por ele era de um “vácuo de poder”, visto que o governador havia se licenciado para casar e o governo provisório que ali existia era acusado de corrupção.

Em janeiro de 1821, entretanto, por meio de uma conspiração militar, esse governo provisório foi deposto e instalou-se uma Junta Provisória para governar o Pará, declarando-se a favor do Movimento Constitucional iniciado do outro lado do oceano. Segundo Machado (2006), é a partir desse contexto que surgem inúmeros e diversificados grupos com projetos de futuro distintos que por vezes possuíam pontos de convergência, mas também de divergências, o que fez com que nenhum dos grupos tivesse força para manter-se no poder, gerando assim inúmeros embates e conflitos.

Houve resistência e recusa à Junta Provisória e sua adesão ao Movimento Constitucional, tanto por parte de alguns homens de poder político e econômico da capital Belém, quanto por parte de autoridades governamentais do interior, como foi o caso dos governantes da Vila de Macapá, do Rio Negro e do Inspetor do Marajó. Os dois últimos foram depostos e presos, mas o primeiro, por alinhar-se à Junta, livrou-se da punição. Essa resistência e recusa, no entanto, não significava o alinhamento ao Rio de Janeiro, pois a

manutenção dos laços com Lisboa atendia aos interesses políticos e econômicos desses homens, a repulsa decorria, todavia, por não aceitarem que as mudanças viessem por meio de um levante militar, tendo em vista que isso poderia abrir espaços para a subversão da ordem social e também por temerem possíveis consequências.

Apesar de Filipe Patroni e seus aliados, entre eles o Cônego Batista Campos – um dos precursores da Cabanagem, que morreu às vésperas da eclosão do movimento - defenderem as ideias liberais difundidas pelo Movimento Constitucional ao qual a Junta Provisória havia se declarado a favor, os integrantes desse grupo passaram a acusar a Junta de restringir o processo de mudanças necessárias para romper com as velhas práticas e exigiam que os direitos e garantias Vintistas fossem implementados na província (MACHADO, 2006), tal qual almejavam. Esse grupo passou, então, a fazer oposição à Junta Provisória, utilizando-se, sobretudo, da Liberdade de Imprensa conquistada pelo Movimento Constitucional.

Assim, através do periódico *O Paraense*, primeiro jornal da província e que tinha Patroni como redator, bem como de periódicos e documentos vindos da Europa, houve uma ampla circulação de textos que disseminavam o discurso Vintista provocando por toda parte o dissenso e a agitação política. Conforme André Machado, “progressivamente, os homens livres que integravam os estratos subordinados da sociedade paraense também passaram a escorar os argumentos para as suas queixas nas novas ideias, exigindo direitos” (2006, p. 136). Fato que causava grande preocupação nos estratos dominantes da sociedade paraense, mas que em contrapartida fortalecia o discurso da oposição.

Apesar da oposição e das acusações, a Junta Provisória permaneceu no governo até março de 1822, quando houve a escolha do novo governo obedecendo às normas eleitorais estabelecidas por Lisboa no final de 1821 e que dava autonomia para que cada província elegeisse uma Junta governamental a qual seria subordinada direta e unicamente a Lisboa. Com a eleição da nova Junta Provincial o Governo Civil da província do Grão-Pará passou a ser gerido por homens que, na sua maioria, haviam sido indicados por Filipe Patroni, pois nenhum dos membros da antiga Junta fora reeleito. Mark Harris ressalta que, embora tenham sido “os ricos e poderosos, não os escravos, nem os índios nem os pobres” (2017, p. 227) que elegeram o novo governo, o apoio popular era simbolicamente importante, pois dava legitimidade ao governo eleito.

No entanto, a Junta Governamental que até então concentrava todos os poderes da província em suas mãos, a partir de abril de 1822 passaria a disputar/dividir seus poderes com o Brigadeiro José Maria de Moura, oficial português designado diretamente por Portugal para ocupar o cargo de Governador de Armas. André Machado destaca que este cargo havia sido

criado pela mesma lei que estabelecia as eleições provinciais e concedia ao ocupante do cargo autoridade sobre a “parte militar nas respectivas províncias para as quais fossem nomeados, funções que exerciam independentemente da Junta que, por sua vez, também era autônoma em relação ao Governador” (2006, p. 148).

A coexistência desses dois poderes independentes entre si fortaleceu ainda mais as disputas políticas no Grão-Pará, visto que ambos, Governo Civil e Governo de Armas, entraram em atrito acusando-se mutuamente de extrapolar a competência um do outro. Além disso, o Brigadeiro Moura aproximou-se do grupo que anteriormente estava no poder e almejava restringir as mudanças propostas pelos adversários que agora ocupavam a Junta. Essas divergências políticas, no entanto, estavam alcançando sujeitos sociais que estavam à margem da Sociedade Política, uma vez que

Fosse lendo ou ouvindo o conteúdo de periódicos ou de outros escritos, fosse assistindo à prisão e à soltura de jornalistas, episódios que se tornaram verdadeiros espetáculos públicos, um número cada vez maior de homens acompanhava e se apropriava de alguma maneira das discussões a respeito do que era liberdade, o despotismo e o direito, o que alargava o universo daqueles que pretendiam encontrar meios para interferir nas disputas em torno do futuro da província (MACHADO, 2006, p. 152).

Assim sendo, as disputas continuavam e, em maio de 1822, o Governador de Armas prendeu Patroni sob a alegação de que estava espalhando “ideias incendiárias” através do jornal *O Paraense* e o enviou deportado para Lisboa (HARRIS, 2017). Contudo, Batista Campos assumiu a edição do jornal e continuou publicando conteúdo com críticas ao Brigadeiro Moura, de maneira que as disputas prosseguiram. É importante destacar que, apesar das divergências dos projetos de futuro e da oposição política, os grupos que disputavam o poder da província nesse contexto eram aqueles que pretendiam manter-se subordinados à Lisboa.

Nos meses que se seguiram, a Junta Governamental recebeu um decreto da Corte carioca ordenando que as autoridades paraenses tomassem providências para que a província se alinhasse ao centro de poder instalado no Rio de Janeiro, o que não ocorreu, visto que as autoridades governamentais desconsideraram as ordens recebidas. Embora a recusa em obedecer às ordens, André Machado ressalta que, “em agosto de 1822 começava a circular pelas províncias o Manifesto de D. Pedro aos Povos, no qual [...] já falava abertamente em Independência” (2006, p. 164) acirrando ainda mais as disputas internas.

A publicação de notícias sobre a Independência do Brasil, assim como de textos alinhados ao Rio de Janeiro, passaram a sofrer repressão e intervenção por parte do Governador de Armas. Ações estas que iam fortalecendo paulatinamente projetos políticos de

alinhamento ao Rio de Janeiro. Além disso, outras atitudes desse governador, como o recrutamento forçado de indígenas para a composição das tropas militares, aumentavam a tensão social na província do Grão-Pará, visto que causava insatisfação nos recrutados e a desconfiança das elites, que temiam a subversão da ordem tanto pelos militares insatisfeitos quanto pelos demais estratos subordinados da sociedade devido a grande agitação entre estes.

Mesmo depois de proclamada a Independência do Brasil, o Grão-Pará permanecia subordinado a Lisboa. Ao mesmo tempo, as disputas internas acirravam-se, principalmente após o golpe militar que depôs a Junta Governamental. As insatisfações aumentaram, insurreições ocorreram, assim como aconteceram prisões de homens alinhados ao Governo deposto (MACHADO, 2006). Entretanto, após a chegada de um brigue de guerra a Belém, comandado pelo capitão inglês John Pascoe Grenfell, com a finalidade de garantir a “adesão” desta província ao Império do Brasil, a Junta Provisória reuniu-se e sob a justificativa de conter a anarquia e decidiu, em 14 de agosto de 1823, alinhar-se ao Império.

Entretanto, isso não foi suficiente para acalmar os ânimos, de maneira que, em 15 de outubro desse mesmo ano, como destaca Mark Harris, “cerca de mil soldados armados marcharam até o palácio do governo [...] e exigiam a deportação do inimigo português e a nomeação de Batista Campos como presidente” (2017, p. 229). Esse levante militar e os posteriores ataques a propriedades de brasileiros e portugueses culminaram no fuzilamento sumário de cinco homens e no episódio que ficou conhecido como *o massacre do Brigue Palhaço*, em que 256 homens foram trancafiados no porão de um navio sobre o qual foram disparados alguns tiros e despejada uma grande quantidade de cal, resultando em apenas um sobrevivente.

As notícias sobre esse massacre espalharam-se por todo o Grão-Pará e, conforme os sujeitos das vilas e povoados tinham conhecimento da tragédia ocorrida na capital, levantes foram se expandindo pelo interior, principalmente em Cameté, Marajó, Monte Alegre, Óbidos, Gurupá e Alenquer. Entre os sujeitos rebelados estavam tapuios¹¹, mestiços e negros escravizados que justificavam seus ataques alegando a defesa da “causa da Independência”, mesma justificativa utilizada por aqueles que estavam no poder e se punham na contraofensiva dos rebeldes, vistos por estes como promovedores da anarquia e roubos. O coronel José de Araújo Rozo, primeiro presidente da província nomeado pelo Rio de Janeiro,

¹¹ Conforme André Machado o termo tapuio era utilizado para se referir à indígenas avilados que na maioria das vezes já “não preservava uma identidade étnica igual à do período anterior ao contato com os brancos” (MACHADO, 2016, p. 303).

juntamente com a Junta Militar Provisória de Santarém, conseguiu negociar com os sediciosos e retomar o controle sobre a província.

Isso não significava, entretanto, a ausência de embates, pois mesmo após o reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal, em 1825, homens como Felix Malcher e o Cônego Batista Campos tornaram-se críticos ferrenhos do presidente e o acusavam de despotismo, uma vez que passou a acumular os poderes civis e militares na província. Além disso, apesar de pontuais, as sublevações de tapuios, mestiços e negros escravizados não deixaram de acontecer e adentraram a década de 1830, especialmente, em virtude da intensificação do trabalho compulsório, pois conforme Mark Harris “as elites continuavam a exigir a participação da população livre em projetos de trabalho e em exercícios militares” (2017, p. 243).

Assim, com o avançar da década de 1820, o Grão-Pará tentava, em meio aos embates políticos, aos descontentamentos da oposição e às insatisfações da população pobre, consolidar-se enquanto uma província do Império do Brasil. Porém, acontecimentos ocorridos no período pré e pós-independência repercutiram na década de 1830, especialmente o episódio do *massacre do Brigue Palhaço*, considerado por muitos historiadores como o prefácio, o embrião da Cabanagem. Machado salienta que “no intervalo entre estes dois pontos, a luta continuará sangrenta, mas se manifestará sempre na forma de insurreições pontuais, sem a força necessária para que os rebeldes pudessem se pôr a inventar o futuro” (2006, p. 288). Além disso, após a abdicação de D. Pedro, em 1831, várias revoltas ocorreram pelo Brasil e, no Grão-Pará os ânimos voltaram a ficar acirrados e conflitos violentos tornaram a irromper na província, principalmente após a deposição do presidente, Viscondede Goiana, e a prisão e exílio de Batista Campos, eleito vice-presidente. Esses acontecimentos disseminaram insurreições locais culminando na eclosão da Cabanagem em 1835.

1.3.2 - As terras do Cabo Norte no contexto das lutas pela Independência

Assim como ocorrido em outras vilas da província do Grão-Pará, o governador da Vila de São José de Macapá não acompanhou a decisão da Junta Provisória em sua adesão ao Movimento Constitucional Português em 1821. Todavia, diferentemente dos outros que haviam se recusado a seguir as ordens vindas da capital paraense, este governador retrocedeu e decidiu-se por acompanhar a determinação do governo provisório. No entanto, tal decisão só ocorreu após esta autoridade da Vila de Macapá receber uma intimação da Junta na qual constava, entre outras coisas, ameaças de bloqueio e outras medidas caso a recusa persistisse.

Essa intimação foi transcrita por Arthur Cezar Ferreira Reis e nela a Junta declarava confiar que o governador “demitindo da sua tentativa em obsequio da paz, cumpra, e faça cumprir as Ordens deste Governo, dispensando-nos assim da triste necessidade de aplicar medidas mais violentas, que exige o bem e a segurança do Estado” (1949, p. 77). Essas palavras nos fazem inferir que este governante se viu obrigado a aderir às ordens vindas da capital, mesmo a contra gosto, para não enfrentar as possíveis consequências mencionadas no documento, o que não foi suficiente para mantê-lo no cargo, sendo substituído pouco tempo depois.

Assim, a vila de Macapá manteve-se subordinada à Junta Provisória e, em 1823, seguiu-a na decisão de alinhar-se ao centro de poder instalado no Rio de Janeiro. Em decorrência disso, ocorreram alguns conflitos e resistências, pois após o alinhamento da província do Grão-Pará à Corte carioca e o posterior reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal, podemos verificar, através de algumas correspondências entre o Governador Interino de Macapá João Baptista da Silva e o presidente da província José de Araújo Rozo, e depois a José Felix Pereira de Burgos, algumas situações contrárias a esse posicionamento.

Em ofício de 10 de julho de 1825, o governador de Macapá (importante especificar que, neste período, a autoridade militar encarregada de comandar a Fortaleza também era a responsável por gerir administrativamente a vila) comunicava ao presidente da província que havia nesta vila alguns indivíduos amotinadores “que aqui tem desenvolvido efetivamente a intriga; e que ultimamente forão os cabeças de toda a desordem sucedida nesta Villa pela invasão dos rebeldes Cametaenses nesta praça para que cooperarão manifestamente huma dúzia de perturbadores, que aqui existem”¹², e que se ele não tivesse chegado depressa a esta vila as desordens aumentariam, visto que após a sua chegada tomou as medidas necessárias para manter a “ordem” e “bom sossego” entre os “bons homens” e todo o “Povo”. Ainda segundo ele, os amotinadores não cessavam de “fulminar contra as autoridades que os enfreão”. Esses indícios de dissidências internas e articulações com outros grupos da província ocorridos na década de 1820 são importantes para entendermos embates sucedidos no contexto da Cabanagem, sobretudo no ano de 1839, quando há uma revolta militar na vila de Macapá.

Por meio das informações contidas no documento acima, observamos que existiam nesta vila indivíduos que se opunham às autoridades locais e que estes receberam o apoio de

¹² APEP. Códice 819, Documento Nº 16, Ofício de 10 de julho de 1825.

outros indivíduos vindos de Cametá, vila que se tornou o epicentro dos conflitos que eclodiram após as notícias do *massacre do Brigue Palhaço* espalharem-se pelo interior da província. Apesar de não conseguirmos identificar os motivos das desordens mencionadas na documentação consultada, especificamente correspondências entre autoridades local e provincial, estas nos revelam a insatisfação de alguns sujeitos da vila de Macapá manifestada por meio de insubordinações, fugas e desordens.

A exemplo disso, em um documento de 8 de outubro de 1825, o sargento Eugenio José Barbosa informava ao capitão comandante da vila de Macapá, Francisco de Siqueira Monterrozo, que estando em viagem com sua escolta para recolher desertores que estivessem refugiados nos distritos circunvizinhos, o soldado José Ferreira de Santiago rebelou-se empunhando-lhes uma arma, contudo, não sendo este excesso de insubordinação bem sucedido, o conduziram preso em um tronco¹³. Vale destacar ainda que, na década de 1830, Monterrozo assume o comando da praça e vila de Macapá e será uma importante figura no combate aos cabanos na região do Cabo Norte.

Já em outros dois documentos datados de 16 de junho e 8 de outubro de 1825 o governador João Baptista da Silva faz referência a uma sublevação ocorrida em 30 de setembro de 1824 da qual resultou a prisão de setes indivíduos, mas o interessante é que neste documento de outubro o governador solicitava ao presidente da província autorização para soltá-los por considerá-los “corregidos, pois á hum anno que se achão em ferros” e também porque os presos, assim como seus familiares, influenciados por dois indivíduos vindos da capital, andavam se indispondo contra ele. Argumentava que a falta de punição a esses sujeitos os faziam promover a desordem e por isso que “huma dúzia destes perversos que existem nesta Villa [...] ainda fulminão, ainda conspirão contra mim, contra o Commandante da Polícia, e contra todos os homens bons, que vigião constantemente sobre eles”¹⁴.

Essas correspondências nos permitem vislumbrar, reservadas as devidas proporções, que os ânimos de alguns habitantes das terras do Cabo Norte, assim como ocorreu em outras vilas da província do Grão-Pará, andavam exaltados. Ferreira Reis ressalta que tanto em Macapá como em Mazagão houve mudança no governo local, sendo os portugueses substituídos “pelos que já haviam nascido na terra e podiam [...] representar melhor os anseios da sociedade que devia recompor-se em face da situação política do Sete de Setembro” (1949, p. 81). Todavia, parece-nos que alguns sujeitos não se sentiam representados pelos novos

¹³ APEP. Códice 819, Documento Nº 18, Ofício de 8 de outubro de 1825.

¹⁴ APEP. Códice 819, Documentos Nº 13 e 18, Ofícios de 16 de junho e 8 de outubro de 1825, respectivamente.

governantes, o que gerou alguns embates. Entre os sujeitos que se opunham ao governador estavam militares, soldados desertores, juízes e alguns civis.

Em ofício a José Felix de Burgos, presidente da província, João Baptista da Silva afirmava que “por todas estas Povoações, só as Authotidades Militares cumprem exatamente as ordens superiores, que as Camaras, e Juizes olhão com toda a indiferença; pq nada tem a perderem e por isso são muitas vezes os que dão azo para a desordem”¹⁵. O embate entre autoridades locais e outros sujeitos pode ser observado, por exemplo, em um episódio ocorrido na vila de Macapá em 12 de outubro de 1825, na ocasião em que autoridades e militares celebravam a Independência Brasileira. Ilustra bem essa situação uma representação feita pelo governador de Macapá na qual expõe ao presidente da província o “afronte” sofrido pelo Juiz Ordinário, Silvério José da silva:

[...] Tendo assim concluído marcha a Tropa à quartéis; e depois commigo se reúnem os Officiaes no Quartel do capitão Commandante; e logo immediatamente vejo subir pelas escadas o Juiz Ordinario somente, e entrando para a salla onde estávamos rompe no excesso de extranhar-me perante toda a Officialidade com a maior grosseria e arrogância o procedimento do Commandante da Tropa, requerendo-me a sua prisão por não ter mandado apresentar as armas a Camara e a Effigie de Sua Magestade posta com a maior indecência na janela da Caza da Camara, exprobrando-me esta falta como meu superior e acompanhado de certos desvarios que deo a entender serem efeitos de ebriedade. Eu olho para alguns Officiaes e conhecendo-lhe toda a indisposição contra o Juiz por este ataque [...] respondendo ao Juiz muito moderadamente que assim se praticava na cidade, e que o Commandante havia executado sem alteração as minhas ordens: não foi bastante, eleimpoliticamente da as costas e vai rapidamente descendo as escadas ameaçando o Governador e Commandante. Immediatamente sou advertido que nas residencias do Major reformado Antonio de Azevedo Coutinho, e do Alferes Alexandre [...] Vaz que não comparecerão na Igreja, e o ultimo fingindo-se doente não compareceu na formatura do Batalhão, se achavão grupos de gente, bem como pelos cantos da Praça se vião alguns indivíduos como espreitadores: Não tardei que não fosse informado que o Juiz havia sido mandado pelos motinos e que estes estavam a espera do resultado, bem firmes em que eu jamais poderia deixar de ressentir-me vendo-me affrontado pelo Juiz na maior publicidade; ou que pelo menos o Commandante de certo não soffreria humilhante insulto em seu próprio Quartel, para promoverem a sedição. He verdade que a minha procedência neste conflito parece covardia [...] porque atalhei na verdade huma grande desordem, de que muito me lizongei aguardando somente q V. Ex^a. me desafronte []¹⁶

Esse trecho do documento revela claramente a dificuldade do governo local em manter sob controle alguns moradores, porquanto, um simples procedimento do comandante da guarnição durante a solta de fogos e vivas ao Imperador e a Independência do Brasil tornava-se motivo de embate. No entanto, o governador orgulhava-se por não ter revidado ao afronte, visto que assim pôde manter a “ordem” e os amotinadores não puderam prosseguir com uma provável sedição. E ainda que existissem sujeitos reunidos nas residências dos dois militares e outros pelas ruas observando as movimentações, dizia não ter receio “porque todo este povo e

¹⁵ APEP, Códice 819, Documento N° 18, Ofício de 8 de outubro de 1825.

¹⁶ APEP, Códice 819, Documento N° 19, Ofício de 14 de outubro de 1825.

mesmo a guarnição a exceção de alguns Officiaes não se unem ao motinos, que he muito pequeno número, antes clamão contra elles sem cessar”¹⁷.

Porém, em um ofício do dia 26 de outubro de 1825¹⁸, João Baptista da Silva mudaria o seu discurso, isso porque, na noite do dia 20 do referido mês, succedeu-se a fuga de alguns presos e, conforme relatava nesse documento, a referida fuga não poderia ter ocorrido sem o auxilio de terceiros. Sendo assim, suspeitava da participação de civis e militares, com exceção dos oficiais, “todos os mais são de suspeitos e todos cooperarão para que esta Praça fosse enxovalhada pelos rebeldes de Cameté”. Essas sublevações, segundo o governante, ocorriam porque “elles não encarão bem os amigos do Imperador, da Pátria e da Independência do Brazil”.

Além disso, relatava que os amotinadores estavam associados com o major reformado Antônio Azevedo Coutinho, o capitão de milícia reformado João José Pereira e o Juiz Silvério José da Silva, inclusive em outra ocasião esse último, juntamente com mais três ou quatro moradores da vila, teria esperado “o ex governador desta Praça, o Sargento Mor de Artilharia, Ignacio Antonio da Silva para o assassinar”¹⁹. Esses sujeitos, juntamente com outros, eram acusados de conspirarem contra o comandante militar “e por conseguinte contra o Governador [...] e continuamente cogitão em attacar as Authoridades Militares”²⁰ além de promoverem alvoroços na vila.

Embora a fuga tenha sido bem sucedida, o governador enfatizava que, tomadas as devidas providências, os rebeldes “ficão em ferros e prizão mais segura”²¹, enquanto esperava uma decisão do presidente da província e que este não fazia ideia do trabalho incansável que ele e o comandante da guarnição faziam “para conservar estes povos livres de sustos e sobressaltos, impedindo os passos mal encaminhados dos amotinadores que se achão nesta Villa, emissários dos máos cametaenses”²².

Essas repetidas acusações da presença de sujeitos desordeiros na vila de Macapá e a associação com sujeitos de outras localidades circunvizinhas demonstram, como bem salienta Machado (2006), que apesar das contraofensivas bem sucedidas em Macapá e em outras vilas e povoados circunvizinhos, os rebeldes conseguiram por certo momento desestabilizar as autoridades locais, seja por meio de insubordinações, seja auxiliando nas fugas ou mesmo incitando presos e seus familiares contra as autoridades estabelecidas nessa região fronteiriça.

¹⁷ Idem, Documento N° 18, Ofício de 8 de outubro de 1825.

¹⁸ Idem, Documento N° 20, Ofício de 26 de outubro de 1825.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

Embora não tenham ocorrido confrontos sangrentos como nas vilas de Cametá, Monte Alegre Gurupá, entre outras, esta vila e seus distritos não estiveram livres das ações dos rebeldes que se levantaram nas diversas vilas e povoados do Grão-Pará no período pré e pós- independência, principalmente porque essa região tornou-se refúgio para muitos rebeldes.

A respeito disso, consultamos depoimentos²³ de sete indivíduos que foram presos por uma escolta de Macapá em um mocambo situado no “furo do Itaquára”, localidade circunvizinha a esta vila, em 1825. Entre os presos, estavam os soldados desertores Hilário Antônio e Gabriel Antônio, que confessaram ter participado, juntamente com João Pedro Moreira, de roubos e assassinatos ocorridos nas vilas de Gurupá e Monte Alegre. Este último, considerado o líder do mocambo, havia fugido da escolta de Macapá indo se apresentar em Melgaço, mas logo depois foi enviado para ser julgado juntamente com os outros presos na vila de Macapá. Destarte, após a investigação, esses três presos foram julgados criminosos não só pela deserção como também pelos assassinatos e roubos que cometeram e cooperaram. Além disso, os demais presos que se correspondiam e comerciavam com o desertor João Pedro Moreira, que lhes prestavam todo auxílio, também foram julgados criminosos.

Nesse mocambo viviam também dois negros escravizados que pertenciam a um morador de Gurupá e outros dois desertores que conseguiram fugir da escolta. Vale destacar que provavelmente os objetivos desses sujeitos que se encontravam nesse espaço de refúgio não eram os mesmos, mas naquelas circunstâncias juntaram-se contra inimigos em comum. Nesse sentido, se as localidades circunvizinhas abrigaram rebeldes fugidos, a vila de Macapá, por sua vez, recebeu moradores de outras vilas que fugiam com medo dos rebeldes, como foi o caso do tenente-coronel Aniceto e seu sobrinho Nicolau, moradores de Monte Alegre, que após presenciarem a morte de europeus e também de dois brasileiros, fugiram para a vila de Macapá²⁴.

Posto isso, percebe-se que as desordens informadas na documentação, assim como as acusações das autoridades contra aqueles que se contrapunham a elas, eram situações que estavam de alguma maneira interligadas direta ou indiretamente a indivíduos envolvidos em movimentos rebeldes que se espraíram pelo interior do Grão-Pará. E, assim como as autoridades, os rebeldes se declaravam “Brazileiros amantes de Sua Magestade Imperial”²⁵, porém por possuírem anseios distintos, eram descritos nas documentações como “moradores desprezíveis”, “amotinadores”, “perturbadores da ordem” e “inimigos da pátria”.

²³ APEP. Códice 819, Auto de Conselho de Investigação de 15 de fevereiro de 1825.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

Assim como já mencionado, mesmo com o governo provincial aumentando a repressão e retomando o controle sobre a província, manifestações continuaram acontecendo de forma pontual em diferentes lugares por todo o restante da década de 1820. Entretanto, por meio da documentação consultada, não conseguimos identificar, na região do Cabo Norte nesse período, outros conflitos mais diretos como os citados acima, talvez porque, como analisa Machado, o controle da província deu-se sobretudo através do aumento do trabalho compulsório sobre os homens pobres livres, de maneira que foram enviadas para Macapá ordens expressas da capital “para que não se permitisse que os tapuios ficassem vagando sem ocupação” (2006, p. 288). Importante destacar que os tapuios eram indígenas integrados à sociedade e que compunham grande parte das forças armadas, além de formarem um contingente populacional significativo. Mantê-los sob controle, portanto, poderia evitar a desordem tão temida pelas autoridades provinciais e locais.

A não identificação de outros embates nessa região, todavia, não significa o total controle sobre os indivíduos, uma vez que consta em correspondências de 1827 enviadas pelo major Ignacio Pereira, governador que sucedeu João Baptista da Silva, para o então presidente da província, José Felix Pereira de Burgos, a ocorrência de constantes diligências em busca de soldados desertores que vagassem por essa região, demonstrando assim a ocorrência de fugas e deserções e a preocupação das autoridades em capturar sujeitos que poderiam vir a causar-lhes problemas. Nessas correspondências não há relatos da captura de desertores, no entanto, consta a captura de negros escravizados fugidos, sendo “dois pretos fugidos de Cayena”²⁶ pertencentes a moradores franceses daquela localidade e “dois escravos, Jozé Maria e Jozé Antonio [...] dizem os dittos escravos pertencem estes ao Cappitão Jozé Francisco Barateiro da Província do Maranhão”²⁷.

Além das fugas, havia também a preocupação com as questões fronteiriças, pois as escoltas eram encarregadas de capturar “todos os dezertores que por alli, ou pelos destrictos desta Villa se encontrassem; como também examinar se havia notícia de terem aparecido alguns francezes”²⁸ por essa região. Em ofício de 6 de agosto de 1827, o governador José Ignacio relatava que uma escolta havia encontrado, em uma pequena povoação de indígenas, cujo principal era um português de nome João Marajó, alguns objetos e cinco cartas as quais inferia “que algum francês de Cayena seria o portador das mencionadas cartas”²⁹ e que, apesar da boa relação em que se achava o Império do Brasil com a Nação Francesa, parecia-lhe ser

²⁶ APEP. Códice 819, Documento Nº 39, Ofício de 9 de julho de 1827.

²⁷ APEP. Códice 819, Documento Nº 40, Ofício de 6 de agosto de 1827.

²⁸ APEP. Códice 819, Documento Nº 41, Ofício de 6 de agosto de 1827.

²⁹ Ibidem.

um atentado os franceses entrarem pelo interior de um país estrangeiro sem licença das autoridades.

Esses indícios de franceses circulando por essa zona de fronteira e mantendo relações com seus habitantes nos ajudarão a entender, de certa maneira, os embates diplomáticos suscitados entre Brasil e França na década de 1830, pois apesar da “boa relação” mencionada pela autoridade local, é possível perceber na documentação a tensão em torno dos limites territoriais com a Guiana Francesa. Ressalta-se ainda que o imbróglio diplomático continuaria por todo o século XIX e, durante os anos em que ocorreram as lutas cabanas, a tensão aumentou, sobretudo a partir de 1836 quando um posto militar francês foi instalado em uma área a direita do rio Oiapoque com o argumento de resguardar as possessões francesas de possíveis ataques de rebeldes cabanos.

Assim sendo, o não registro de confrontos sangrentos nas terras do Cabo Norte após a Independência do Brasil não significou a estabilidade política e social nessa região, pois como se pode perceber pelo exposto acima, alguns sujeitos se rebelaram contra as autoridades locais e, mesmo após um maior controle sobre os homens pobres livres, continuaram ocorrendo deserções e fugas. Desse modo, foi por meio do estabelecimento de alianças e solidariedades que fugitivos amocambados e desertores conseguiam de certa maneira seguir resistindo aos seus adversários, de tal modo que essas relações adentraram a década de 1830 e foram intensificadas no período da Cabanagem.

Como observamos no decorrer deste capítulo, desde o período colonial, a região do Cabo Norte esteve envolvida em conflitos diplomáticos com os franceses e, em meio às disputas territoriais, tornou-se um espaço de circulação e de contato entre indígenas, negros escravizados, soldados desertores, franceses, entre outros. Ademais, vilas e povoados foram instalados na segunda metade do século XVIII e a população foi se estabelecendo. No contexto das lutas e embates em torno da Independência do Brasil, além dos problemas fronteiriços que perdurariam por todo o período oitocentista, as autoridades locais tiveram que lidar com os ânimos exaltados de alguns moradores contrários ao alinhamento da vila de Macapá ao Império do Brasil. Essas insatisfações resultaram em desordens, insubordinações e fugas, dificultando a manutenção da estabilidade e do controle sobre o território e alguns de seus habitantes. Isso se estenderia pelo restante da década de 1820 e aumentaria na década de 1830, sobretudo no contexto da Cabanagem.

CAPÍTULO 2

A CABANAGEM E AS TERRAS DO CABO NORTE

Após a Independência, embora tenham ocorrido avanços em relação à consolidação política do Império, o governo do Brasil passou a enfrentar uma longa crise econômica e política, em suma decorrente dos empréstimos internos e externos, cuja dívida foi se acumulando no decorrer do Primeiro Reinado, somadas às divergências entre o parlamento e o monarca, à perda de popularidade deste devido às concessões feitas à Grã-Bretanha e que feriam os interesses das elites, além dos ataques promovidos pela imprensa composta por grupos opositores. Nessa conjuntura, D. Pedro I foi forçado a abdicar do trono, iniciando-se assim o período denominado tradicionalmente como período regencial (1831 a 1840), marcado por vários conflitos que eclodiram em diferentes partes do Brasil. É nesse contexto que os ânimos voltam a acirrar-se no Grão-Pará e conflitos violentos tornam a irromper na província, culminando na eclosão do movimento que ficou conhecido na historiografia como Cabanagem.

Assim sendo, neste capítulo serão analisados alguns fatores internos e externos que culminaram na eclosão da Cabanagem na capital da província, Belém, em 1835, e levaram a luta armada a expandir-se por diversas vilas e povoados do Grão-Pará, alcançando inclusive a região de fronteira das terras do Cabo Norte com a Guiana Francesa. Buscando também compreender as medidas adotadas pelos agentes do Império para tentar conter os conflitos ocorridos nos diferentes pontos da província, bem como para defender esse território fronteiro das investidas francesas, visto que nesse contexto de lutas internas o governo francês aproveitou a oportunidade para instalar um posto militar na área em disputa entre Brasil e França.

Para isso, utilizaremos alguns estudos que abordam sobre a instalação de um posto militar francês na região em litígio, assim como informações constantes em algumas poucas bibliografias que tocam neste tema específico, de maneira que faremos o cruzamento dessas informações com as encontradas em documentos manuscritos pertencentes ao Arquivo Público do Estado do Pará, ao Arquivo Histórico do Itamaraty e Biblioteca Nacional Digital, vislumbrando com isso entender os impactos das políticas de segurança adotadas como medidas para dar conta das ameaças e desavenças com os franceses, mas também a gestão das práticas sociais locais e o controle sobre as pessoas que viviam nessa região.

2.1 – Interiorização da Cabanagem na província do Grão-Pará

Embora o período em que ocorreu o movimento cabano na província do Grão-Pará seja compreendido entre os anos de 1835 e 1840, é sabido que um movimento com as proporções e alcance como o da Cabanagem não costuma acontecer de maneira instantânea e isolada. Dessa maneira, consideramos que a eclosão da Cabanagem emergiu como parte de um processo de luta e resistência frente às estruturas de dominação e subordinação existentes na sociedade paraense, cujas raízes remontam à crise do colonialismo português e ao conturbado processo de formação do Estado brasileiro. Além disso, Luís Balkar S. P. Pinheiro enfatiza que a “Cabanagem não deve ser entendida como um movimento episódico, sendo antes um processo de múltiplas tensões que encerram percursos, demandas, ideários e objetivos distintos” (2009, p. 1).

Como bem salienta Magda Ricci (2007), apesar de a Cabanagem ser considerada como uma das típicas revoltas do período regencial, geralmente analisada como um movimento regional, ela abarcou um território amplo e internacional que contrasta com essa visão regional mais restrita. Ademais, envolveu povos de etnias e culturas diversas, dentre os quais estavam indígenas, mestiços, negros escravizados e libertos que, percebendo que possuíam lutas e problemas em comum, passaram a combater aqueles considerados seus inimigos. Todavia, não podemos esquecer o complexo cenário no qual estavam envolvidos e simplificar as relações desenvolvidas entre os que participaram das lutas cabanas, pois não havia uma unicidade do movimento, de modo que nem todos comungavam dos mesmos anseios.

André Roberto de A. Machado ressalta que, em estudos mais recentes, as “causas da Cabanagem têm sido apontadas em razões não só locais, mas recortando aspectos bastante específicos, como disputas por terras, a manutenção de modos de vida tradicionais ou mesmo optando-se por isolar a análise em áreas do interior da província” (2016, p. 285). Assim sendo, sem desconsiderar os estudos anteriores, buscou demonstrar que fatores externos, relacionados às disputas regenciais, influenciaram direta ou indiretamente as disputas internas ocorridas na província do Grão-Pará. Segundo o referido autor, as conexões com as políticas imperiais nos ajudam a compreender algumas causas dos conflitos e embates que conduziram a sociedade paraense a uma profunda crise política, econômica e social.

Em relação ao Cabo Norte, mais especificamente, essa inserção dos debates sobre a Cabanagem em um contexto mais amplo nos permite analisar essa região à luz dos debates sobre fronteiras nacionais e territorialidade na formação do Estado Nacional Brasileiro, visto que, mesmo após a Independência, as indefinições dos limites fronteiraços com territórios

vizinhos continuaram sendo motivos de tensão ao longo do século XIX, inclusive nessa zona limítrofe com a Guiana Francesa. Mariana F. da C. T. Flores, ao abordar sobre a historiografia da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, destaca que até fins do século XIX “não existiam fronteiras especificamente nacionais, havia, isso sim, fronteiras ‘provinciais’” (2017, p. 335). Essa é uma questão, portanto, que deve ser ponderada ao analisar os embates ocorridos nessa área de fronteira no contexto da Cabanagem, pois o contato de cabanos com franceses colocava em risco o controle sobre esse território.

Assim, conforme a análise de André Machado, algumas reformas nacionais ocorridas nas décadas de 1820 e 1830 haviam modificado as instituições do Pará, tais como a criação do cargo de Governadores de Armas, de Juizes de Paz, dos Conselhos Gerais de Província e da Guarda Nacional, de modo que as esferas local e nacional se interconectavam, sobretudo, por meio das ações do Parlamento Nacional (MACHADO, 2016; HARRIS, 2017). E é justamente nas decisões ou omissões da Câmara e do Senado que, segundo o autor, estão algumas das causas da Cabanagem, dentre as quais destaca a timidez das reformas constitucionais, o isolamento da província do Pará e a omissão do Parlamento diante das questões relacionadas ao trabalho compulsório dos indígenas, sobretudo de tapuios, que embora considerados livres, eram obrigados a trabalhar compulsoriamente. Porém, enfatiza que este é um tema ainda pouco explorado na historiografia, o que chega a ser surpreendente devido à importância que teve para a culminância da revolta no Grão-Pará.

Uma das motivações para os confrontos armados seriam o descontentamento e frustração por parte daqueles que almejavam adquirir, por meio das reformas constitucionais, uma maior autonomia para os poderes provinciais e, conseqüentemente, diminuir a interferência do poder central na província. No entanto, devido à limitação dessas reformas, a esperança do grupo político liderado pelo cônego Batista Campos, protagonista político que volta a atuar no Pará após ser exilado, não se concretizou, pois de acordo com Machado “as mudanças efetivadas na reforma de 1834 mantiveram os limites impostos por deputados e senadores em 1832 [...], isso provocou um enfrentamento entre o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, e os partidários de Batista Campos” (2016, p. 289). Campos e seus aliados passaram então a ser perseguidos por tropas militares. Fugidos da capital, refugiaram-se na fazenda de Felix Clemente Antônio Malcher, na região do Acará, onde Campos veio a falecer. Mas a sua morte, como ressalta Mark Harris (2017, p. 257),

[...] em nada diminuiu o apetite por mudança. De seu esconderijo na floresta, a alguns dias de canoa da capital, aqueles que ficaram planejaram a tomada da cidade durante a Festa de São Tomé, na noite de 6 de janeiro. Prepararam um manifesto, denunciando as atrocidades recentemente cometidas pelo governo e pela facção portuguesa [...] Bandos de Homens deveriam ser posicionados nas ilhas em torno de

Belém, que então atravessariam o rio, para se juntarem aos soldados e civis armados, reunidos para as festividades. Ao raiar do dia, várias forças haviam se reunido e ocupado diferentes posições. Oficiais de médio escalão nos quartéis foram fuzilados primeiro, depois o presidente e, em seguida altos comandantes militares e o mercenário britânico James Inglis, que havia liderado o ataque à fazenda no rio Acará. As prisões foram abertas; Malcher foi declarado presidente e Francisco Vinagre, o comandante militar. Seguiram-se a pilhagem e o assassinato de cerca de 20 comerciantes portugueses. Os rebeldes estavam no controle da cidade.

Com a morte do presidente Lobo de Souza estava deflagrada a Cabanagem e Malcher declarado o primeiro presidente cabano do Grão-Pará. O anseio por mudanças, principalmente por maior autonomia da província, estava entre um dos motores do movimento cabano. A percepção do Parlamento de que a província do Grão-Pará era uma região isolada e de difícil acesso também figurava como uma das causas da revolta. De acordo com Machado, para muitos parlamentares, o isolamento desta província dificultava o controle da Corte sobre essa região e “quando estourou a Cabanagem, essa atitude do Parlamento ficou evidenciada, como se deputados reconhecessem que seu fracasso em integrar a província fosse uma das razões do levante” (2016, p. 298). Apesar disso, a atuação do Parlamento se fez presente na província ao suspender as garantias constitucionais como medida de enfrentamento à Cabanagem, e assim iniciou-se a dura repressão aos revoltosos tanto na capital quanto no interior do Grão-Pará. Se a província era considerada uma região isolada, o movimento cabano demonstrou o contrário, visto que abrangeu um amplo território que contrastava com essa ideia de isolamento.

Outra explicação para a eclosão da Cabanagem estava relacionada ao trabalho compulsório, mas segundo Machado (2016), essa questão foi obscurecida pela ideia de que a Cabanagem havia sido uma “guerra de raças” em que tapuios, mestiços e negros haviam se voltado contra os homens brancos da província. Ressalta também que estudos recentes, entretanto, vêm demonstrando que entre os rebeldes existiam muitos brancos, o que não desqualifica a tese de que o movimento cabano envolveu sim questões raciais. Lembra ainda que, em meio aos conflitos ocorridos no Grão-Pará, em 1823 e 1824, após o alinhamento da província ao Império do Brasil, o discurso racial se fez presente, assim como na Cabanagem, pois à época muitas autoridades alegavam que os ataques dos facciosos eram motivados pelo ódio aos brancos.

As questões raciais, como destaca o autor, mascaravam um problema existente em toda a província e que se arrastava desde o período pombalino. Tratava-se do trabalho compulsório, sobretudo de indígenas. Este era um dos focos de tensão do movimento cabano, do mesmo modo que já havia sido a principal motivação dos envolvidos nos conflitos pós- independência. Magda Ricci salienta que “essa política tradicional e despótica promovia continuados ‘saques’ de indígenas aldeados ou de mestiços alistados, para servirem como

soldados ou trabalhadores longe de suas mulheres, filhos e terras natais” (2008, p. 167). O Parlamento preferia não intervir nas questões relacionadas ao trabalho compulsório no Grão-Pará e, assim, às vésperas da Cabanagem, este continuava sendo um assunto decidido localmente e que gerava embates entre os grupos internos.

Esses fatores abordados por André Machado, como podemos perceber, influenciaram direta e indiretamente nas disputas internas que culminaram na eclosão da Cabanagem. Outras questões como o despotismo, o mandonismo e a escravidão existentes no Grão-Pará fizeram parte das motivações que levaram muitos homens a aderirem à luta por direitos e liberdades. Mark Harris destaca que, no tempo em que ocorreu a tomada de Belém, pela primeira vez “a aliança entre camponeses, soldados, padres e outros liberais reuniu brancos, mestiços negros e índios” (2017, p. 264) para lutarem contra boa parte da elite que lhes impunha um sistema político tirano e inconstitucional. Contudo, devido divergências dentro do próprio movimento, essas alianças foram se desfazendo.

A respeito disso, Magda Ricci (2007) nos informa que, durante o primeiro governo cabano, ocorreu uma disputa entre Malcher e Francisco Vinagre, lideranças do movimento, o que levou os cabanos a dividirem-se em dois blocos. Os seguidores de ambos os lados se indispuseram e estabeleceu-se uma luta armada ocasionando muitas mortes e o assassinato de Malcher. Com a morte deste primeiro presidente cabano, Francisco Vinagre assumiu a presidência e teve que lidar com os ânimos de uma massa mais exaltada. Diferente de Malcher, Vinagre reconhecia o poder regencial e, assim sendo, com a chegada do marechal Manoel Jorge Rodrigues enviado pelo Rio de Janeiro para governar Belém, decidiu deixar o cargo para que este assumisse. Mas essa troca de governo foi envolta de tensões e protestos, visto que, à medida que as demandas e interesses dos revoltosos iam mostrando-se assimétricos, estes se tornavam menos subordinados à liderança, situação que piorava no interior da província, onde pequenos bandos se formavam. Ricci (2007) argumenta que, em meio às disputas internas, os cabanos começaram a eleger novos líderes e a ampliar seus focos de luta.

Essa troca de governo, entretanto, não surtiu muito efeito, posto que em menos de um mês de trégua, em agosto de 1835, a notícia da prisão de Francisco Vinagre e de outros líderes cabanos fez com que os rebeldes, que haviam se retirado para o interior, retornassem a Belém. Nesse retorno, ocorreram violentos confrontos resultando “numa mortandade e luta sem precedentes”. Depois de alguns dias de conflito, os cabanos retomaram a cidade e Eduardo Angelim foi proclamado presidente. Contaram com a adesão de cidades como Santarém, Gurupá, Alenquer, Almerim e Parintins; já outras, como Manaus, Óbidos e Monte Alegre,

foram alvos de ataques dos rebeldes. Harris (2017) e Ricci (2007) destacam que Angelim, terceiro e último presidente cabano, na tentativa de estabelecer a ordem na cidade, mandou prender líderes que haviam libertado negros escravizados e também deu ordens para prender, castigar ou matar escravizados, tapuios e homens pobres livres que haviam perseguido e matado portugueses e homens brancos. No entanto,

[...] a província estava em um estado de revolta generalizada. É muito claro que havia muitos objetivos e motivos diferentes entre os que se insurgiam. Escravos faziam parte de alguns grupos rebeldes, mas não de outros. Alguns rebeldes procuravam vingança de indivíduos específicos e não se interessavam em assumir o poder nas cidades, ou apoiar Angelim; outros atacavam brancos *en masse*, muito embora essas últimas formas fossem exceção, ocorrendo em poucos casos documentados (HARRIS, 2017, p. 262).

Essas distintas perspectivas entre os envolvidos na Cabanagem demonstram o caráter multifacetado do movimento, de modo que as demandas de negros escravizados, tapuios e homens pobres livres muitas vezes divergiam das lideranças do movimento, gerando atitudes de repressão interna como as praticadas por Angelim. Ricci enfatiza que, em meio às divergências internas, “as ações dos cabanos foram saindo do controle e das mãos de seus principais líderes e se afastando de Belém do Pará” (2008, p. 159), de modo que o movimento cabano foi ganhando espaço e força no interior da província. Nesse mesmo contexto, as tropas anticabanas comandadas pelo general José Soares d’Andréa, enviado pela Regência Imperial para assumir a presidência e o comando das armas na província, foram se fortalecendo e em maio de 1836 retomaram o controle da capital. Eduardo Angelim e outras lideranças fugiram para cidades do interior e Andréa iniciou uma política de controle e repressão aos insurgentes.

A retomada da capital, no entanto, não significou o fim do movimento, pelo contrário, a ação dos cabanos se expandiu pelas diversas vilas e povoados da vasta província do Grão-Pará e se interiorizou ainda mais após a prisão e deportação de Eduardo Angelim. Nos anos de 1836 e 1837, um grande número de cabanos tomou cidades como Santarém, Óbidos e Manaus. Segundo Ricci (2008), a principal estratégia utilizada pelos cabanos para convencer outras pessoas a aderirem ao movimento era espalhar notícias e boatos sobre as tropas anticabanas, sendo seus principais alvos as populações rurais mais pobres, entre as quais estavam numerosas etnias indígenas, como os Maué, os Munduruku e os Mura, tapuios, negros e mestiços. A autora salienta ainda que, buscando seduzir essas populações, prometiam cargos militares, terras e melhores condições sociais, e foi dessa maneira que muitas vezes os cabanos conseguiram controlar cidades e vilas no interior da província.

Essas populações de “gente miúda” (RICCI, 2008) ou “populações de cor” (MOREIRA NETO, 1988) foram essenciais para a expansão da Cabanagem em meio aos rios

e matas da Amazônia. Dentre a massa cabana, os tapuios constituíam a parcela mais numerosa e quiçá a mais radical. No entanto, Carlos de Araújo Moreira Neto salienta que essa presença majoritária não significou uma maior participação nas decisões do movimento, isso por não terem apresentado condições de formular e discutir seus próprios programas políticos. Mas Rubens Ricupero, ao se referir as insurreições ocorridas em diferentes lugares do Brasil na primeira metade da década de 1830, ressalta que “apesar do nível incipiente de conscientização e capacidade de formular programas exequíveis e realistas, algumas dessas insurreições denunciavam profundas insatisfações sociais e raciais” (2017, p. 149), como foi o caso da Cabanagem no Grão-Pará.

Insatisfação realmente era algo que estava presente entre os insurgentes. A longa história de exploração dos brancos sobre os indígenas, cujas relações frequentemente eram abusivas e violentas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho compulsório ao qual eram submetidos, figurava como uma das causas, como bem abordou André Machado (2016), que explicava a participação de indígenas, principalmente tapuios, nas lutas cabanas. Sobre essas relações, Harris afirma que “nas décadas de 1810 e 1820, os brancos não pagavam, devidamente, pelos serviços prestados pelos índios; faziam-nos trabalhar tanto, que não tinham tempo de cuidar de suas próprias roças; roubavam suas terras e os puniam, severamente, por infrações menores” (2017, p. 65), situações essas que se repetiam na década de 1830 e que geravam insatisfação e descontentamento nos indígenas envolvidos. Destaca também que, mesmo que não tivessem programas políticos definidos, como mencionam Moreira Neto e Ricupero, não se pode dizer que lhes faltasse ideias sobre como melhorar suas condições de vida.

Sobre a participação de negros na Cabanagem, Luís Balkar ressalta que, embora o número de negros, escravizados ou livres, que se envolveram nas lutas cabanas fosse menor do que o de tapuios, estes protestaram, reivindicaram e lutaram contra o sistema escravista instalado na região. E, contrariando a ideia de falta de conscientização por parte das “populações miúdas”, este autor é enfático ao dizer que estudos sobre revoltas e rebeliões de negros escravizados na Amazônia têm demonstrado que “os próprios escravos logo cedo adquiriram a consciência de que só por meio de sua própria iniciativa poderiam subverter de alguma maneira a ordem escravocrata vigente na região” (1999, p. 153). E que, portanto, atrelar a atuação de negros apenas aos discursos de liberdade propagados pelos líderes cabanos, ou antecessores como Filipe Patroni e Batista Campos, tira o mérito das ações de resistência e rebeldia do contingente negro que bem antes da Cabanagem já lutava contra sua condição de cativo.

Vicente Salles (2015), ao escrever sobre a presença de negros, libertos e escravizados, na Cabanagem, salienta que, com seus ideais próprios de liberdade e justiça social, incorporaram-se ao movimento cabano. Entre suas reivindicações estava a abolição da escravidão, porém como esta não era uma demanda dos governantes cabanos, alguns negros formaram seus próprios bandos dentro do movimento, o que gerava tensão entre os distintos grupos. Tanto Salles como Balkar destacam que Eduardo Angelim, assim como Felix Malcher, reprimiram de forma violenta as rebeliões empreendidas por negros, inclusive mandando matar por meio de fuzilamentos e surras algumas lideranças negras, dentre as quais estavam Joaquim Antônio e Patriota principais líderes da escravaria. Dessa maneira, buscavam frear ou desmobilizar a resistência negra, no entanto, as rebeliões de negros continuaram acontecendo, e estes seguiram lutando por suas demandas e contra seus opressores, incluindo os de dentro do movimento. Seguiram na Cabanagem de maneira autônoma, ainda que mantivessem relações com outros segmentos do movimento como indígenas e mestiços.

Assim, negros e indígenas, juntamente com mestiços, homens brancos pobres e também soldados desertores envolvidos nas lutas da Cabanagem, ainda que por vezes tivessem aspirações distintas, ao longo do movimento perceberam que possuíam problemas em comum que se assentavam no mandonismo, no despotismo e na falta de direitos, sobretudo à liberdade e autonomia, fosse ela política ou social. Mas é importante destacar que nem todas as pessoas que faziam parte desses segmentos sociais tomaram partido, pois conforme Mark Harris (2017) destaca, muitas pessoas relutaram em apoiar, incondicionalmente, tanto os cabanos quanto as autoridades e tropas anticabanos, fosse pela instabilidade da guerra ou temendo possíveis represálias. Além disso, Magda Ricci, assim como Harris, salienta que durante as lutas cabanas muitas pessoas mudaram de lado, principalmente após a repressão iniciada pelo General Andréa em 1836, de modo que:

[...] no todos los cabanos continuaron fieles hasta sus últimos días y no fueron pocos los desertores. Muchos de ellos, para librarse de la prisión, cambiaron de bando. Acusados de actos cabanos cometidos en Belém y en la región bragantina y marajoara (isla de Marajó), en 1835 y en los meses iniciales de 1836, muchos líderes cabanos se aliaron a Andréa tras su llegada y reconquista de Belém, en mayo de 1836. La mayoría fue nuevamente reclutada para las filas anticabanos y partió por el río para retomar el alto Amazonas em los años de 1837-1840. Fue este «refuerzo» el que garantizó hombres y fuerza militar para apalancar el giro en la guerra cabana entre finales del año 1836 y 1837. Es importante notar que la historia cabana también es una historia de desertiones y traiciones (RICCI, 2012, p. 52).

Dessa maneira, podemos perceber que o movimento cabano, além de multifacetado e heterogêneo, era também muito complexo. E na complexidade deste cenário, especialmente após iniciada a repressão aos revoltosos, momento em que a luta armada também se fortaleceu

em diferentes localidades da província, os insurgentes abriram outras frentes de luta e alteraram seu modo de guerrear. Passaram a usar a natureza em seu benefício e para dificultar a ação das tropas que os perseguiram. Furtavam e/ou queimavam plantações, envenenavam rios e igarapés, roubavam gado das fazendas e queimavam matas e florestas para espantar os animais (RICCI, 2007; 2008). Desse modo iam destruindo fontes de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas e, assim, iam resistindo e/ou fugindo da repressão e expandindo o movimento cabano por um vasto território.

2.1.1 - Insurgentes em meio aos rios e matas da Amazônia

Vicente Salles (2015) destaca que, embora a eclosão da Cabanagem tenha ocorrido na capital Belém, foi no interior que o movimento ganhou força e se expandiu. Dessa maneira, com a retomada de Belém pelas tropas comandadas pelo general Andréa, iniciou-se um período de perseguição e repressão aos cabanos, que por sua vez fugiram da cidade e passaram a empreender suas lutas por entre os rios e matas do interior da Amazônia. Segundo Mark Harris (2017), após a fuga de Belém, muitos revoltosos se estabeleceram na região de Ecuipiranga, localizada próximo à foz do rio Tapajós, onde formaram um grande acampamento que, entre o final de 1836 e início de 1837, tornou-se a base do movimento. Além deste, havia muitos outros redutos rebeldes na região, possuindo cada um sua liderança, mas que se vinculavam a uma rede mais ampla do movimento.

É importante salientar que, antes mesmo da retomada da capital pelos legalistas, algumas vilas haviam declarado adesão à presidência de Angelim, dentre as quais estavam Santarém, Alenquer, Almeirim, Gurupá e Parintins; outras como Monte Alegre e Manaus, no entanto, haviam sido invadidas por rebeldes que tomaram seu controle. Embora Angelim soubesse que “tinha o apoio de Belém e de algumas cidades vizinhas [...] ele também estava ciente de que cidades estratégicas, como Cameté e Macapá, estavam sob o poder daqueles que contestavam sua autoridade” (HARRIS, 2017, p. 283). Ainda assim, a maioria das câmaras municipais era favorável a sua presidência, o que não significava necessariamente simpatia aos revoltosos.

Com a fuga dos cabanos para os acampamentos localizados no interior, outras vilas e povoados tornaram-se alvo dos rebeldes que, visando conseguir suprimentos, bem como adeptos para o movimento, iam expandindo suas lutas. Entre suas táticas de conquista e de luta estavam as emboscadas, o envenenamento de rios e igarapés, roubos de armamento, alimento e remédio, assim como furtos de gado e a destruição de propriedades agrícolas e fazendas. Todavia, como afirma Magda Ricci (2008), nesse processo de interiorização da

Cabanagem, os cabanos, ao invés de lutarem primeiramente buscavam convencer as populações locais a aderirem ao movimento, assim muitos indígenas e mestiços foram arregimentados e engrossaram as fileiras cabanas.

No acampamento de Ecuipiranga, por exemplo, embora os líderes fossem em sua maioria desertores da Guarda Nacional, a maior parte dos que a eles se juntaram eram moradores locais (fazendeiros, pescadores, vaqueiros, artesãos e outros soldados desertores) que passaram a apoiar as lutas cabanas. Embora este acampamento seja considerado por Harris (2017) como o centro do movimento até meados de 1837, outros grupos passaram a lutar de maneira paralela aos que ali se reuniam, especialmente devido à divergência de ideias. O autor sugere que escravizados fugidos não fizeram parte deste acampamento, pois as lideranças que ali estavam não tinham interesse em acabar com a escravidão e nem em fazer alianças com negros escravizados. Porém, Luís Balkar (1999) destaca que a maioria dos rebeldes de Ecuipiranga era constituída por mestiços e até mesmo negros, não deixa claro se escravizados ou libertos. Certo é que, mesmo que escravizados não tenham feito parte deste agrupamento, grupos autônomos de negros escravizados e/ou libertos não deixaram de lutar por suas demandas.

Harris ressalta que, em março de 1836, havia notícias de que um grande número de negros escravizados estava reunido no lago Grande às proximidades de Vila Franca, não muito distante de Ecuipiranga. Já Ana Renata do Rosário Lima, ao pesquisar sobre a Cabanagem na região do Acará, constatou que essa região se tornou um foco de tensão, sobretudo devido à presença de muitos rebeldes negros que “estavam incendiando e saqueando fazendas em vários pontos, e matando quem consideravam seus inimigos, como fazendeiros e alguns gentios” (2005, p. 116). A documentação por ela consultada revelou que um negro escravizado de nome Felix José Gonçalves, conhecido por “Preto Felix”, principalmente a partir de 1836, havia liderado uma grande quantidade de escravizados insurgidos nessa região do Acará.

Felix e seus seguidores tomaram várias localidades e terrenos dessa região onde, mesmo que temporariamente, desfrutaram de certa autonomia e liberdade. Quando perseguidos pelas tropas anticabanas, conseguiam se movimentar com facilidade pelos rios da região e assim fugiam antes que os soldados os alcançassem. As denúncias de anarquia e violências promovidas pelos cabanos partidários do “Preto Felix” eram constantes. Além disso, notícias davam conta de que, em agosto de 1836, Eduardo Angelim e mais de cem cabanos que o acompanhavam haviam se juntado a Felix e seu bando, de mais ou menos quatrocentos negros, em um acampamento localizado no Rio Pequeno com a intenção de

tomarem toda a região do Acará. Lima (2005), no entanto, não constatou que estes homens tenham tomado posse de toda a região do Acará, até mesmo porque, com as constantes batidas militares sobre os igarapés e matos, estes rebeldes se espalharam por diferentes pontos da região. Ademais, alguns desses insurgentes acabaram sendo presos ou mortos pelas tropas legalistas. Embora não se saiba até quando esse grupo de Felix tenha existido e resistido, certamente as lutas continuaram.

Já em relação a Eduardo Angelim, Domingos Antônio Raiol relata que, em meio a uma das diligências realizadas pelos militares na região do Acará, este líder cabano foi ferido com um tiro na perna, e estando seus seguidores “reduzidos já a pequeno número, não quiseram mais acompanhá-lo julgando-se perdidos, cada um tratou de fugir e salvar-se como pôde” (1970, p. 978). Destarte, com a ajuda de um indígena que o acompanhava, conseguiu fugir para a mata e de lá seguiram para as cabeceiras do Rio Pequeno onde se refugiou. Porém, outro indígena, provavelmente um de seus desafetos, denunciou seu paradeiro. Além da denúncia, teria auxiliado o Alferes Pedro Gonçalves e sua tropa a chegarem até o esconderijo onde estava o líder cabano. Surpreendido por essa diligência, Angelim não teve com resistir e assim foi preso e conduzido à capital em outubro de 1836.

Mas o que nos chama a atenção é esse ajuntamento de Angelim e seu bando ao “Partido Negro Cabanal” liderado por Felix, pois lembremos que pouco tempo antes, quando ainda era presidente, este líder cabano deu ordens para punir sujeitos que haviam matado e perseguido homens brancos, dentre os quais estavam negros, e também os que haviam libertado negros escravizados. Isso demonstra a complexidade do movimento e o jogo de interesses presente nesse contexto de lutas cabanas, mas também revela que insurgentes iam reelaborando suas estratégias para permanecerem na luta, e mudar de lado mostrava-se como uma delas. Segundo Lima, os cabanos, dentre os quais estavam negros escravizados fugidos e libertos, mantinham contato com escravizados que permaneceram nas fazendas e assim “conseguiram invadir fazendas e roubar gados. Tiveram também, envolvimento com militares estrangeiros, para o roubo de armas. Conseguiram também, comercializar ou trocar produtos de suas pequenas roças clandestinas” (2005, p. 118-119) cultivadas nos mocambos ou em redutos rebeldes localizados em lugares de difícil acesso.

Ao mesmo tempo em que rebeldes se insurgiam no Acará, outro grupo liderado por Diniz Marcelino de Souza, um dos cabanos de Ecuipiranga, tentava tomar Óbidos. Esse líder, no entanto, fez um acordo de paz com Manoel Sanches, juiz de paz local, e assim os cabanos que estavam sob seu comando se estabeleceram no quartel de Óbidos. Porém, esses homens desrespeitaram o acordo firmado e promoveram um ataque à cidade, matando alguns homens

e saqueando algumas casas. Isso fez com que Sanches fizesse outro acordo em outubro de 1836, um mês após o ataque, mas agora com um mercenário estrangeiro de nome Bararoa para que atuassem juntos contra os rebeldes que estivessem na região do alto e baixo Amazonas. Seu acordo foi reconhecido pelos comandantes militares da região, visto que Bararoa e seus homens já haviam auxiliado as tropas legalistas na retomada do controle de Manaus, em setembro. Assim, passaram a atuar conjuntamente na perseguição aos cabanos, sobretudo na tentativa de destruir o acampamento de Ecuipiranga.

Enquanto isso, as tropas legalistas buscavam com afincado retomar Santarém, uma vez que, desde fins de março de 1836, o local estava sob o poder dos revoltosos. Na ocasião um grupo de cabanos, formado por “índios e brancos – chegou à cidade liderado por Thomas Antônio de Faria, um cabano ‘sem igual’” (HARRIS, 2017, p. 287), matou cerca de 30 pessoas entre civis e soldados, dentre os quais estavam donos de escravos e grandes proprietários de terras da região. Esta era considerada uma das principais cidades fora de Belém, não só por seu tamanho como também por sua localização. Assim sendo, depois de muita resistência e alguns cabanos mortos, Santarém foi reconquistada pelas tropas imperiais, todavia, estimava-se que 600 rebeldes haviam conseguido fugir pelas florestas e rios antes que fossem capturados. Outras vilas que haviam se tornado reduto dos rebeldes também foram sendo sucessivamente retomadas pelas forças imperiais, entre elas Alenquer, Faro e Monte Alegre.

Entre o final de 1836 e meados de 1837, os confrontos entre rebeldes e legalistas ocorreram com muita frequência, pois os cabanos resistiam à tomada de seus redutos e quando perdiam o controle dessas localidades para as tropas anticabanas, fugiam para a floresta e lá ficavam aguardando um tempo para se reagruparem e voltarem a tomar outras localidades ou retomar as que haviam perdido. Segundo Harris, foi nesse contexto de contínuos e intensos conflitos que o acampamento de Ecuipiranga foi tomado pelas tropas imperiais. Manoel Sanches era quem comandava os anticabanos na região e organizou a tomada deste acampamento rebelde, de modo que, em junho de 1837, três navios de guerra bloquearam a passagem para Ecuipiranga e os soldados legalistas empreenderam o ataque, todavia, sem muito sucesso, porquanto só conseguiram destruir “as fortificações próximas à costa, algumas casas e o equipamento para a produção de farinha de mandioca” (2017, p. 302), não conseguindo adentrar para o interior do acampamento em virtude do pouco número de soldados e o pouco conhecimento destes sobre a área. Entretanto, mesmo com o fracassado ataque muitos cabanos que viviam no acampamento

[...] tinham se dispersado para outras localidades, mas cerca de 500 permaneceram na fortificação de Ecuipiranga. Com a ajuda dos Munduruku, as estradas para o interior foram bloqueadas por árvores derrubadas, armadilhas e guardas até 25 de junho, para impedir qualquer “vazamento”. O cenário estava armado para uma grande batalha (HARRIS, 2017, p. 303).

Ainda que muitos rebeldes tenham se espalhado por outras localidades os que ficaram estavam preparados para um novo confronto. O que veio a ocorrer em 12 de julho de 1837, quando os legalistas em uma ação coordenada juntaram militares, inclusive com reforço vindo do Maranhão, mercenários e seus bandos, assim como alguns indígenas Munduruku e atacaram novamente Ecuipiranga. Desta vez o ataque resultou na rendição dos insurgentes e na destruição do acampamento. Entretanto, nem todos os prisioneiros foram enviados para Belém, segundo Harris (2017) alguns dos capturados foram obrigados a compor as fileiras anticabanas e a lutar pelas forças imperiais. Com a destruição de Ecuipiranga, os comandantes militares acreditavam que toda a região estava pacificada, todavia não foi bem o que aconteceu, pois ainda havia cabanos espalhados por diversas localidades da província, sobretudo em lugares mais afastados, porquanto a destruição de um reduto rebelde significava o surgimento de outro(s).

Aliás, Auxiliomar Silva Ugarte destaca que, ao longo de 1837 e boa parte de 1838, o general Andréa prosseguiu com a supressão à Cabanagem e os “bolsões de resistência rebelde firmaram-se em muitos rios, florestas e aldeias isoladas da vasta província” (2009, p. 300). Apesar da perseguição, destruição de redutos, mortes, prisões e punições, os insurgentes que conseguiam fugir continuavam na luta e buscavam convencer mais pessoas a aderirem ao movimento, tanto que Magda Ricci afirma que entre 1837 e 1840 havia muitos cabanos no Amazonas e no complexo hidrográfico do Madeira-Tapajós. Essa era uma região cuja mão de obra indígena, bem como de mestiços e tapuios, era muito presente e, assim sendo, “significa que, depois de 1837, o movimento cabano atingia numerosas etnias indígenas e, de outro, tocava em um nó bastante complicado que era a questão das fronteiras amazônicas” (2008, p. 161), assunto que abordaremos mais à frente, especificamente sobre a fronteira franco-brasileira.

A respeito da participação de indígenas e tapuios na Cabanagem, podemos perceber que eles estavam presentes em ambos os lados do conflito. Exemplo disso é que, na tomada de Ecuipiranga, os legalistas receberam o apoio do chefe dos Munduruku, ao mesmo tempo em que alguns desse mesmo grupo se uniram aos rebeldes para auxiliá-los no confronto. Foi também um indígena que ajudou Angelim a escapar quando este foi ferido pelas tropas que o perseguiram, do mesmo modo que outro indígena, de uma das aldeias do Acará, foi o responsável pela denúncia que culminou em sua captura e prisão. Certamente, muitos grupos

indígenas aderiram ao movimento, mas “de todos os Maués, os Mura e seus remanescentes foram cabanos especialmente belicosos” (RICCI, 2008, p. 162). Já em relação aos Munduruku, apesar da presença de alguns deles junto aos insurgentes, outros aliaram-se às tropas anticabanas auxiliando-as na perseguição e captura dos rebeldes. Miguel A. Menéndez (1992) ressalta que a aliança de indígenas e legalistas no combate aos cabanos dava-se, sobretudo, em virtude das hostilidades já existentes entre alguns grupos, e também pela possibilidade de receberem algum benefício em troca desse apoio.

Sobre a presença de cabanos na região do Amazonas, Raiol destaca um trecho do discurso proferido pelo presidente Andréa em 8 de abril de 1839 ao seu sucessor, Bernardo de Sousa Franco, no qual dizia que apesar da “tranquilidade” e “ordem” em que se encontrava a província, rebeldes continuavam tumultuando distritos dessa região, “particularmente no rio Madeira, onde os índios não *estavam* completamente obedientes” (1970, p. 997). Ademais, insurgentes que se encontravam nas cabeceiras do rio Tapajós contavam com a simpatia de tapuios, cafuzos e outros homens pobres da circunvizinhança. Além da região do Amazonas, havia notícias de que cabanos apareciam vez ou outra nos arredores de Breves e Gurupá, e que nas terras do Cabo Norte, especificamente na região do Amapá, próxima à fronteira com a Guiana Francesa, existiam rebeldes escondidos. Portanto, apesar do discurso de Andréa, rebeldes continuavam achando maneiras de lutar e resistir contra seus inimigos, ainda que, depois de 1838, como destacado por Ricci (2008), os cabanos não fossem mais vistos reunidos em números grandiosos como nos dias em que tomaram a cidade de Belém em 1835 ou quando invadiram entre 1836 e 1837 as cidades de Óbidos, Santarém e Manaus. Até porque, com a repressão os insurgentes, foram se espalhando pelos rios e matas dos interiores da província, de modo que:

Seus avanços fizeram muito alarde no médio, no alto Amazonas e nos rios Negro e Trombetas, entre os anos de 1836 e 1837. Revolucionaram cidades como Santarém, Manaus e toda a região até a fronteira com o atual Estado do Amapá. Também rumaram para a calha dos rios Tocantins e Madeira, indo em direção a Maranhão e Piauí. Deixaram atrás de si uma Amazônia cabocla que exaltava o poder das novas lideranças (RICCI, 2007, p. 28).

Assim sendo, indígenas, tapuios, mestiços, negros escravizados e livres espalhados em um amplo território, foram estabelecendo ao longo do movimento laços de solidariedades e alianças, fosse com aqueles que se embrenharam pelas matas, rios e igarapés e/ou com aqueles que lhes davam apoio tanto nas fugas, quanto para a obtenção de armas e alimentos. Além disso, em meio às lutas foram (re)elaborando estratégias de sobrevivência e resistência, o que significou em alguns momentos aliar-se aos que supostamente seriam seus inimigos/opressores. Balkar (1999) e Ricci (2008) destacam que não se pode pensar os

cabanos como uma massa homogênea, visto que havia rivalidades entre as diferentes etnias indígenas, assim como entre os negros escravizados vindos de diferentes lugares da África e, embora vivenciassem problemas em comum, como o trabalho compulsório e a escravidão, algumas vezes as rivalidades os colocavam em lados opostos da luta.

Ademais, mesmo que não tenha se mostrado como regra, Balkar enfatiza que “é legítimo supor que alguns escravos tenham dado ênfase às atitudes condescendentes e submissas como parte de suas estratégias individuais de sobrevivência dentro de um sistema que lhes era francamente desfavorável” (1999, p. 167) e assim continuado ao lado de seus senhores. Entretanto, como já mencionado, alguns escravizados que permaneceram nas fazendas facilitavam o roubo de gado para rebeldes. Ficar, portanto, podia significar também uma estratégia de resistência. Em relação aos indígenas, Ricci (2008) salienta que a presença de “gentios” em ambos os lados do conflito se dava também por conta de terem suas vidas, terras e roças ameaçadas tanto por tropas legalistas quanto por rebeldes e, sendo assim, quase não havia espaço para a neutralidade. Todavia, parece que lutar ao lado dos cabanos era a estratégia mais vantajosa para a maioria dos povos indígenas, já que um grande contingente deles esteve envolvido na Cabanagem.

Desse modo, podemos perceber que diferentes sujeitos, com demandas e anseios muitas vezes distintos, juntaram-se para lutar contra inimigos em comum. Espalharam-se pelos rios e matas da província e atingiram um vasto território, chegando inclusive à região de fronteira das terras do Cabo Norte com a Guiana Francesa, assunto que analisaremos a seguir. Fizeram alarde por onde passavam, causando muita preocupação às autoridades legalistas e também entre as elites do Grão-Pará, visto que quando um reduto rebelde era destruído, sem muita demora tinha-se notícia de que outros haviam surgido. Sabe-se que muitos morreram em meio aos confrontos e outros foram presos e/ou enviados para longe de suas famílias e terras natais, e que “esse processo de desterritorialização foi central para o controle do movimento cabano” (RICCI, 2008, p. 168). Soma-se a isso a criação dos Corpos de Trabalhadores³⁰, em 1838, pelo qual indígenas, mestiços e negros que fossem considerados “desocupados” passaram a ser recrutados para serviços públicos e particulares. Todavia, embora o movimento cabano tenha sido derrotado por meio dessas políticas de controle social, as camadas mais pobres da sociedade haviam demonstrado, através de suas ações, que

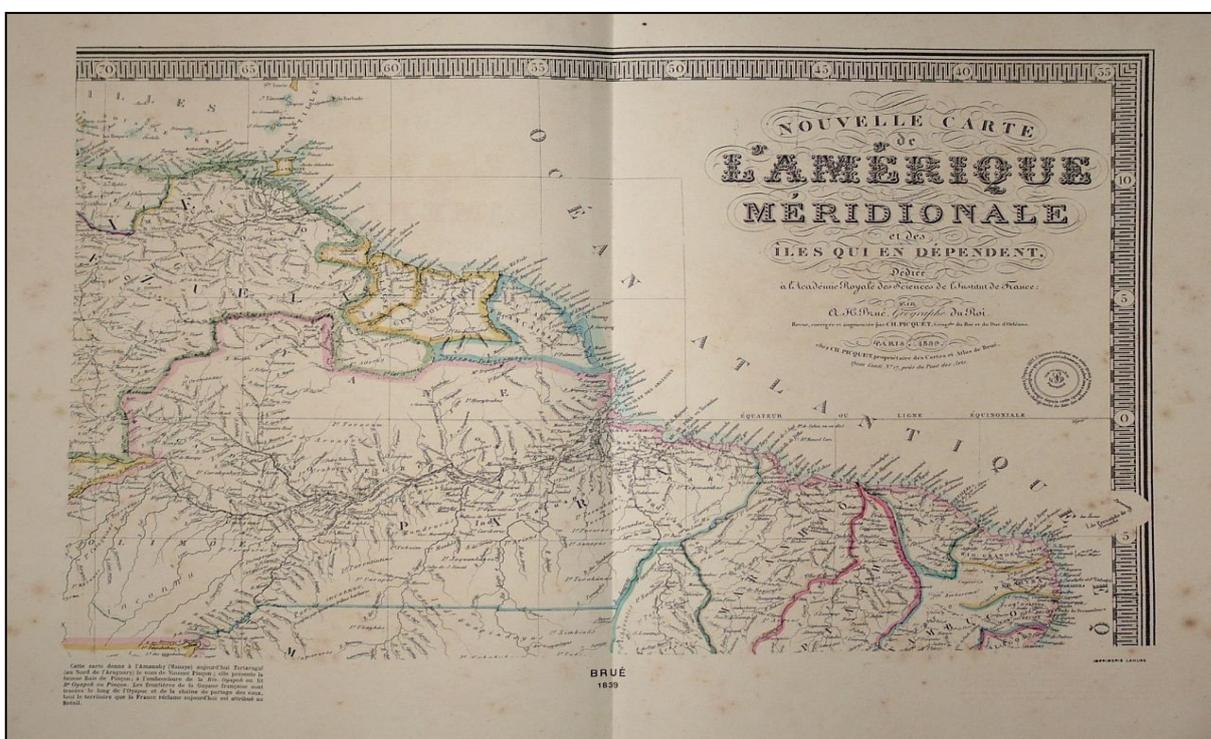
³⁰ Sobre os Corpos de Trabalhadores, ver Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3. Carlos Augusto de Castro Bastos. *Os braços da (des)ordem: Indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX)*. Niterói: UFF, 2004 (Dissertação de Mestrado).

não estavam alheias às situações que os cercavam e que desejavam mudanças, fossem elas políticas, econômicas e/ou sociais. Assim sendo, buscaremos analisar, neste próximo tópico, como a população das terras do Cabo Norte (re)agiu ao movimento cabano.

2.2 – Revoltosos nas terras do Cabo Norte e as medidas para tentar contê-los

As terras do Cabo Norte, como já demonstrado, pertenciam à província do Grão-Pará. No entanto, quando se fala sobre Cabanagem, especialmente durante seu período de interiorização, poucos são os trabalhos que fazem alguma referência a essa região, embora fosse estrategicamente importante devido fazer fronteira com a Guiana Francesa. E também por ser, presumivelmente, um território onde cabanos poderiam encontrar aliados, haja vista a presença de povos indígenas e a existência de muitos mocambos espalhados por entre os rios, igarapés e florestas. Autores como Domingos Antônio Raiol, Arthur Cezar Ferreira Reis, Estácio Vidal Picanço e Magda Ricci figuram entres os poucos que, se não abordam especificamente o tema, sinalizam a movimentação de rebeldes nessa região fronteiriça.

Imagem 1: Mapa do Grão-Pará - 1839



Fonte: Frontières entre le Brésil et la Guyane Française – Second Mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse. Atlas. Paris, 1899. (<https://issuu.com>)

preocupação deste comandante militar, todavia, não era apenas com os sediciosos que buscavam aproximar-se do território sob seu comando, pois em carta datada de 14 de janeiro de 1836, informava ao presidente deposto, Manoel Jorge Rodrigues, que se encontrava refugiado a bordo de uma fragata, que

Nesta Praça e Villa, há habitantes imbuídos dos mesmos sentimentos, etem querido polos em pratica; porem felismente selles tem malogrado seus planos anarchicos e espero continuar a destruir lhes como athe agora, logo que advirem os indicios. A tarefa he bastante arriscada e a unica satisfação, que resta, ou vantagem he conhecellos de perto [...]³¹.

A presença desses habitantes aos quais se referia Monterrozo revela que, apesar da vila de Macapá não ter sido efetivamente atacada por cabanos, existia nela moradores simpáticos às lutas cabanas. Essa informação é extremamente importante, porquanto autores como Ferreira Reis (1949) e Estácio Vidal Picanço (1981) afirmavam que os habitantes de Macapá, bem como de Mazagão, eram contrários ao movimento cabano e que estes apoiavam totalmente os legalistas. Segundo os autores, depois de desencadeada a Cabanagem, macapaenses e mazaganenses teriam se armado para, juntamente com as autoridades locais, combaterem os insurgentes que se aproximassem. Afirmavam ainda que a vila de Macapá havia se transformado em um *baluarte da legalidade*. Entretanto, como podemos perceber pelas informações do comandante desta praça e vila, nem todos os habitantes partilhavam dos mesmos sentimentos.

Porém, cabe aqui lembrar que esta vila era uma das poucas que contestavam a autoridade de Angelim e, assim sendo, seu comandante militar passou a combater os rebeldes que buscavam aproximar-se dela através das vilas e distritos circunvizinhos. Conforme Ferreira Reis e Vidal Picanço, nos meses finais de 1835, alguns rebeldes se aproximaram de Macapá, mas foram rechaçados pelas guarnições que se encontravam espalhadas em embarcações pelos rios Mutuacá, Matapí, Pedreira e Macacoari e assim dispersaram-se pelos arredores da vila; um grupo se instalou na ilha de Santana, outro no furo do Beija Flor e um terceiro na Ilha Vieirinha. Mas, mesmo com o reforço de militares da guarda nacional e o apoio de vários habitantes, o comandante Monterrozo informava a Jorge Rodrigues, em 16 de abril de 1836, que “não está já este Districto, e o do Equador livres dos malvados anarchistas; por quando sendo possivel V.Ex^a. anuir a minha requisição, em breve tempo ficarão estes, e aquelles habitantes restituídos à sua tranquilidade”³².

A presença de cabanos aos arredores da vila de Macapá gerava um clima de tensão e falta de tranquilidade tanto nas autoridades locais quanto nos moradores contrários às lutas

³¹ APEP, Códice 1006/carta p. 28 a 31. 14 de janeiro de 1836.

³² APEP, Códice 1006, Documento 71, 16 de abril de 1836.

cabanos e os colocava em alerta constante. Em 6 de fevereiro de 1836, Jorge Rodrigues informava ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, Manuel da Fonseca Lima e Silva, sobre as dificuldades em receber notícias de Macapá, bem como de outros lugares da província, “em consequência de estarem invadidos os trajetos pelos malvados”, ou seja, a comunicação entre o comandante militar da vila de Macapá e o presidente deposto, bem como com autoridades de vilas circunvizinhas, estava comprometida devido à presença de rebeldes pelos rios e matas dessa região. Esse isolamento impactava ainda as condições de abastecimento da vila, visto que os mantimentos enviados pelo governo provincial para suprir os militares e os prisioneiros enviados para a Fortaleza, por exemplo, não chegavam. O fatoda maioria dos homens recrutados para as fileiras militares serem os mesmos que antes plantavam, caçavam, pescavam e/ou coletavam os produtos da mata também contribuía para esse desabastecimento.

De acordo com Vidal Picanço, apesar da constante presença de cabanos nas proximidades da vila, “Macapá naquele tempo [...] era o núcleo de resistência das forças legais no canal Norte do braço esquerdo do Amazonas” (1981, p. 79). Sobre isto Reis (1949) salienta que, em janeiro de 1836, Monterrozo cedeu 30 militares da Guarda Nacional para reforçarem uma guarnição de Cameté e, em março do mesmo ano, forneceu 50 homens para ajudarem o comandante de Portel a combater cabanos que se encontravam no Afuá, no rio Cajuúna e em Curuçá. Ademais, quando Gurupá e Santarém foram tomadas pelos insurretos cabanos, Macapá serviu de abrigo para algumas autoridades, dentre elas o Juiz de Direito da Comarca do Tapajós, Dr. Joaquim Rodrigues de Souza, que chegou à vila de Macapá em 17 de março de 1836. Os refugiados buscavam abrigar-se sob as muralhas da Fortaleza de São José onde ficavam aguardando ajuda militar para retornarem às suas localidades e fazerem frente aos inimigos insurgentes. Nesse ínterim, o presidente deposto, Manoel Jorge Rodrigues, informava ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, em 22 de março, que havia recebido um ofício do comandante Monterrozo no qual lhe dava:

notícias de Macapá; anuncia-me o comandante da praça que no dia 28 de fevereiro último havia feito sair dali uma expedição de 2 barcos artilhados e 100 praças de guardas nacionais em direitura à foz do rio Cajuúna, a leste da ilha grande de Joanes e quase contígua à vila do Equador. Por lhe constar que naquele ponto existia uma grande reunião dos rebeldes. O resultado foi as nossas armas ficarem vitoriosas desalojando os malvados, dos quais morreram mais de 20 além de muitos feridos, e dispersarem-se pelo mato: tomaram-lhes tôdas as canoas e entre elas um grande batelão que servia para conduzir gado para o lugar onde se achava o seu comandante, o carafuz Manuel Pedro dos Anjos (RAIOL, 1970, p. 905).

Todavia, essa vitória da tropa enviada pelo comandante Monterrozo não foi suficiente para conter os revoltosos que se avizinhavam, pois como vimos mais acima, no mês de abril

de 1836, este mesmo comandante noticiava ao presidente deposto que os distritos sob seu comando ainda não gozavam de total tranquilidade em virtude da presença de rebeldes nas redondezas. Nesse mesmo mês de abril, o general Francisco José de Sousa Soares d'Andréa chegava ao Pará, especificamente em Tatuoca, enviado pela Regência Imperial com a missão de substituir Manoel Jorge Rodrigues, presidente deposto pelos cabanos, e assumir a presidência da província, mas para isso era necessário retomar a cidade de Belém, o que veio a ocorrer em maio de 1836. E assim, depois de reconquistada a capital iniciou-se um longo período de repressão aos revoltosos, ao mesmo tempo em que as lutas cabanas espalharam-se ainda mais pelos interiores da província, alcançando inclusive o território de fronteira com a Guiana Francesa.

A respeito dessa região fronteira, o Ministro de Negócios Estrangeiros, José Ignácio Borges, por meio de um aviso datado de 2 de junho de 1836, advertia o General Andréa sobre as sinistras pretensões do governo francês a respeito da fronteira brasileira. Andréa, por sua vez, entrou em contato com o comandante de um Brigue Francês que se achava ancorado em frente a Belém e perguntou-lhe se o governador de Caiena, Laurens de Choisy, havia tomado alguma medida de prevenção contra os rebeldes do Pará e se existia alguma tropa francesa aquém de Caiena³³. As respostas foram negativas, contudo veremos mais adiante que apreocupação do ministro em relação a uma possível ocupação francesa do lado brasileiro da fronteira concretizou-se. Sobre isto, Harris destaca que “a certa altura de 1836, um grupo de soldados franceses, trazendo cavalos em dois navios a vapor, navegou pela costa do Atlântico e se estabeleceu na parte norte da foz do Amazonas, próximo a Macapá” (2017, p. 327), causando grande preocupação ao presidente da província do Grão-Pará.

Assim, além do clima de guerra instalado na província, Soares d'Andréa precisava lidar também com litígios fronteiriços, especialmente com ingleses no Alto Amazonas³⁴ e franceses nas terras do Cabo Norte. Esse é um assunto que retomaremos mais adiante, por enquanto iremos nos deter na circulação de cabanos nessa região e a tentativa em contê-los, visto que o núcleo populacional mais próximo da fronteira com a Guiana Francesa era a vila de Macapá. Cabe destacar que este é um assunto ainda pouco pesquisado, sobretudo durante o governo do General Andréa, talvez porque se tenha enfatizado mais a questão fronteira com

³³ Arquivo Histórico do Itamaraty, avisos recebidos do Pará (1825-1841), 2 de junho de 1836.

³⁴ Em meados de 1830 iniciou-se um conflito diplomático entre Brasil e Grã-Bretanha no qual esteve em questão a delimitação da fronteira do atual estado de Roraima com a Guiana. Esse conflito ficou conhecido por “Questão do Pirara” e teve seu desfecho apenas em 1904 quando foi arbitrado pelo rei da Itália, Vitério Emanuel III, a divisão do território contestado, ficando o Brasil com a menor parte da área em disputa. Para mais informações consultar A Questão do Rio Pirara (MENCK, 2009) e Questão do Pirara: Roraima (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2012).

os franceses. Além disso, o fato de Macapá ter sido designada como um dos nove comandos militares³⁵ instituídos por Andréa para conter a expansão do movimento pelos interiores da província, presumivelmente, pode ter contribuído para que os revoltosos não fossem mais visto às proximidades desta praça e vila com a mesma frequência de antes, quando do governo cabano.

Entretanto, informações contidas em alguns documentos, especificamente ofícios, demonstram que cabanos continuavam circulando por entre rios e igarapés às proximidades de Macapá. Em dezembro de 1837, por exemplo, o Comandante do ponto de Breves, Lourenço Justiniano da Serra Freire, comunicava ao presidente Andréa que o Comandante do Brigue Escuna Pirajá levava informações sobre o que havia “sucedido no districto de Macapá a respeito dos rebeldes, cujos consta-me terem se retirado para o Mapuá”³⁶, na Ilha de Marajó. Embora esse documento não descreva o que os rebeldes teriam feito no Distrito de Macapá, fica evidente que cabanos continuavam se movimentando nesse território, inclusive próximos desta praça e vila. Os insurgentes, portanto, não se intimidavam, mesmo com as constantes expedições empreendidas pelas tropas do comandante Monterrozo em busca de capturá-los.

Um episódio ocorrido em setembro de 1838, no qual uma escolta é surpreendida por rebeldes, deixa evidente que a circulação de cabanos persistia, ainda que com a militarização dessa região. Em agosto deste respectivo ano, uma escolta havia sido enviada por Manoel José da Costa Guimaraens, comandante interino de Melgaço, ora em Breves, com a missão de conduzir algumas canoas de comércio com gêneros que o presidente da província estava destinando à praça de Macapá. No entanto, no regresso desta referida escolta ao Comando de Breves, quando navegavam pelo rio Vieirinha, distrito de Macapá, foram surpreendidos por “duas canoas cheias d’cabanos, as quaes pertendião neste encontro atacar a dita escolta, porem como esta lhe fizesse fogo, retirarão-se a vela e remos, mas assim mesmo a escolta avançou sobre elles bastante tempo fazendo-lhe fogo, porem não os pode alcançar”³⁷. Esse embate, ocorrido no rio Vierinha, evidencia que os insurgentes continuavam navegando pelos rios desta região setentrional, e sendo exímios conhecedores dos caminhos dos rios e das florestas, conseguiam mover-se com certa facilidade e, quando perseguidos, conseguiam escapar.

³⁵ Sobre os comandos militares estabelecidos por Andréa na província do Grão-Pará consultar *Motins Políticos ou Histórias dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* (RAIOL, 1970); *“Malfadada Província”: lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839)* (MOURA, 2009) e *Os Braços da (Des)ordem: indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX)* (BASTOS, 2004).

³⁶ APEP, Códice 876, Documento 35, 6 de dezembro de 1837.

³⁷ APEP, Códice 876, Documento 76, 19 de setembro de 1838.

O mesmo comandante do distrito de Melgaço, que se encontrava interinamente em Breves, em ofício a Soares d'Andréa, informava que em dezembro de 1838 rebeldes roubaram casas e escravos no rio Juruá, no Amazonas e, em virtude dos muitos rios e furos³⁸, conseguiram escapar das tropas que os perseguiram, e assim sendo avisou o Comando de Gurupá e iria avisar o Comando de Macapá onde constava-lhe que “matarão hum proprietário d’engenho, e depois do roubo reduzirão as casas as chamas do fogo”³⁹. Não conseguimos confirmar se esta informação passada pelo comandante Guimaraens ao governo provincial realmente teria sucedido em Macapá, contudo, mesmo que fosse apenas um boato, esse tipo de notícia certamente preocupava as autoridades legalistas, pois significava que a repressão não estava sendo totalmente eficaz e que os rebeldes continuavam agindo pelos interiores da província. Tanto que, em sua fala de abertura na primeira sessão da Assembleia Provincial, em março de 1838, o presidente Andréa destacava que:

À exceção da vila de Cameté, freguesia de Abaeté, praça de Macapá, e das vilas e pequenas povoações do rio Xingu, não me consta que alguma outra parte desta vasta província escapasse ao furor dos malvados. Assim foram destruídos em sua maioria os engenhos e fazendas, dispersos ou mortos os seus escravos, consumidos os gados de criação, extinta até a sementeira dos gêneros mais precisos ao sustento ordinário (Raiol, 1970, p. 976).

Essas ações empreendidas pelos cabanos tornaram-se recorrentes nos tempos da Cabanagem, e mesmo que a praça e vila de Macapá não tenha sido tomada pelos revoltosos, certamente encontraram nessas terras sujeitos que se aliaram a eles, seja aderindo à luta armada ou mesmo apoiando de forma indireta. Flávio Gomes e Jonas Marçal salientam que nessa região do Cabo Norte mocambos e fugitivos acabaram se envolvendo com as lutas da Cabanagem e que “em agosto de 1837, ordenava-se ‘arrasar um mocambo de rebeldes’ não muito distante da vila de Macapá” (2002, p. 39). Não se sabe se este mocambo mencionado pelos autores era de negros, indígenas e/ou de desertores, mas sabemos que essa região possuía muitos mocambos, e que assim sendo, provavelmente, outros podem ter se envolvido com o movimento cabano uma vez que mocambeiros, assim como insurgentes, também eram perseguidos pelas tropas legalistas. E, portanto, possuindo inimigos em comum, possíveis alianças e cooperações poderiam ser engendradas entre estes para resistirem ou mesmo sobreviverem à repressão.

Como já vimos, estudos demonstram que os cabanos estabeleceram contato e relações com diferentes grupos para além de fugitivos, como indígenas e moradores das localidades

³⁸ De acordo com os naturalistas Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz furo é um vocábulo utilizado para designar um canal entre dois rios, diferente de um igarapé que “é sempre um canal em comunicação com o rio e que não tem saída” (SENADO FEDERAL, 2000, p. 228).

³⁹ APEP, Códice 876, Documento 98, 20 de dezembro de 1838.

por onde passavam. Aliás, notícias davam conta de que assim como em outras localidades em “Mazagão, e mesmo em Macapá, tudo se vendia ao inimigo, por causa da falta d’ farinha que em semelhante crise lhe tinha falhado”⁴⁰. Isso nos revela que os rebeldes, além de se refugiarem nessa região, passaram a negociar com alguns macapaenses e mazaganenses, pois conforme Magda Ricci “para garantir a luta era imprescindível conseguir alimentar as tropas, bem como sustentar com alimentos, munição e remédios às vilas e propriedades conquistadas” (2008, p. 158). Pelo que podemos perceber, os habitantes dessas duas localidades passaram a auxiliar de certa maneira os insurgentes, já que a escassez de alimentos era um problema que assolava toda a província, inclusive, ainda em 1836, o comandante militar da praça e vila de Macapá informava ao comandante Interino da vila de Chaves, Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, que não poderia mais auxiliá-lo com “farinhas, nem tão pouco com munições” e que este deveria dirigir-se ao presidente da província⁴¹.

Na vila de Macapá e seus demais distritos, a escassez de alimentos era um problema que vinha se agravando. Em um ofício de janeiro de 1839, o comandante da praça e vila de Macapá comunicava à Soares d’ Andréa que, entre outras coisas, mediante a necessidade de defesa dessa região, havia mandado fazer alguns pequenos reparos na fortaleza, “apesar da extrema necessidade em tudo que por aqui está”⁴². Embora ele não mencione explicitamente a falta de alimentos, podemos inferir que esta era uma das necessidades enfrentadas tanto pelas tropas militares quanto pelo povo em geral, uma vez que, segundo Danielle Figuerêdo de Moura, “a carência de alimentos se fazia sentir em toda parte e consegui-los não era empreitada simples” (2009, p. 75), sobretudo, devido aos roubos de gado, o envenenamento de rios e a destruição de roças.

Além da escassez de alimentos, outro problema atingiria grande parcela dos habitantes das terras do Cabo Norte, bem como das demais localidades do Grão-Pará, porquanto, em 25 de abril de 1838, o presidente Soares d’ Andréa criava a legislação que instituía os Corpos de Trabalhadores, por meio dos quais “índios, mestiços e pretos que, sendo maiores de dez anos, não tivessem propriedades, ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente, nem profissões conhecidas e ofícios em que estivessem em efetivo trabalho” (RAIOL, 1970, p. 987) deveriam ser recrutados compulsoriamente para trabalharem nas lavouras, no comércio e em obras públicas. Carlos Augusto de Castro Bastos (2004) e Adalberto Paz (2017) enfatizam

⁴⁰ APEP, Códice 876, Documento 108, 30 de abril de 1839.

⁴¹ APEP, Códice 853, Documento 89, 23 de setembro de 1836.

⁴² APEP, Códice 906, Documento 75, 12 de janeiro de 1839.

que, na prática, Andréa e os comandantes militares, responsáveis pelos Corpos de Trabalhadores objetivavam, por meio dessa arregimentação, restringir a circulação de homens pobres livres e libertos que se encontravam espalhados em grande quantidade pelos interiores da província, bem como buscavam ter o controle sobre a exploração dessa mão de obra compulsória.

Quase um ano após a criação da lei que instituía os Corpos de Trabalhadores, em 03 de março de 1839, o comandante militar Francisco Monterrozo anunciava ao presidente Soares d'Andréa que tinha a grande satisfação de enviar-lhe as listas das esquadras que formariam “as 6 Companhias do Corpo de Trabalhadores, organizado no Destricto” de seu Comando no dia 30 de dezembro de 1838⁴³. No entanto, dois dias depois, em 05 de março, este mesmo comandante enviava outro ofício no qual dizia que, em razão de não existirem neste Distrito cidadãos “nas circunstacias de o serem, nem tão pouco Officiaes dos antigos Corpos de 2ª linha para Major Fiscal, e para Capitaens Commandantes das seis Companhias” apresentava uma nova proposta de oficiais tanto para o Corpo de Trabalhadores como para o Corpo Policial, “por ter sido necessário lançar mão de alguns deste, para aquele”⁴⁴.

Monterrozo, portanto, remanejou oficiais do Corpo Policial para atuarem como Comandantes das Companhias responsáveis pelos Corpos de Trabalhadores com a justificativa de que não havia em Macapá e em seus distritos pessoas aptas para assumirem esses cargos. Provavelmente, o comandante militar da praça e vila de Macapá não tinha muitos militares em que confiava, visto que precisou reorganizar a lista dos que comporiam esses cargos de confiança. Os oficiais militares ocupantes dos referidos cargos deveriam comandar, entre outros, sujeitos considerados pelas autoridades governamentais e elites como os responsáveis pelas insurreições ocorridas e que continuavam ocorrendo, mesmo que de maneira isolada, em diferentes localidades da província. Além disso, seriam também os responsáveis pelo controle da mão de obra distribuída entre os diferentes distritos. Assim, por meio desses homens, tentou-se manter a ordem e o controle sobre grande parte dos habitantes de Macapá e seus demais distritos. No entanto, diante de um cenário em que se tinha carência de tudo, especialmente de alimentos, e em que eram frequentes os atrasos nos pagamentos dos soldos, a tarefa desses oficiais militares não seria simples.

⁴³ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 117, 03 de março de 1839.

⁴⁴ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 118, 05 de março de 1839.

2.2.1 – O cotidiano da fronteira alterado pela guerra

Em algumas correspondências do comandante militar de Macapá, Francisco Monterrozo enviadas ao presidente da província, especialmente no ano de 1839, podemos perceber que moradores da vila de Macapá e seus distritos passavam por muitas dificuldades “principalmente depois que os gêneros de primeira necessidade subirão a hum preço exorbitantíssimo”. Conforme Monterrozo, essa situação de escassez e carestia de alimentos fazia com que a maior parte dos habitantes desta vila estivesse vivendo em um “estado de pobreza e miséria”⁴⁵. Vale recordar que a carência de alimentos era um problema que os habitantes da vila de Macapá e adjacências vinham enfrentando desde a segunda metade do século XVIII e que segundo Nírvia Ravena (2005) resultava no empobrecimento da maioria da população que vivia nessa região.

No entanto, com a incidência da Cabanagem no Grão-Pará e a movimentação de cabanos as proximidades de Macapá e distritos próximos, em meados de 1830, essa situação havia piorado substancialmente, pois como bem ressalta Magda Ricci “a guerra cabana primeiro tirou o agricultor, o pescador, o produtor de gado ou o coletor de produtos da matade suas atividades” (2008, p. 158) tanto para atuarem nas tropas militares quanto para engajarem-se nas lutas da Cabanagem. Assim sendo, o abastecimento local era comprometido não só pelo fato dos rios estarem bloqueados por sediciosos, impedindo que os gêneros enviados pelo governo provincial chegassem até a vila, mas também porque muitos dos que foram recrutados⁴⁶ localmente eram os mesmo que outrora cultivavam a terra, realizavam a pesca e/ou a coleta de produtos da floresta. Além disso, o envenenamento de rios, a queima de plantações, o furto de gado e o roubo de alimentos eram táticas utilizadas pelos rebeldes que provavelmente impactaram na vida dessa população, tendo em vista a constante presença desses aos arredores da vila.

Mediante as dificuldades enfrentadas, o comandante Monterrozo solicitava ao presidente da província que enviasse para a vila “pólvora e chumbo, que mais extração tem, não só porque se vende [...], como se destribui em caçadas para mantimentos de presos e deligencias; assim mais o sal, que tem igual extração nas caçadas e pescarias que

⁴⁵ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 155, 10 de junho de 1839.

⁴⁶ Em um ofício de 05 de julho de 1840 o Major Teive, substituto de Monterrozo, informava ao presidente da província “que todos os habitantes desta Villa (de Macapá) capazes para o Serviço Militar si achão alistados no Corpo Policial, e de Trabalhadores, que estes habitantes já á muitos annos si achão em hum activo serviço, quazi igual ao de 1ª Linha sem perceberem couza alguma, e sem alguma vantagem terem”, o que demonstra que muitos habitantes desta vila haviam sido recrutados, e assim tiveram suas atividades anteriores interrompidas (APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 56).

continuamente se estão fazendo para as disposições do serviço”⁴⁷. Ainda que não solicitasse diretamente os víveres para alimentar as tropas e os presos sob seu comando, é interessante perceber que em sua solicitação constam itens essenciais para que se pudesse adquirir na própria região os mantimentos necessários. Talvez isso ocorresse porque, como afirma Danielle Moura, “dos mais diversos lugares da Província Soares d’Andréa recebia pedidos de fornecimento de víveres” (2009, p. 114). Assim, seria bem provável que, se solicitasse os víveres a remessa de seu pedido demorasse a ser realizada ou até mesmo não ocorresse, devido a grande demanda. Possivelmente por isso a solicitação desses “artigos bélicos, utensílios e adições” em vez dos gêneros em si.

Mas parece que outras medidas eram tomadas para que o problema de abastecimento diminuísse, pois por meio de um ofício de 9 de abril de 1839, verifica-se a solicitação de recurso para realizar o restante do pagamento referente à compra de peixe seco vendido por Antônio do Espírito Santo, morador da Freguesia de Mazagão, ao comandante Francisco Monterrozo “para as disposições do serviço publico e de Sua Magestade”, porquanto segundo este no “tempo em que as comuções politicas estavam na maior effervescencia, e como se lhe não quisesse pagar por aquelle preço, se vio obrigado”⁴⁸ a baixar o valor, sendo agora justo pagá-lo o restante. Essa informação, além de revelar as dificuldades para se conseguir alimento, demonstra que moradores de Mazagão negociavam com a autoridade local, mas também com os rebeldes, uma vez que, lembremos, moradores desta mesmalocalidade, assim como de Macapá, eram acusados de vender de tudo para os insurgentes. Essa talvez fosse uma maneira de subsistir em meio à instabilidade da guerra, uma vez que, deacordo com as palavras de Monterrozo,

Se este solo não foi manchado pelos rebeldes com sangue de innocentes victimas, com tudo os cidadãos pacíficos ainda hoje sentem, e sentirão os tremendos effeitos das commoções políticas que tiverão lugar na Província pelas privaçoens que tem sofrido⁴⁹.

O próprio comandante Monterrozo reconhecia que, mesmo que a vila de Macapá e demais distritos sob seu comando não tivessem sido tomados pelos cabanos, não obstante as muitas investidas, os reflexos das ações empreendidas por estes nas circunvizinhanças, bem como nas demais localidades do interior da província, se fizeram sentir nesta região setentrional, de maneira que os habitantes locais sofreram muitas privações, principalmente no tocante a escassez de alimentos. Cabe ressaltar que a não tomada, entretanto, não representou a ausência de insurgentes neste território, pois conforme informações constantes

⁴⁷ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 121, 07 de março de 1839.

⁴⁸ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 139, 09 de abril de 1839.

⁴⁹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 155, 10 de junho de 1839.

em um ofício de 11 de março de 1839, neste mesmo dia estavam sendo enviados para a capital da província três presos acusados de praticarem diferentes crimes nesta região. Juntamente com este ofício seguia uma “Relação dos presos criminosos, habitantes no Districto da Villa de Macapá”, na qual constava os nomes e os respectivos crimes.

Entre os presos estava Manuel Geraldo, um negro escravizado fugido de Abaeté, que andava há bastante tempo por essas terras e que se dizia liberto. Outro era Manuel Antunes, um soldado desertor, acusado de ser um “grande assassino e ladrão, que perpetrou toda a castidade barbaridades e roubos, feitos a Canoas do Commercio que transitavão por diferentes rios”. Somava-se a estes Benedito Monteiro, da “Nação Hespanhola”, preso por ter roubado gado das fazendas de dois moradores da vila de Macapá⁵⁰. Não se sabe se Benedito foi descrito como sendo espanhol por ter se declarado como tal, ou se pelo fato de falar o idioma.

Cabe aqui ressaltar que nesse período era recorrente qualificar de “espanhóis” sujeitos oriundos da América espanhola, assim sendo este sujeito poderia ser de um país vizinho. Certo é que isto nos revela a presença de um sujeito de outra nacionalidade em meio aos insurgentes que andavam espalhados por essa região. A presença desse sujeito corrobora com a afirmação de Magda Ricci sobre a Cabanagem ser “um movimento tão vasto e complexo que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional” (2007, p. 28), e isso não só porque atingiu as regiões de fronteira com espanhóis, ingleses e franceses, mas também porque certamente sujeitos de outras nacionalidades participaram direta e/ou indiretamente do movimento.

A respeito dos presos, além destes que segundo o ofício habitavam na vila de Macapá, também foi preso em Mazagão e igualmente remetido a capital “o rebelde Hilário Antonio d’Carvalho”⁵¹. Mas, nem todos os aprisionados eram enviados para a capital, muitos deles permaneciam na vila e eram empregados em diferentes serviços. Em alguns ofícios consultados consta que presos trabalhavam na fábrica de corte de madeiras instalada no rio Vila Nova, em Mazagão, assim como na olaria que ficava na vila de Macapá, produzindo tijolos e telhas, e na pesca e salga de peixes em alguns rios da região. É interessante ressaltar que, durante os serviços, esses presos tinham contato com outras pessoas, pois em um ofício de setembro de 1839, o substituto de Monterrozo, major comandante Fernando Maria Cabral de Teive, mencionava que havia “presos e mais pessoas empregadas no corte de madeiras do rio Villa Nova”⁵².

⁵⁰ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 127, 11 de março de 1839.

⁵¹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 142, 13 de abril de 1839.

⁵² APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 171, 17 de setembro de 1839.

Já em novembro, por meio de outro ofício, comunicava ao presidente da província que necessitava de mais gente para trabalhar na olaria, uma vez que “para o forno grande trabalhar com regularidade he percizo que o numero de gente seja seis vezes maior do que he presentemente, e aqui há poucas tapuias em estado de mandalas para ali trabalhar”⁵³. Ou seja, os presos trabalhavam com outros sujeitos, possivelmente livres e/ou libertos recrutados pelos Corpos de Trabalhadores e, certamente em meio ao trabalho, trocavam não só ideias como também experiências. Além disso, neste mesmo documento informava que:

[...] havião nesta Villa douse degradados, huns por toda a vida com prisão e trabalhos, e outros por dez annos também com prisão e trabalho, e que vivião em sualiberdade, os mandei recolher à cadeia para cumprirem suas sentenças, e unicamente se achavão sete, sendo hum degradado para o Rio Negro, que aqui deixarão ficar, este ordenei que fosse remettido para o seo destino, e quatro se ausentarão do Destricto; Manoel Roiz Costa com officio de serralheiro que se acha nessa cidade; Joaquim da Silva Marques e Rosa Maria do Xingú, e Silvestre Valentão que se não sabe honde existe; dos sete que forão prezos hum he carpinteiro e está trabalhando nas obras da praça, cinco sem officio, e huma mulher na Olaria⁵⁴.

Embora esses homens e mulheres enviados para cumprirem pena em Macapá tenham vivido em liberdade até a chegada do major Teive, o envio deles demonstra que outros presos vindos de diferentes localidades somavam-se aos capturados nesta região. Havia também situações em que prisioneiros de lugares próximos eram enviados para a Praça de Macapá para serem remetidos à capital. Este foi o caso de Guinaldo José Pereira, um rebelde de Chaves acusado de roubar e assassinar uma família de moradores desta mesma vila. Juntamente com ele vieram outros “presos rebeldes que o Commandante Militar de Chaves remeteu para as prisões desta Praça”⁵⁵ para cumprirem suas penas. Assim, após o major Teive apossar-se do Comando de Macapá, além de mandar recolher os degradados à cadeia, enviou para Belém alguns presos capturados nos distritos de Macapá e nas circunvizinhanças, entre eles estavam o “preto Victorino Antonio e o cafuz Antonio de Loureiro, que dizem ser desertores da Divisão Naval os quaes aqui achei prezos e acorrentados trabalhando nesta Praça”⁵⁶, assim como Manoel Faustino, que havia desertado do Brigue Escuna Dois de Março⁵⁷.

A presença desses prisioneiros na vila de Macapá, em sua maioria resultado das diligências empreendidas pelas tropas militares sob comando de Monterrozo, evidencia que as terras do Cabo Norte tornaram-se rota de fuga para muitos sujeitos envolvidos no movimento cabano e também para aqueles que buscavam livrar-se dos alistamentos militares ou dos

⁵³ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 177, 2 de novembro de 1839.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 140, 9 de abril de 1839.

⁵⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 176, 1 de novembro de 1839.

⁵⁷ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 178, 21 de novembro de 1839.

recrutamentos para os Corpos de Trabalhadores. Seguramente, muitos rebeldes e fugitivos foram capturados, principalmente no período de efervescência do movimento, no entanto, para garantir a aparente tranquilidade, era necessário continuar no encalço daqueles que seguiam soltos pelos rios, igarapés e matas desse território. Mas tudo indica que, ao final de 1839, as péssimas condições materiais dificultavam a realização de diligências, sobretudo pela falta de canoas para a realização dos patrulhamentos. Teive relatava ao presidente Souza Franco, em novembro deste ano, que não tinha mandado canoas armadas cruzarem as ilhas, como este lhe havia ordenado, em virtude de não ter encontrado canoas em condições de uso. Aliás, as duas únicas em funcionamento ele teria mandado consertá-las, uma teria enviado até a capital e a outra mandou “cinco presos com oito alqueires de sal para fazer salga de Pirarucu em o Rio Apurema”⁵⁸.

Se nos anos anteriores, escoltas conseguiram perseguir e prender insurgentes e outros fugitivos que circulavam por essa região, em grande medida, foi porque tiveram o auxílio de embarcações de moradores locais. Arthur C. Ferreira Reis destaca que, depois da deflagração da Cabanagem, “os barcos ‘São José’, ‘Santa Maria’, ‘Nossa Senhora dos Anjos’, ‘Santo Antônio’ e várias canoas” (1949, p. 84) de moradores da vila de Macapá e demais distritos passaram a auxiliar os legalistas no combate aos rebeldes que atravessaram para essas terras.

Em um ofício de março de 1839 consta que o presidente da província ordenou ao comandante Monterrozo que devolvesse o barco Santo Antônio, emprestado para compor a força naval, a Armando José d’Oliveira e Souza, seu dono⁵⁹, devolução esta feita apenas no mês de junho, pois, segundo Monterrozo, antes de devolvê-lo foi necessário retirar “ospetrexos de guerra” que estavam a bordo, e devolvê-los à Corveta Defensora a quem pertenciam⁶⁰. Através da documentação consultada, no entanto, não foi possível saber o que aconteceu com as demais embarcações e o motivo de não mais auxiliarem nas capturas. Sabe-se apenas que, quando o major Teive assumiu a praça e vila de Macapá, queixava-se da dificuldade para realizar diligências em razão da falta de embarcações.

Pelo que se pode notar na documentação, além da carência de embarcações, faltavam também armas, principalmente para guarnecer os militares que compunham as três Companhias do Corpo Policial residentes na freguesia de Mazagão, de modo que Teive solicitava do governo provincial o envio de “cincoenta espingardas e quatro centos e setenta e

⁵⁸ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 176, op. cit.

⁵⁹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 132, 13 de março de 1839.

⁶⁰ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 150, 7 de junho de 1839.

nove pedreiras”⁶¹ para suprir a essa necessidade. Todavia, estes não eram os únicos problemas encontrados pelo substituto do comandante Monterrozo. As insubordinações militares, tão recorrentes nas diferentes localidades da província durante a Cabanagem, também se faziam presentes nessas terras, tanto que o envio do major Teive para substituir Monterrozo no Comando de Macapá deu-se após uma sedição militar em que um grupo de soldados rebelou-se contra este último e o depôs, mas sobre esse episódio trataremos especificamente no próximo capítulo. Cabe-nos aqui dizer que casos de insubordinações militares continuavam acontecendo, de modo que, em 1º de novembro de 1839, Teive se reportava ao presidente da província dizendo que:

[...] Igualmente remetto o Cabo da 6ª Companhia do Corpo Policial deste Destricto João Portuguez Affonço que me enviou preso o Comm^e. Militar da Freguezia de Mazagão, porque andando patrulhando naquella Freguezia em o dia 29 de setembro, passou pela casa do Capit^{an} da 4ª Companhia do Corpo de Trabalhadores Marcellino Joaquim Bello, as 11 horas da manhã, e vendo-o na sua porta lhe não fez a continência devida a sua graduação, e prendendo-o este, elle houvindo a vos de prisão lhe deu três borduadas com a espingarda que trazia, como se vê das partes do dito Capitão, e do mesmo Cabo sobre as quais mandei proceder o concelho de Investigação, que acompanha o dito Cabo, que vai prezo a Ordem do Ex^{mo}. Srn. Comandante das Armas⁶².

Para os oficiais superiores, ações como a deste cabo eram consideradas uma afronta e, portanto, inaceitáveis. Entretanto, como apontado por Bastos, se levarmos em consideração a realidade vivenciada pelas tropas militares recrutadas compulsoriamente para comporem o Corpo Policial, atos de insubordinação ou indisciplina militar não eram “uma anormalidade ou um desajuste, mas uma ação compreensível (e até mesmo justificável) para os homens que a praticavam” (2004, p. 257), isso porque, para muito deles, o serviço militar significava uma punição, uma vez que muitos soldados eram enviados para longe de suas terras natais e de seus familiares. Além de precisarem lidar diariamente com o sentimento de expatriação precisavam também enfrentar, como vimos, a escassez de alimentos, a falta de armas, o atraso no pagamento dos soldos, entre outras dificuldades. Destarte, insubordinar-se parecia uma maneira legítima de enfrentar a dura realidade a eles imposta.

Parecia que, mesmo com o aumento da militarização nessa região, tal qual no restante do Grão-Pará, as autoridades não conseguiam manter totalmente a tranquilidade e o sossego, pois quando não estavam perseguindo ou combatendo os rebeldes cabanos que buscavam se aproximar de Macapá e seus distritos, precisavam lidar com as indisciplinas militares que muitas vezes resultavam em sedições, ou até mesmo enfrentar ambas as situações concomitantemente. No relatório em que o presidente Soares d’Andréa entregava a

⁶¹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 176, 1 de novembro de 1839.

⁶² APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 176, 1 de novembro de 1839.

administração da província a seu sucessor, Souza Franco, em 8 de abril de 1839, constava que “do lado de Macapá ainda se precisam explorações que são feitas com as guardas policiais daqueles distritos, e assim se tem conservado o sossêgo” (RAIOL, 1970, p. 998), ou seja, a “ordem” e “paz” tão desejadas pelas autoridades locais e provinciais ainda demandavam esforços para que se tornasse uma realidade.

Se cabanos não conseguiram se apossar de Macapá e seus distritos, todavia, as ações praticadas por estes nas proximidades desta vila, certamente, foram sentidas por seus habitantes, tanto militares quanto civis, pois, como vimos com as lutas da Cabanagem, a carência de alimentos acentuou-se nessa região, visto que muitos dos recrutados para auxiliarem na perseguição e captura de rebeldes, assim como para comporem os Corpos de Trabalhadores, não tinham mais como produzir ou coletar produtos para sua subsistência. A presença de rebeldes em rios que ligavam diferentes localidades dificultava também a chegada de mantimentos, assim como dificultava a comunicação entre autoridades de diferentes vilas e distritos, e mesmo com a capital. Além da falta de alimentos, moradores tiveram que conviver com a incidência de doenças, uma vez que “com a fome veio a peste, as febres e as mortes de cabanos fora dos campos de batalha” (RICCI, 2008, p. 157) e também de não cabanos, especialmente devido à falta ou à ineficácia de remédios.

A respeito disso, o comandante Monterrozo não só oficiava como também solicitava que da capital “se remetha outra vacina melhor, para desta forma atalhar o contagio, que vai já em augmento nesta Villa, pois a que V. Ex^a. mandou não tem produzido o effeito desejado”⁶³, o que demonstra que doenças estavam se espalhando na vila, e quiçá em outros distritos desta. Com o espraiamento da Cabanagem e o aumento da militarização em regiões limítrofes como esta das terras do Cabo Norte com a Guiana Francesa, casos de indisciplinas nas tropas foram, igualmente, assunto de diversas correspondências entre autoridades locais e provinciais. Havia relatos de insubordinações individuais e coletivas, neste último caso as ações resultaram em dois motins, um ocorrido no destacamento do Bailique e outro na praça e vila de Macapá, respectivamente nos meses de fevereiro e junho de 1839.

Aliás, no período em que ocorreram as lutas da Cabanagem, esse território tornou-se lugar de refúgio para muitos fugitivos que buscavam abrigo e/ou alimentos, especialmente, junto aos franceses que ocuparam o “lado brasileiro” da fronteira, mas também para sujeitos que fugiam dos revoltosos. Alguns homens passíveis de serem recrutados para os Corpos de Trabalhadores, buscando escapar do trabalho compulsório, assim como das possíveis prisões

⁶³ APEP, Códice 1006 / Carta p. 28 a 31, 14 de janeiro de 1836.

e/ou punições, embrenharam-se, pelos rios, igarapés e matas dessa região, alcançando a área de fronteira com a Guiana Francesa, entre eles estavam indígenas, negros escravizados e soldados desertores. Mas para além de um lugar de refúgio, esse território abrigou também soldados franceses que, aproveitando-se das convulsões oriundas da Cabanagem no Grão-Pará, buscaram apossar-se desse território em litígio.

2.3 – Franceses em “território brasileiro”: instalação de um posto militar francês no Amapá

Desde o período colonial, como já exposto anteriormente, a região de fronteira do Cabo Norte com a Guiana Francesa esteve envolvida em disputas territoriais com franceses que almejavam apossar-se do território compreendido entre o rio Oiapoque e o rio Amazonas. Tratados como o de Utrecht (1713), o de Viena (1815) e a Convenção de Paris (1817) consideravam essas terras pertencentes a Portugal. Entretanto, em virtude das controvérsias relacionadas à localização do rio Vicente Pinzon, estabelecido como o limite entre as terras em litígio, a França continuava reivindicando o direito sobre esse espaço, pois, para os franceses, o rio Araguari era o mesmo Vicente Pinzon e não o rio Oiapoque, como afirmavam os portugueses, e posteriormente os brasileiros. Assim sendo, essa querela diplomática adentrou o século XIX e, no contexto da Cabanagem, os debates sobre os limites acirraram-se.

Isso porque, segundo Magda Ricci, a invasão à residência do cônsul francês no Pará, senhor Diniz Crouan, ocorrida em fevereiro de 1835 por tropas enviadas pelo presidente cabano Felix Malcher em busca de possíveis inimigos que ali estivessem refugiados, deu início a “uma longa pendência diplomática, já que a França reagiu a partir de sua colônia nas Guianas, invadindo o atual território do Amapá e mandando navios para frente da baía do Guajará em Belém” (2008, p. 81-82). Esse episódio, somado aos perigos de um possível ataque cabano às possessões francesas e seus colonos na América, foi o principal argumento para que o governo francês, a partir de Caiena, invadisse o território em litígio entre o Cabo Norte e a Guiana Francesa e instalasse um posto militar nessa região em 1836.

Entretanto, Sidney Lobato (2021) afirma que, antes de ocorrer a instalação desse posto militar, um dos capitães dos navios franceses fundeados em frente a Belém esboçou um plano para a tomada dessa capital, porém este foi abandonado em prol dos possíveis proveitos geopolíticos e econômicos que o governo francês poderia adquirir com a invasão do território em disputa entre Brasil e França. Essa é uma questão que merece nossa atenção, visto que a razão para a criação de um posto militar francês em “território brasileiro”, a princípio, deu-se em virtude das convulsões pelas quais estavam passando os vizinhos paraenses, e que

poderiam se estender até a fronteira e ultrapassar para a colônia francesa na Guiana. Mas como veremos adiante, informações contidas em documentos de autoridades brasileiras, tanto imperial, quanto provincial e local, dão conta de que o governador francês sediado em Caiena tinha objetivos que iam além da defesa e proteção de seu território e colonos.

Em um ofício de março de 1836, o Ministro de Negócios Estrangeiros, José Ignácio Borges, prevenia o presidente da província do Pará, Soares d'Andréa, sobre as pretensões do Governo Francês em se apropriar da região fronteira do Cabo Norte, pois, noticiava-se em “jornais de Paris que o Almirante Duperré, Ministro da Marinha em França, havia resolvido ocupar militarmente o território entre Cayenna e a Província do Pará”. Desse modo, advertia-o para que tivesse “toda a vigilância em espreitar a maneira por que se conduz ahi a Expedição Franceza”⁶⁴.

Em resposta, o presidente da província informava ao ministro que havia entrado em contato com o comandante de um dos navios franceses estacionados em Belém para saber se o governador da Guiana Francesa, Laurens de Choisy, teria tomado alguma medida de prevenção “contra a propagação das doutrinas subversivas dos rebeldes do Pará”. No entanto, aquele comandante lhe disse que “não julgava haver força alguma francesa estacionadaaquém de Caienna”⁶⁵. Além disso, Andréa avisava que, havendo realmente uma investida francesa, não possuía forças militares suficientes para ocupar a margem direita do Oiapoque, até mesmo porque, segundo informações obtidas, aquela região não era habitável.

Lembremos que, nesse contexto, as tropas militares do Pará estavam envolvidas em diligências à procura de insurgentes cabanos que surgiam em vários lugares da província, e no tocante à região do Oiapoque, fica evidente que Andréa tinha pouco conhecimento sobre aquelas terras. Vale ressaltar que Sidney Lobato (2021) e Débora Bendocchi Alves (2016) afirmam, com base em documentos franceses, que antes mesmo do contexto da Cabanagem, já existiam algumas propriedades agrárias pertencentes a franceses na margem direita do rio Oiapoque, embora alguns tratados internacionais, como os mencionados acima, determinassem este rio como sendo o limite das possessões francesas.

O que antes eram apenas pretensões, no final de agosto de 1836, tornava-se uma realidade, pois Laurens de Choisy comunicava ao presidente do Pará que, conforme as ordens de seu governo, havia tomado posse dos limites legais da Guiana pelo lado do sul, de acordo

⁶⁴ APEP, Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Justiça e Guerra, Caixa 36, documento 13, 22/03/1836.

⁶⁵ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 02/07/1836.

com o que estabelecia o Tratado de Amiens⁶⁶, de 1802. Este tratado instituía o rio Araguari como o limite territorial da Guiana Francesa com o Brasil, e assim sendo, aquela ocupação seria legítima. É interessante destacar que a construção do posto militar francês na região do lago Amapá foi iniciada em 28 de maio de 1836 (LOBATO, 2021), no entanto, o governo do Grão-Pará só foi informado da ocupação francesa dois meses depois, o que demonstra a vulnerabilidade dessa zona limítrofe, assim como deixa clara a falta de controle por parte das autoridades brasileira sobre esta região no extremo norte. Não é de se estranhar, portanto, que muitos fugitivos rumassem para esta zona fronteiriça.

Imagem 3: Mapa do posto instalado no lago Amapá em 1836



Fonte: Archives Nationales d’Outre-Mer – ANOM – Ronmy, 1836.

Assim, ao ser oficiado pelo governador da Guiana Francesa sobre a ocupação, o presidente do Grão-Pará enviou-lhe um ofício em que manifestava sua contrariedade a tal “usurpação”. Dizia que havia chegado ao seu conhecimento que uma força militar francesa se achava no Oiapoque, mas não acreditava que esse fosse um “ato ministerial”, uma vez que alguns rebeldes e escravizados fugidos da província tomavam aquela direção em busca de abrigo. Pensou tratar-se de “um estabelecimento efêmero da guarnição d’algum navio para pesca clandestina; ou mesmo de Embarcação de guerra para fazerem agua ou lenha”, mas nunca que isto fosse uma ocupação de território, ainda mais sem prévio aviso ou em comum acordo entre os dois governos⁶⁷. Em tom de protesto relatava que:

⁶⁶ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 29/08/1836.

⁶⁷ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 18/10/1836.

A ocasião mesmo em que a França fas esta aggressão ao Brazil he impropria do character briozo dos Francezes. Attacar hum soberano na sua menoridade e quando duas Provincias extremas do Império parecião próximas ao involver todo em hua dissolução geral, he mais proteger a rebeldia do que fazer a guerra. E se hum dos mais plausiveis pretextos de hua tal occupação podia ser o direito de oppôr diquer á torrente devastadora do Barbarismo contra a Civilização, esse pretexto já não existe; porque graças á Providencia, esta Provincia vai marchando rapidamente ao seu restabelecimento; e tenho bem fundadas esperanças de ver em poucos mezes firmada a Paz e a Ordem em toda ella⁶⁸.

O trecho desse documento evidencia o aumento da vulnerabilidade externa em decorrência das convulsões da Cabanagem, mas também em razão da Revolução Farroupilha que acontecia simultaneamente no Rio Grande do Sul. Em um cenário no qual o governo brasileiro buscava unificar o território do Brasil, sobretudo, garantindo sua soberania nas áreas de fronteira, intromissões externas como a realizada pelos franceses no extremo norte do país, somadas à instabilidade interna provocada por movimentos que se opunham ao governo (seja ele imperial, provincial ou local) e a grupos de interesses divergentes, a exemplo da Cabanagem na província do Grão-Pará, certamente dificultavam a formação e consolidação do Estado nacional brasileiro.

Apesar de demonstrar seu descontentamento com a invasão francesa, até finais de 1836 Soares d'Andréa ainda conseguia lidar de maneira diplomática com a situação. Em correspondência datada de outubro, enviada a Laurens de Choisy, agradecia a este governador “todo o bom tratamento feito não só a estes últimos refugiados, como a todos os outros que aportarão a sua cidade, que todos forão acolhidos tão cordial e humanamente como se formassem huma só família”⁶⁹ e que no que dependesse do governo do Pará para o bom acolhimento de todos os franceses e proteção de seu comércio estes poderiam contar com o seu apoio naquilo que lhe fosse compatível e que as leis o permitissem.

Todavia, é possível notar em correspondências posteriores, tanto enviadas para o Rio de Janeiro quanto para a Guiana Francesa, até mesmo para Paris, que o conteúdo amistoso deu lugar a acusações. Isso porque, após o envio de reiterados avisos exigindo que os militares franceses evacuassem o posto estabelecido no Amapá, estes continuavam ali instalados. Mas segundo Andréa não havia mais motivos para que ali permanecessem, tendo em vista que os rebeldes haviam abandonado a capital e todos os lugares com quem a colônia francesa podia ter relações já estavam em “paz”. Mas este discurso do governador do Pará não condizia com o real estado em que se encontrava a província, porquanto autores como Mark Harris (2017) Magda Ricci (2008), Ana Renata R. de Lima (2004), entre outros, têm demonstrado em seus

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

trabalhos que os insurgentes espalharam-se por diversas regiões da província e até início de 1840 continuavam promovendo sedições, ainda que pontuais.

Já em meados de setembro de 1837, Soares d'Andréa enviava ao Ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris, Luís Moutinho, um longo ofício⁷⁰ por meio do qual relatava a permanência do posto instalado no lago Amapá e acusava os militares franceses lá alojados de estarem oferecendo apoio e proteção a rebeldes que empreendiam em fuga em direção à fronteira, bem como denunciava o governo francês de estar aproveitando-se das dissensões internas pelas quais estava passando o Grão-Pará para avançar com a sua fronteira até o interior desta província, com um “verdadeiro espírito de conquista”. Afirmava ainda que a justificativa para a instalação do posto militar enquanto “medida preventiva para evitar o contágio da Rebelião que toda a Província foi vítima” havia sido apenas um pretexto para este fim.

Nos primeiros dias de 1838, em correspondência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Antonio Peregrino M. Monteiro, Andréa voltava a fazer acusações ao governo francês dizendo que a França tinha “tomado o gosto *pelas* conquistas” e como isso não era fácil na Europa, já haviam invadido a Argélia em 1830 e “não *seria* estranho se os vir-se os com desejos d'estenderem as suas possessões na América”⁷¹. Desse modo, era necessário tomar medidas para evitar uma possível expansão francesa na província do Pará. Sugeria que se colocasse a praça de Macapá (Fortaleza) em “perfeito estado de defesa” e que se fortificasse a ilha do Balique, de onde poderiam tentar conter o avanço dos franceses e impedir seu acesso ao rio Araguari, limite reivindicado por estes.

Na ânsia de proteger a província e evitar que militares franceses adentrassem ainda mais na região fronteira do Cabo Norte, Andréa enviou, em 1836, antecipando-se às determinações do governo imperial, um destacamento militar para a ilha de Bailique. Como não tinha soldados suficientes para enviar a outros pontos, considerados por ele estratégicos para a defesa, mandou “convidar famílias da terra, que queirão, ali hir se estabelecer, e tenho- lhes mandado prometer a cada família, dois mil réis mensais, para ali se conservarem”⁷². Os pontos que deveriam ser povoados e ocupados, segundo ele, seriam áreas nas margens dos rios Pará, Jari, Vila Nova e Araguari. No entanto, devido aos escassos recursos, apenas as margens dos rios Jari e do rio Vila Nova (entre Macapá e Mazagão), foram ocupadas. Provavelmente a região do Araguari tenha recebido, posteriormente, algumas famílias, pois

⁷⁰ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 18/09/1837.

⁷¹ Idem, 20/01/1838.

⁷² AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 11/06/1838.

em novembro de 1839 o Conde de Lages, Ministro dos Negócios da Guerra, recomendava a Souza Franco, sucessor de Andréa, que enviasse forças militares para auxiliarem as famílias estabelecidas nos pontos do rio Araguari e Vila Nova⁷³.

Essas medidas tomadas por Andréa eram importantes não apenas para conter o expansionismo ambicionado pelos franceses, mas também para tentar monitorar e, quando possível, evitar o contato de rebeldes e fugitivos com os militares do posto francês no Amapá. A respeito dessa aproximação relatava ao Ministro Luís Moutinho, ainda em 1837, que os franceses não fugiam do contato com os rebeldes, pelo contrário, os acolhiam e lhes forneciam armas e munições e “desta odiosa proteção vem a necessidade [...] de ter sempre d’aquela lado forças de observação para evitar a comunicação com os rebeldes e as correrias que elles fazem na costa desta província vindos do Amapá”⁷⁴.

No tocante ao fornecimento de armas e munições aos insurgentes, é interessante notar que o presidente da província afirmava categoricamente ao ministro plenipotenciário em Paris que os franceses “lhes tem dado ou vendido armas e munições”, já ao cônsul inglês no Pará, Jhon Hesketh, minimizava dizendo que embora alguns rebeldes aprisionados assegurassem que recebiam munições dos franceses “era decente não acreditar em semelhante coisa”⁷⁵. Se os revoltosos tiveram, ou não, o apoio dos franceses para a aquisição de armas, não nos foi possível confirmar por meio da documentação consultada, todavia, fica evidente que sujeitos fugidos que circulavam pelo Cabo Norte mantinham contato frequente com os militares instalados no posto francês de Amapá.

A comunicação entre rebeldes e esses militares era uma preocupação constante do governo do Pará, sendo este um assunto quase sempre presente nas correspondências relativas ao posto francês. Em outubro de 1838, Andréa notificava a Francisco Monterrozo, Comandante Militar da Vila de Macapá, sobre a interceptação de uma carta de um rebelde de nome Claudio Francisco Barbosa, que vivia em um acampamento no Amapá, dirigida ao líder dos cabanos no Amazonas, Manoel Gonzaga Lameira. Na carta⁷⁶ datada de 30 de setembro, constava que os cabanos estavam negociando com os franceses sobre os interesses políticos de todos os “patrícios” e que com o apoio deles iriam fundar uma vila no rio Araguari “debaixo daquela bandeira estrangeira”. Claudio informava também que uma embarcação a vapor, franqueada pelos franceses, havia sido enviada a Macapá para “perguntar aos nossos

⁷³ APEP, FSPP, Offícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Justiça e Guerra, Caixa 36, documento 24, 24/11/1839.

⁷⁴ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 18/09/1837.

⁷⁵ Idem, 09/05/1838.

⁷⁶ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), cópia da carta datada de 30/09/1838.

inimigos por que elles nos andão matando a homens que não tem polvora nem balla, nem navio de guerra para combatermos”.

Embora tenha considerado o conteúdo da carta infundado, Monterrozo enviou, em janeiro de 1839, uma expedição militar até o rio Araguari, mas ali não foi encontrado nenhum vestígio de habitação. Não satisfeito, enviou uma correspondência ao comandante do destacamento na ilha de Bailique para obter informações relativas a este assunto. Este lhe respondeu que “não existia reunião alguma em Araguari [...], só sim que os rebeldes reunidos no Amapá, hião de vez em quando, fazer salga de peixes para os francezes no Rio, ou Lagos nossos de Piratuba, protegidos por huma Embarcação de Guerra”⁷⁷ e que constantemente apareciam na ilha de Janaucu, devido a abundância de “pacovas” (banana da terra) ali existente, não obstante mandasse as escoltas do destacamento sobre eles.

Após essa averiguação, o comandante de Macapá comunicou ao presidente da província que “he falso o que diz o rebelde Claudio ao seu camarada Lameira”, inclusive, que este já teria morrido no Amapá. Além disso, afirmava que desde que assumiu, em 1834, o comando da Praça de Macapá, nenhuma navio de guerra francesa, nem mercante, havia aparecido nesta vila. Mas vale destacar que, mesmo que nenhuma embarcação francesa tenha se aproximado de Macapá, seja com franceses ou insurgentes, como mencionado na carta, a leitura dos documentos utilizados até aqui evidencia o fluxo de cabanos nesta região sob o comando de Monterrozo e também que muitos deles buscavam refugiar-se na zona de fronteira entre o Cabo Norte e a Guiana Francesa, fosse às proximidades do posto francês ou não.

O comandante interino da vila de Chaves, Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, por exemplo, informava ao presidente Andréa, em novembro de 1836, que uma embarcação francesa vinda do Amapá chegou àquela vila objetivando negociar gado, mas como não lhe era permitido este comércio, dirigiu-se à Belém a fim de obter a autorização. Mas o que nos chama a atenção nesse documento é a informação de que, ao desembarcarem na vila juntamente com eles estava o rebelde Francisco Xavier, acusado de ter cometido assassinatos em Janaucu, e como “esse andace pelas ruas como a paccio, o *mandou* prender”. Este é um indício de que, além de abrigo, os franceses instalados no Amapá forneciam aos cabanos apoio para que pudessem se deslocar de um lugar para outro.

Pelo exposto até aqui, fica evidente que a Cabanagem além de proporcionar um cenário favorável a dissensões e conflitos internos, nas terras do Cabo Norte, adquiriu uma

⁷⁷ Idem, 15/03/1839.

dimensão geopolítica, configurando-se como uma ameaça à formação do território nacional a partir do momento em que o governo francês a utilizou como justificativa para invadir e ocupar o território em litígio entre Brasil e Guiana Francesa. E em meio a tensões e desavenças com os franceses medidas de segurança eram tomadas pelas autoridades governamentais, mas nem sempre eficazes. Carlos Bastos (2017) ressalta que a Cabanagem também colocou em xeque o controle sobre territórios de outras áreas limítrofes, como a fronteira com as repúblicas hispano-americanas, tema este que ainda necessita de estudos mais aprofundados. Vale enfatizar que essa dimensão geopolítica foi além do expansionismo francês.

2.3.1 – Para além da expansão territorial

Débora Bendocchi Alves (2016) assim como Sidney Lobato (2021) e Adalberto Paz (2017), ao escreverem sobre a instalação do posto militar francês na região do Amapá na década de 1830, não limitaram suas análises apenas à questão do expansionismo francês e/ou ao conflito diplomático, bem presente na documentação produzida por autoridades brasileiras, mas foram além, buscando dar ênfase também as dinâmicas próprias das áreas de fronteira e seus desdobramentos sociais, econômicos e culturais. Para isso utilizaram, sobretudo, documentos franceses oficiais da época, por meio dos quais identificaram fatores fronteiriços que, somados à Cabanagem, levaram o governo francês a estabelecer uma unidade militar na região ao sul do rio Oiapoque.

Ao abordar sobre a instalação do posto militar no Amapá, Alves destaca dois fatores regionais que teriam levado o governo francês a tal decisão, sem negar, entretanto, o interesse por parte das autoridades em Paris, e também na Guiana, em expandir o território francês na América. Um desses fatores seria a Cabanagem e o outro as ameaças de negros Bonis em se instalarem no baixo Oiapoque entre os anos de 1836 e 1841. Para a autora, até pouco tempo atrás, os poucos trabalhos existentes sobre a instalação desse posto no Brasil apresentavam uma interpretação simplista e unilateral, na qual prevalecia o desejo expansionista da França, entre eles destaca a *Exposição Circunstanciada* feita por Duarte da Ponte Ribeiro, em 1842, e até mesmo a notável obra *O Oiapoque e o Amazonas: questão brasileira e francesa* de Joaquim Caetano, de 1861. Buscando ir além dessas interpretações, resolveu consultar documentos franceses primários, assim como mapas geográficos.

Assim, na perspectiva de Alves, a Cabanagem é apresentada como uma das razões que influenciaram o governo francês a instalar o posto no lago Amapá. Conforme suas palavras “mesmo que houvesse um anseio regional grande de expansão territorial, *achava*

imprescindível considerar o temor que as notícias da guerra civil no Pará despertaram nos colonos, que por sua vez, exigiam das autoridades francesas medidas protetoras” (2016, 179). Apesar do medo de uma possível invasão dos rebeldes vindos do Pará, existia, por parte do governador de Caiena e dos colonos franceses, o interesse em aproveitar o cenário de comoções pelo qual estava passando a província vizinha para ocupar o território à direita do rio Oiapoque. Isso porque, na visão das autoridades guianenses, era necessário colonizar a região ao sul do Oiapoque, uma vez que possuíam boas terras das quais poderiam tirar proveitos econômicos.

Sidney Lobato ressalta que, ainda em 1835, o governador da colônia francesa na América, Jean-Guillaume Jubelin, enviou uma carta questionando o Ministro da Marinha e das Colônias se o contexto de conflitos no Pará não seria o momento oportuno para tomar posse do território há tempos em litígio, visto que alguns franceses já possuíam propriedades agrárias na margem direita do Oiapoque, embora proibidos pelo tratado de 1815. Este ministro teria sido favorável à expansão do território para que houvesse a exploração da terra, por meio da agricultura e da criação de gado, mas “ponderava que a melhor justificativa à criação de um posto militar nas terras que ficavam à direita do Oiapoque era a necessidade de colocar o território francês a salvo das ameaças oriundas de uma província onde predominavam a anarquia, as pilhagens e os massacres” (2021, p. 100).

Mas, segundo o autor, os planos de Jubelin para essa região eram ainda mais ambiciosos, uma vez que pretendia tornar o rio Araguari como o limite das possessões francesas e com isso ter acesso à foz do rio Amazonas, importante porta de entrada para uma extensa malha fluvial da qual poderiam obter proveitos comerciais. Assim sendo, em fevereiro de 1836, enviou uma expedição comandada pelo tenente Penaud, capitão do veleiro Béarnaise, com a finalidade de encontrar o melhor lugar para a instalação do posto militar, bem como identificar as potencialidades econômicas da região e apontar as melhores rotas de navegação. Lobato afirma ainda que o governador da Guiana Francesa almejava atrair fugitivos cabanos para fundar no território litigioso uma colônia de agricultores e pecuaristas.

Sendo assim, a Cabanagem tornava-se a mola propulsora para um projeto geopolítico francês, evidenciando de certa forma a extensão desse movimento, muitas vezes considerado como local ou regional. Além disso, do ponto de vista francês, muitos sujeitos denominados pelas autoridades brasileiras como rebeldes, anarquistas, facciosos, passariam a ser vistos como potenciais colaboradores de um projeto em expansão. Desse modo, é inegável que, na região do Cabo Norte, a Cabanagem assumiu uma dimensão transnacional, reacendendo e

inflamando uma disputa territorial há séculos existente entre portugueses, posteriormente brasileiros, e franceses.

Mas retomando aos fatores que, segundo Alves, teriam motivado a instalação do posto francês em “território brasileiro”, além da Cabanagem, figurava-se também como razão para tal empreitada a constante ameaça de negros Bonis que almejavam se instalar na região do baixo Oiapoque. Os Bonis eram quilombolas do Suriname que, desde finais do século XVIII, passaram a viver pacificamente às margens do rio Maroni, divisa entre Suriname e Guiana Francesa. Contudo, após um desentendimento com outros grupos negros do Suriname, em 1836, entraram em contato com as autoridades guianenses para que pudessem se estabelecer no rio Camopi, afluente do rio Oiapoque, sendo-lhes este pedido negado.

Já em 1837, as notícias de que Bonis estavam maltratando indígenas e de que estavam descendo o rio em direção ao Oiapoque, propagavam medo e tensão entre os guianenses que moravam naquela região. Diante dessa situação Laurens de Choisy, substituto de Jubelin, enviou um destacamento para o Oiapoque para conter os que ali aparecessem. Assim, ainda que tenham se apresentado pacificamente, três deles foram presos e fuzilados, o que gerou comoção em Caiena e a indignação do procurador geral da colônia, Lingendes, resultando na deposição de Choisy, em outubro deste mesmo ano.

Para Débora Bendocchi Alves “esses acontecimentos dramáticos fizeram com que o medo de uma possível coalizão entre Bonis e os escravos da Guiana Francesa se espalhasse entre os colonos” (2016, p. 184), sobretudo, entre aqueles que viviam no Oiapoque. Nesse sentido, a instalação e permanência do posto militar francês no Amapá não seria apenas um pretexto para que os franceses ampliassem o seu território, pois as dinâmicas fronteiriças exigiam naquele contexto uma maior proteção para os seus colonos, fosse de um possível ataque cabano ou de uma ofensiva de Bonis. O que não significa a inexistência de planos governamentais para a expansão da colônia francesa na América através desse posto militar. Desse modo, essa instalação francesa teria a função não só de proteger os colonos, como deveria se tornar o núcleo de uma futura colônia.

Adalberto Paz argumenta que algumas medidas tomadas por Choisy em relação ao posto do Amapá demonstram que havia um real interesse deste em adquirir a confiança dos cabanos, pois em dezembro de 1836 autorizava o comandante do posto, por meio de um decreto, a “ceder e até distribuir gratuitamente alimento aos refugiados brasileiros e índios estabelecidos no Amapá” (2017, p. 93). Portanto, combatê-los não parecia estar nos planos do governador francês, embora o argumento para a permanência dessa instalação francesa fosse a continuidade das lutas cabanas e, assim sendo, a necessidade de garantir a segurança

de suas terras e seus colonos, não obstante as recorrentes solicitações do presidente da província do Pará para que se retirassem daquele local. Ao se referir ao empreendimento francês estabelecido no território em litígio, Andréa argumentava que:

O Posto Francez do Amapá desde que ali se estabeleceo, abrio os braços a todos os rebeldes desta Provincia e os tem até agora debaixo da sua proteção. Para ali se recolhem e tem recolhido todos aquelles que pelos seus crimes nem lhes pertence outro destino que a morte em hum Cadafalso nem tem que esperar menos de huma prisão rigorosa em quanto por huma Ley nova se lhes não pode fazer justiça. A este Posto protector de malvados se recolherão ou tentão recolher agora os rebeldes que forão batidos no Eccupiranga, e tanto confião em seus amigos que preferirão arriscar-se a descer o Amazonas e expor-se aos perigos da costa brava do mar, a meterem-se pelos matos e procurarem as Provincias visinhas aonde não serão conhecidos⁷⁸.

Para o presidente do Pará, esses sujeitos eram criminosos, já para o governo guianense tratava-se de “refugiados brasileiros”, sendo assim, os que chegassem até aquele posto sediado no Amapá eram dignos de receber acolhimento. Consta no relatório de um capitão inglês de nome Harris⁷⁹, que esteve naquele estabelecimento em 1839, que entre as instalações lá existentes havia algumas “choupanas” pertencentes a negros e indígenas. Entretanto, ressaltava que “os Francezes não tem podido reunir a si os índios: alguns trazem caça e peixe, demoram-se um ou dois dias, e se tiram para o interior: as tribos silvestres fogem do Posto, e desviam os outros de se lhe aproximarem”⁸⁰.

Essas informações evidenciam que fugitivos negros, não se sabe se escravizados e/ou libertos, e indígenas estabeleceram relações com os militares franceses do Amapá, e em meio ao contexto de conflitos interno e externo pelo qual estava passando a província, souberam se apropriar da situação a eles imposta e reinventaram seu modo de viver. No relatório de Harris consta ainda que antes de sua ida ao posto do Amapá, esteve em outro posto instalado na margem direita do Oiapoque e que lá presenciou alguns indígenas que “traziam peles, e se lhes davam bebidas espirituosas em retorno” e também pôde perceber que alguns soldados ali eram negros. Sobre esse posto no Oiapoque, Alves (2016), nos informa que o governo francês o estabeleceu em 1838 em reação as ameaças de ataques de negros Bonis, sendo denominado a partir de 1840 de Forte Malouet.

Vale a pena destacar que, antes mesmo da instalação do posto no Amapá, sujeitos fugitivos estiveram em contato com franceses, inclusive, alguns participaram de uma reunião

⁷⁸ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 18/09/1837.

⁷⁹ De acordo com o presidente do Pará, Souza Franco, em correspondência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Candido Baptista d’Oliverira, o capitão E. A. J. Harris era comandante da corveta inglesa Racehorse e havia sido enviado pelo governo britânico para examinar os lugares em que se achavam instalados franceses no território em litígio. AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 24/09/1839.

⁸⁰ Extratos do relatório do Capitão Harris do Navio Racehorse de S.M, acerca do posto ocupado pelos franceses ao sul do rio Oiapoque, 1839, BND.

do Conselho Privado da Guiana Francesa, realizada em abril de 1836. A finalidade era definir a melhor localização para a instalação do posto. Além das informações coletadas na expedição realizada por Penaud, o Conselho ouviu seis sujeitos que já viviam naquela região. Três deles eram indígenas de Amapá que estavam refugiados em Caiena e três portugueses que possuíam propriedades rurais naquelas terras, um desses proprietários teria sido expulsado de sua antiga propriedade por cabanos. Ouvi-los, certamente, poderia ajudar na escolha do local mais apropriado (LOBATO, 2021).

Além de contribuírem com o conhecimento sobre a área em litígio, muitos fugitivos que viviam nessa região ajudaram na construção do posto militar francês, sobretudo, indígenas. Paz destaca que os primeiros trabalhadores daquele empreendimento foram os próprios militares, assim como indígenas e *yolofs*, estes eram negros senegaleses, alforriados, trazidos para a Guiana Francesa, onde passaram a desempenhar inclusive a função de soldados. Lobato, por sua vez, enfatiza que entre os negros estava um escravizado pertencente a José Barros (um dos proprietários rurais do Amapá que esteve presente na reunião do Conselho), que segundo informações não pode ceder outros para a obra porque teriam sido enviados, na sua ausência, para o Bailique.

A presença de fugitivos nessa região é notória, assim como o apoio mútuo entre estes e militares franceses alojados no Amapá. Como bem enfatiza Lobato, “a Cabanagem criara [...] novas possibilidades de colaboração entre os agentes do rei da França e os espoliados do Grão-Pará” (2021, p. 117), especialmente, após a instalação do posto no Amapá. De acordo com Souza Franco, os franceses se retiraram desse posto militar em julho de 1840, e ao partirem “declararão a todos os Brasileiros alli rezidentes, comprometidos nas desordens desta Província que nós os faríamos assassinar a todos [...] e *assim* convinha que com elles abandonassem aquelles sítios. Assim o fizeram”⁸¹. A decisão para a retirada do posto partiu do governo em Paris, com a intermediação da Grã-Bretanha, mas com a ressalva de que isto não significava a renúncia do direito dos franceses sobre aquele território (PAZ, 2017).

A respeito da evacuação francesa, Alves destaca que “a decisão fora tomada em 1839 pelo governo de Paris, mas sua realização, que dependia do governador da Guiana, só ocorreu na hora em que os problemas internos foram contornados, isto é, depois que o grande medo social havia amainado” (2016, p. 191). Além disso, a desocupação das instalações no Amapá não significava a retirada dos franceses do “território brasileiro”, visto que o governador da

⁸¹ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 03/09/1840.

Guiana Francesa manteve o posto instalado à margem direita do Oiapoque, para onde foram deslocados, inclusive, muitos dos sujeitos outrora refugiados no Amapá.

A Cabanagem como vimos até aqui, envolveu diferentes sujeitos com interesses e anseios muitas vezes distintos. As lutas espalharam-se por um vasto território alcançando as terras limítrofes do Cabo Norte. Nessa região, foram dimensionadas questões mais gerais como a oposição a autoridades locais, a crise de abastecimento provocada pelo bloqueio das rotas fluviais, o recrutamento compulsório de sujeitos locais, assim como esteve relacionada aos debates sobre a construção do território nacional brasileiro. Envolveu também um quadro geopolítico mais amplo, adquirindo uma dimensão transnacional, uma vez que os conflitos ocorridos na província do Pará levaram as autoridades francesas a justificarem a instalação de um posto militar na zona de litígio entre Brasil e Guiana Francesa. Assim, diante de tensões internas e externas as autoridades imperiais tiveram que adotar medidas que garantissem a segurança dessa fronteira e o controle sobre os sujeitos que nela se estabeleceram.

CAPÍTULO 3

UMA FRONTEIRA INSUBORDINADA NO EXTREMO NORTE

Com a retomada de Belém pelas tropas comandadas pelo general Soares d'Andréa os cabanos espalharam-se por diferentes lugares da província do Grão-Pará. Inclusive, muitos revoltosos, assim como desertores e escravizados, até mesmo sujeitos que alegavam estar fugindo dos insurgentes, rumaram para a região fronteira do Cabo Norte. De modo que o fluxo de pessoas nesse território intensificou-se, especialmente, após a instalação do posto militar francês no Amapá, para onde muito desses sujeitos passaram a se dirigir. A presença de cabanos aos arredores da vila de Macapá e circunvizinhança, bem como a de militares franceses em “território brasileiro” tornou-se uma preocupação constante para autoridades provinciais e locais, sendo necessária uma maior vigilância sobre esse território setentrional.

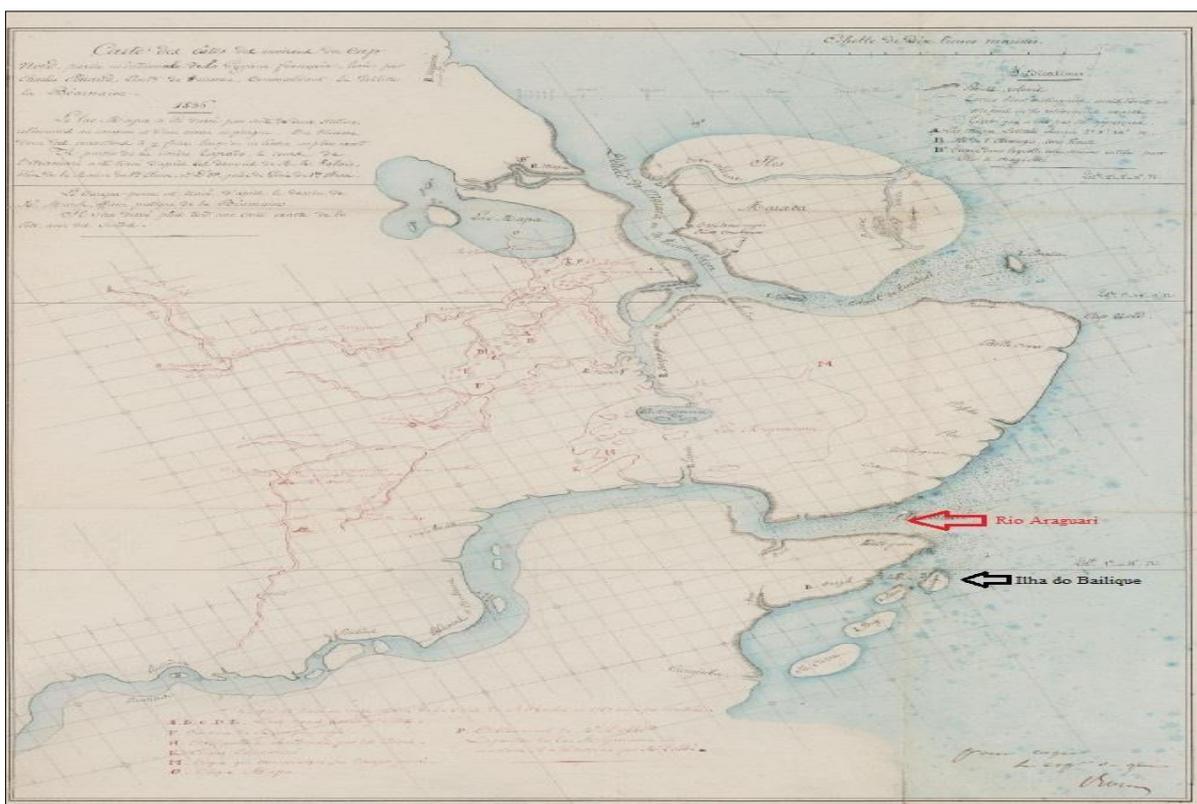
A militarização já vinha ocorrendo paulatinamente nessa região desde o período colonial, mas no contexto da Cabanagem, devido às ameaças de possíveis ataques cabanos e os intentos dos franceses em alargar sua fronteira para além da margem direita do Oiapoque, esse processo intensificou-se, uma vez que para combater os insurgentes que assolavam o Grão-Pará, de um modo geral, o presidente Andréa ordenou que todos os indivíduos “capazes de pegar em armas”, fossem recrutados para o serviço militar. Além disso, dividiu a província em nove comandos militares, sendo eles respectivamente, Belém, Vigia, Bragança, ilha de Marajó, Macapá, Cametá, Porto de Mós ou Gurupá, Santarém e Rio Negro (Raiol, 1970).

No tocante ao Cabo Norte, antes mesmo de Macapá ter se tornado um desses núcleos militares, o governo provincial já havia mandado estabelecer na ilha do Bailique um destacamento militar, o qual segundo Carlos Bastos “ficaria responsável em deter a passagem de escravos e as investidas de cabanos e franceses, sendo também o local de onde partiriam diligências para combatê-los [...] *representando*, assim, um ponto fundamental na política de segurança adotada para o Cabo Norte” (2004, p. 209). Militarizar esse território de fronteira era uma medida de suma importância para conter a circulação desses sujeitos e dificultar as trocas de produtos e informações entre estes, mas também para garantir o domínio sobre a foz do rio Amazonas e do rio Araguari, visto que sobre o primeiro se construía diferentes expectativas econômicas e o segundo demarcava a zona de disputa com os franceses. Tanto é que mesmo após o “fim” da Cabanagem e a “pacificação” do Pará, já em 1840, o governo provincial mandou fundar na região do rio Araguari uma colônia militar, denominada de Pedro II.

No entanto, a adoção dessas medidas de segurança e controle que visavam garantir a defesa e manutenção da “ordem” no território do Cabo Norte, geraram problemas de deserções e insubordinações, e no final da década e 1830 e início de 1840, culminaram em duas tentativas de motim, uma no destacamento da ilha do Bailique e outra na colônia militar Pedro II, e em uma sedição militar na vila de São José de Macapá. Assim, propõem-se analisar neste capítulo a conjuntura na qual essas revoltas militares ocorreram, uma vez que esta região de fronteira no extremo norte havia se tornado um verdadeiro reduto para cabanose militares franceses, que poderiam de alguma forma influenciar as ações cometidas contra as autoridades militares em questão.

3.1 – No caminho da fronteira: Destacamento Militar do Bailique

Imagem 4: Mapa da localização da ilha do Bailique



Fonte: Archives Nationales d’Outre-Mer – ANOM – Penaud, 1836.

A ilha do Bailique fica localizada no que conhecemos hoje como arquipélago do Bailique, um conjunto de ilhas situadas às proximidades da então foz do rio Araguari⁸². Era

⁸² Até meados da década de 2010 o rio Araguari desaguava diretamente no oceano Atlântico, entretanto devido a alguns fatores geomorfológicos, principalmente, o alargamento e expansão de um canal denominado de Urucurituba, ocorreu o desvio do curso deste rio que passou então a desaguar no rio Amazonas, provocando assim o assoreamento e fechamento da foz do rio Araguari. Para mais informações ver a Tese Alterações

considerada a rota de acesso entre o Oiapoque e a vila de Macapá. Débora Bendocchi Alves (2016) ressalta que enquanto a justificativa dos franceses para a instalação do posto militar no Amapá esteve assentada na necessidade de defesa de seu território e seus colonos, visto a possibilidade de ataques de cabanos, as autoridades brasileiras concordaram com aquela ocupação, que diziam os vizinhos ser provisória. Porém, quando o governo francês fez um adendo a este motivo, argumentando que de acordo com o Tratado de Amiens (1802) possuíam direitos sobre a região por eles ocupada, o governo provincial apressou-se em mandar estabelecer um destacamento militar na ilha do Bailique.

Assim, após essa mudança no argumento dos franceses sobre a ocupação da área em litígio entre Brasil e França o presidente do Grão-Pará enviou tropas para a ilha do Bailique com a finalidade de estabelecer ali um destacamento militar, visando com isso evitar que os militares franceses instalados no Amapá (área situada entre o Bailique e o Oiapoque) avançassem sobre a província, bem como para tentar manter o controle sobre a circulação de pessoas, sobretudo, insurgentes, desertores, escravizados fugidos e indígenas que pudessem entrar em contato com os militares franceses, visto que essa aproximação poderia tornar essa região fronteira ainda mais vulnerável e ameaçar a integridade territorial da província que se encontrava imersa em conflitos internos devido a Cabanagem.

Documentos de autoridades brasileiras evidenciam que não houve uma expansão territorial francesa para além do Amapá, mas isto não significa que estes não fossem vistos em outras áreas fora da ocupada, pois em um ofício⁸³ do comandante da praça e vila de Macapá, Tenente Coronel Francisco Monterrozo, consta que militares franceses acompanhavam, em uma embarcação de guerra, os rebeldes que viviam no Amapá quando estes iam fazer salgas de peixes nos lagos de Piratuba. É bem provável que essa atividade fosse realizada em outros rios da região, dos quais as autoridades não tinham ciência, pois em 1839 o presidente da província, Bernardo de Souza Franco, dizia em um de seus ofícios que “na Província *reinava* muita insciência de quanto se *passava* naquelle dstricto para onde não *havia* comunicação alguma”⁸⁴. Relatava também que havia recebido informações de que os franceses em busca de um melhor local para seu posto teriam ido até a ilha do Bailique, mas como esta já estava ocupada pelo destacamento militar retornaram para o Amapá, não sabia, entretanto, precisar quando isso teria ocorrido.

Geomorfológicas no Baixo Rio Araguari e seus impactos na hidrodinâmica e na qualidade da água (SANTOS, 2017).

⁸³ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 137, 15 de março de 1839.

⁸⁴ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 26/12/1839.

Devido a essa presença de militares franceses, insurgentes, desertores e outros fugitivos circulando livremente por esse território o comandante Monterrozo, responsável por toda a região compreendida à margem esquerda da foz do Amazonas, julgava ser indispensável que uma embarcação de guerra fosse enviada pelo governo provincial para cruzar constantemente desde o destacamento do Bailique até o rio Araguari, a fim de revistar os lugares que estavam sendo frequentados pelos franceses e seus apoiadores, pois, só assim as “linhas de limites deixariam de ser trilhadas por estrangeiros”⁸⁵. Vale destacar que além dos militares, colonos franceses também eram vistos no território litigioso, exemplo disso consta no relatório do Capitão Harris quando esteve em viagem por essa região em 1839. Escreveu ele que ao navegar pelo rio Oiapoque:

[...] topámos com a cara de um agricultor chamado Dudon, o qual nos informou que desde há muitos annos ia em decadência o Forte Luiz, e não era mais considerado como estação militar. Este agricultor he de Cayenna, e possui aqui bens consideráveis: elle se queixou muito da falta de braços que cultivem a terra, pois os negros fogem diariamente para o interior. O caffè, o arroz, a pimenta, o assucar se produzem aqui, e se faz também extracto da cochinchilla de boa qualidade. Mr Dudon disse que os Franceses occupavam uma Ilha chamada Maracá, perto do Cabo do Norte, porem que o Paiz intermédio com o Oyapock he cheio de bosques, planícies, e pantanos, e unicamente habitado por Indios. Continuei assubir o Rio, e de ambas as partes há aberturas nos bosques, por serem geralmente as casa próximas à margem do Rio⁸⁶.

Esse relato do Capitão Harris evidencia, portanto, que a presença de franceses nessa região em disputa não esteve restrita a questão militar, visto que Mr. Dudon era um colono da Guiana Francesa que passou a cultivar nas terras à direita do Oiapoque e que inclusive já possuía “bens consideráveis”. É importante ressaltar que a Guiana Francesa mesmo antes da ocupação portuguesa, no início do século XIX, vinha apresentando um quadro econômico de pobreza e desabastecimento, e que no período em que esteve sob domínio português recebia gado e mercadoria, sobretudo de Macapá e Marajó, para suprir esta carência (ALVES, 2016; SOUZA JUNIOR, 2012). Assim, essa presença no Oiapoque também respondia a interesses econômicos das autoridades guianenses, pois nessas terras vislumbravam desenvolver a agricultura e a pecuária, uma vez que as consideravam apropriadas para este fim, e conseqüentemente vantajosas para sua colônia.

Desse modo, a fluidez de pessoas nessa região de fronteira tornou-se motivo de grande preocupação para as autoridades provinciais, sobretudo após a instalação do posto militar francês no Amapá, por isso a urgência em estabelecer um destacamento militar na Ilha do Bailique. Mas parece que esta medida tomada pelo presidente da província não surtiu muito

⁸⁵ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, op. cit., p. 5.

⁸⁶ Extratos do relatório do Capitão Harris do Navio Racehorse de S.M, acerca do posto ocupado pelos franceses ao sul do rio Oiapoque, 1839, BND.

efeito, pois em julho de 1839 o comandante Monterrozo afirmava a Souza Franco, presidente do Grão-Pará, que na região ocupada pelos franceses existia “para mais de seiscentos cabanos”⁸⁷. Embora considerasse esse número informado pelo comandante de Macapá excessivo, Souza Franco comunicava ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Candido Baptista de Oliveira, que mesmo “diminuído de um terço *esse número* ainda era suficiente para causar sérios receios, e para exigir da parte deste Governo toda a cautela”⁸⁸.

Lembremos que o destacamento militar foi estabelecido no Bailique em 1836, mas em 1839 o governo provincial ainda mostrava-se extremamente preocupado com a vulnerabilidade dessa zona de fronteira, seja pela presença dos soldados franceses, seja pelo grande número de rebeldes que rumaram para a região do Amapá, mas também pelas insubordinações de soldados que se levantaram, ou tentaram levantar-se, contra seus superiores. Importa-nos aqui salientar que mesmo com todos os esforços empreendidos pelas autoridades brasileiras para manter o domínio e posse dessa região, as relações estabelecidas entre sujeitos que circulavam por ela fugiam de seu controle e ameaçavam a manutenção e segurança desse território fronteiriço.

Soares d’Andréa, antecessor de Souza Franco, nos meses finais de seu governo comunicava ao ministro dos Negócios da Guerra, Sebastião do Rêgo Barros, que haviamandado ocupar a ilha do Bailique, mas que era necessário construir ali um “fortim permanente”, uma vez que o propósito daquele terreno e seus fins eram “ocupar a Ilha, defendendo-a; proteger as Embarcações armadas que *fossem* empregadas no cruzeiro d’aquelles mares; e fazer o registro para evitar que os estrangeiros se empreguem no comércio costeiro, ou clandestino”⁸⁹. A preocupação de Andréa com a questão territorial é indiscutível, e é notório também que estava associada a questões sociais e econômicas, posto que uma das finalidades do destacamento do Bailique era evitar o comércio “clandestino” com estrangeiros, sobretudo franceses, assim como com sujeitos que viviam no território aquém do rio Oiapoque.

Sobre a prática de comércio clandestino em zonas limítrofes Maria F. da C. T. Flores destaca que muitas vezes os comerciantes-contrabandistas atravessavam suas mercadorias por pontos desguarnecidos, “na calada da noite, munidos de bandos armados para escoltar as mercadorias” (2021, p. 28), mas em outras contavam com a corrupção de agentes públicos, responsáveis pela fiscalização dessas áreas de fronteira, e também com sujeitos que tinham

⁸⁷ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 150, 7 de junho de 1839, p. 9.

⁸⁸ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 09/07/1839.

⁸⁹ APEP, SSP, FJSSA, Códice 906, Documento 75, 12 de janeiro de 1839.

interesses ligados ao comércio. Assim, a preocupação e crítica das autoridades governamentais à prática de contrabando não eram sem razão, pois em uma extensa área fronteiriça como a do Cabo norte a fiscalização tornava-se quase ineficaz. Além disso, a ação de pessoas que contribuíam para a realização desse tipo de negócio dificultava ainda mais o controle sobre essas práticas, evidenciando assim os limites da ação do Estado nesses espaços territoriais.

Em 1838, Andréa já havia relatado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, sobre a necessidade do envio de mais soldados para o Cabo Norte, dizia ele que se tivesse “em Macapá huma força de 800 homens, ou mais, teria ocupado postos tão avançados pelo interior, que a ocupação do Lago Amapá *ficaria* sem nenhum effeito”⁹⁰. Essa ocupação francesa no Amapá fez com que muitos cabanos emprendessem em fuga para o território em litígio, e juntamente com indígenas, negros escravizados e libertos, soldados desertores, pequenos agricultores, e outros sujeitos que já haviam se estabelecido ou frequentavam essa área de fronteira, fizessem dela um lugar de refúgio, onde alianças eram formadas, mesmo que momentaneamente, solidariedades construídas, negociações efetuadas, trocas de produtos, ideias e experiências realizadas. Dinâmicas que o governo do Brasil, mais especificamente da província do Pará, não estava conseguindo ter controle.

Todavia, as autoridades provinciais buscavam constantemente obter informações sobre o que se passava no posto militar francês e suas imediações. Exemplo disso é o relato constante em um ofício de Souza Franco ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama, de dezembro de 1839. Neste documento consta que o presidente da província havia feito sair de Macapá a Escuna Fluminense em direção ao Amapá em busca de “informaçõens officiais que *lhe fossem* precisas”, porém esta não pôde passar além da Ilha do Bailique “por não se confiar o Commandante no práctico que *lhe derão*, o qual não supunha suficiente para o levar por entre as immensas ilhas, e por cima de muitos baixos, que há nestes lugares; e por que não estava a Escuna em estado de fazer a viagem por altura”⁹¹. Mas Souza Franco continuava seu relato dizendo que:

[...] Chegou porem nestes últimos dias à Cidade o Capitão João Manoel Ferreira, Paraense, que habita uma das ilhas vizinhas a do Bailique, e que informa sobre o Ponto Francez, como ouvido a seu genro que lá vai frequentemente = que o Destacamento he no lugar, já dito no terreno fronteiro a Ilha Maracá, que está a poucos minutos du Norte do Cabo do Norte, porem muito no interior do Rio, desorte que da entrada la se levão seis horas com maré = que o Rio admitte embarcações de pequeno lote no Inverno athé o lugar do Destacamento, porem no

⁹⁰ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 11/06/1838.

⁹¹ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 05/12/1839.

Verão apenas podem chegar a elle lanxas, e as vezes com dificuldade, que actualmente o destacamento he composto de 40 praças que se não tem continuado asobras da fortificação de sorte que as peças de Artilharia estão sobre o chão à porta darezidencia do governador, que he uma caza de sobrado, que não existe no Porto Embarcação alguã de Guerra; e apenas a Goleta Louvre de 2 canhoens, e da partede cerca de (ilegível), gira entre o Destacamento, e a Cidade de Caienna, conduzindoviveres – e que os rebeldes, que elles calculão em 600/ ignoro com que dados / estão dispersos pelo terreno todo, dados a lavoura e a pesca, e desarmados. Em poucos dias espera-se o genro do Cidadão que estas informaçoes dá, e eu o interrogarei de novo, e farei por combinar suas respostas com as que dá aquelle; a ver se se pode dar-lhes inteiro credito⁹².

As informações contidas nesse documento evidenciam uma movimentação social naquele estabelecimento francês, e nos chama a atenção o fato do genro do dito capitão Ferreira frequentar aquele lugar cheio de “rebeldes”. O que ia ele fazer ali com tanta frequência, a ponto de saber precisar o movimento de embarcações nas diferentes estações? Será que o próprio capitão também não ia até aquele lugar? Esses são questionamentos que o documento não nos permite responder, todavia, revelam que esse posto francês tornou-se um ponto de contato entre diferentes sujeitos e que, provavelmente, estabeleceram entre si algum tipo de relação, seja econômica, política e/ou social. Ademais, reforça a informação de que lá viviam muitos “rebeldes”, como já havia comunicado o comandante de Macapá.

É importante salientar que esses pontos militares em áreas de fronteiras eram espaços em que ocorriam diferentes articulações políticas, econômicas e sociais e onde circulavam muitas informações. Sendo assim, a ida do genro do capitão João Manoel Ferreira ao posto militar francês poderia estar relacionada com práticas locais de espionagem, uma vez que Adriano Comissoli (2021) ressalta que no final do século XVIII e início do XIX a espionagem configurou-se como uma política de informação em zonas limítrofes como a aqui tratada, sendo utilizada pelas autoridades governamentais para adquirir informações sobre a agência de rivais a fim de prevenir ameaças e favorecer a defesa dos interesses do império. Desse modo, é provável que o sujeito mencionado por Souza Franco fosse um informante/espia.

Percebe-se também que o presidente Souza Franco permanecia considerando a informação referente ao quantitativo de “rebeldes” como um exagero, não acreditava que havia uma média de 600 insurgentes naquele local, embora Monterrozo e o capitão Ferreira mencionassem esta mesma quantidade aproximada. É interessante que ao mesmo tempo em que dizia ser este um número inverídico, insistia junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Candido Baptista de Oliveira, da necessidade de enviar reforço militar para o Bailique e ilhas vizinhas. Enquanto isto não acontecia, ressaltava que suas providências se reduziam “a ter sempre pago e bem disciplinado hum destacamento de 45 praças commandadas por hum

⁹² AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 05/12/1839.

oficial de confiança, e bravura, a ter a cruzar aquelles mares e ilhas, ou huma canoa armada, ou hum barco armado, e quando tiver disponível, huma Embarcação de Guerra”⁹³.

Aliás, nos primeiros dias de julho de 1839 já havia enviado a este ministro uma lista contendo o nome de 29 réus, acusados de cometerem crimes graves na vila de Chaves, e que segundo informações estariam refugiados no acampamento francês do Amapá. No ofício que acompanhava esta relação de “criminosos”, Souza Franco insinuava que uma quantidade expressiva de “malvados” estava ali reunida, visto que “só do pequeno Destricto de Chaves, aliás vizinho, consta estar o número constante da lista”⁹⁴. Nesta relação, além dos nomes, constavam também os crimes pelos quais os sujeitos nela listados eram acusados, sendo todos, sem exceção, considerados “assassino e ladrão”.

Assim, tanto a presença de militares franceses quanto de um expressivo número de insurgentes na região em litígio demandava das autoridades governamentais medidas que pudessem tentar conter o avanço dos franceses, o comércio clandestino e possíveis ações de insurgentes que encontravam-se junto aos franceses no posto militar. De modo que o destacamento militar da ilha do Bailique foi uma das providências tomadas pelo presidente Soares d’Andréa e mantida pelo seu sucessor, Souza Franco, para que os reveses ocorridos no território fronteiro do Cabo Norte, no contexto das lutas da Cabanagem, fossem contidos.

Nesse contexto, portanto, o destacamento militar do Bailique representava um ponto estratégico para a proteção e vigilância desse território em disputa com os franceses. Entretanto, a presença de escoltas militares nessa região não foi suficiente para impedir a circulação de sujeitos refugiados no Amapá, especialmente de rebeldes, pois conforme Francisco Monterrozo, estes continuavam a frequentar algumas áreas próximas ao Bailique, a exemplo da região do lago Piratuba, onde realizavam salga de peixes para os franceses, assim como a Ilha de Janaucu pela abundância de bananas ali existentes. Outrossim, as autoridades tiveram que lidar também com insubordinações de alguns soldados que serviam neste destacamento militar, de modo que era necessário estar atento tanto a movimentação externa ao destacamento, quanto ao movimento das próprias tropas para ali enviadas.

3.1.1 – A insubordinação de soldados na ilha do Bailique

Como foi mencionado acima, o destacamento militar do Bailique representava um ponto estratégico para a defesa e vigilância das terras do Cabo Norte, especialmente, por sua posição privilegiada entre o rio Araguari e o rio Amazonas. No entanto, a insatisfação de

⁹³ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 09/07/1839.

⁹⁴ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 02/07/1839.

soldados que compunham aquele destacamento culminou em uma tentativa de motim ocorrida no mês de fevereiro de 1839. Em sua dissertação de mestrado, Carlos Bastos (2004), faz uma análise sobre os motivos que teriam levado um grupo de militares desse destacamento a tentarem promover uma sublevação contra o seu comandante. Dentre os pontos destacados enfatiza algumas dificuldades enfrentadas pelas tropas instaladas nesta área fronteiriça.

No capítulo anterior, apresentou-se alguns problemas vivenciados pelos habitantes da vila de Macapá e circunvizinhança no contexto das lutas da Cabanagem, a exemplo da escassez e carestia de alimentos, o atraso e/ou falta de pagamento dos soldos e o recrutamento compulsório. Esses eram problemas pelos quais os soldados enviados para o Bailique também passavam. Na análise realizada por Bastos foram utilizadas informações de um relatório do capitão de engenheiros José Freire de Andrada Parreiras enviado a esta ilha em 1840 para verificar as condições de vida naquele destacamento. Nesse documento, que também tivemos acesso, esse capitão descreve suas percepções sobre o lugar e o estado em que se encontrava aquele estabelecimento e os soldados.

Mas antes de adentrarmos nessa tentativa de motim e os motivos que teriam levado um grupo de soldados a planejarem a morte de seu superior, é interessante ressaltar alguns fatos ocorridos com outros militares enviados para a ilha do Bailique. Consta em um ofício do presidente Soares d'Andréa que ele, antes mesmo de receber determinações do ministro dos Negócios Estrangeiros, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, para estabelecer postos militares avançados nessa região fronteiriça, já havia enviado trinta soldados, comandados por um oficial por ele escolhido, para ocuparem a ilha do Bailique “na intenção de tirar *dos franceses* a possibilidade de se apoderarem de alguma falha, e hirem estendendo assim a sua conquista” e que teria dado ordens à tropa, entretanto,

[...] não disse quaes erão os meus verdadeiros fins; e como quem dá as ordens nem sempre tem tanto juízo como quem as executa, descorerrão em lugar de obedecer sem reflexão, e forão ocupar a Ilha de Curuá, porque tinha melhor agoa que a do Bailique. A este erro seguio-se hum crime. O destacamento soblevou-se, assassinou official; e metade que hia para o Amapá foi enganada pelo piloto da canoa, elevada a Macapá: o resto não está ainda prezo. Fiquei por consequencia sem destacamento nas Ilhas; porem dei logo novas ordens, e hoje, estará hum destacamento de paisanos pagos, e outro official a quem desejo melhor sorte, já estabelecido com quarteis, e mais dependencias na Ilha do Bailique⁹⁵.

Essa informação evidencia que soldados enviados para essa região de fronteira tinham a indisciplina como válvula de escape frente à compulsoriedade e rigidez militar, pois além de matarem o oficial responsável pelo destacamento que foi instalado na ilha de Curuá em vez do Bailique, como havia ordenado Soares d'Andréa, alguns tinham como objetivo seguir para a

⁹⁵ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 11/06/1838.

região do Amapá, onde estava instalado o posto militar francês. Porém, devido o piloto da canoa os ter enganado foram levados para a vila de Macapá, onde tudo indica foram presos, uma vez que o documento registra que “o resto não está ainda prezo”, ou seja, provavelmente estavam refugiados em alguma parte desse território fronteiriço. A necessidade de aumentar a militarização nessa zona de fronteira aparece na documentação consultada como uma emergência diante dos perigos que se apresentavam, tanto pela presença de insurgentes quanto pela possibilidade de avanço dos franceses. No entanto, muitas vezes as tropas direcionadas para essa região tornavam-se um entrave, como neste caso mencionado.

No ano de 1836, em virtude do rigor da disciplina, sete soldados que compunham a expedição de “200 e tantas praças” enviadas para fundar o destacamento no Bailique foram castigados com chibatadas sob a ordem do tenente coronel Domingos Simões da Cunha, comandante dessa expedição. Em um ofício deste comandante há informações de que essas punições ocorreram em virtude dos soldados terem se atrasado para a revista da tropa na chegada ao acampamento, “transgredindo” assim a ordem de não se afastar das “suas respectivas divisões”, ficando na retaguarda, deixando a tropa suscetível a ataque de cabanos que estavam refugiados nas redondezas. Consta ainda que os castigos aplicados aos homens que estavam sob seu comando eram “indispensáveis, a fim de manter a disciplina e a ordem na expedição”⁹⁶.

Entretanto, mesmo após ter ordenado que “nem huma praça, inclusive oficiais, e *ele* próprio, saísse *do acampamento* sobre pretexto algum” para evitar que fossem assassinados pelos inimigos, no dia seguinte, outros quatro guardas foram presos a ferros no porão de uma escuna, por terem saído para apanhar laranjas, descumprindo tal ordem. Percebe-se que a Cabanagem foi utilizada na documentação como um elemento retórico, para justificar as punições. Nesses episódios, no entanto, tais punições revoltaram alguns soldados e resultaram em duas denúncias escritas contra o dito comandante, por meio da qual relatavam ao comandante militar da província, Marcos Antônio Brício, os excessos e injustiças cometidos por Simões da Cunha, em vista de “tão insignificante falta” cometida pelos soldados castigados⁹⁷.

Esses casos envolvendo militares enviados para o Bailique indicam que a relação de alguns soldados com seus superiores mostrou-se conflituosa desde o início da ocupação e instalação do destacamento nesta ilha. Por vezes as ações eram manifestas por meio de insubordinações, já em outras por meio de denúncias, a exemplo dos casos acima

⁹⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 42, Documento 109, 01 de julho de 1836.

⁹⁷ Idem, Anexos II e V, respectivamente de 1 de julho e 29 de julho de 1836.

mencionados. No caso da tentativa de levante ocorrida em 1839, um grupo de soldados foi acusado de ter se amotinado e planejado assassinar o comandante deste destacamento e outros dois militares. Ao referir-se a este caso, especificamente, o comandante da vila de Macapá, Francisco Monterrozo, classificou os guardas envolvidos como “rebeldes” que haviam tentado fazer na ilha do Bailique uma “revolução”⁹⁸. É interessante destacar o uso desses termos, pois nesse contexto da Cabanagem eram utilizados para se referir a sujeitos envolvidos no movimento, o que tudo indica que Monterrozo comparava a ação desses militares com a dos cabanos.

No dia 28 de fevereiro de 1839, o tenente comandante do destacamento do Bailique, Francisco Pereira de Brito comunicou a Monterrozo que no dia 14 deste mês recebeu do sargento João da Matta Quaresma a denúncia de que alguns guardas planejavam fazer um levante com a finalidade de assassinar a ele, comandante do destacamento, bem como a um guarda de nome Lázaro e ao próprio denunciante, e depois fugiriam para o Amapá. De posse desta informação, pôs-se a observar se a denúncia realmente era verídica. No entanto, na noite do dia 26 o dito sargento, juntamente com um guarda de nome Leonardo Antônio, avisou-lhe que o guarda Eleutério Domingos Ferreira estava reunido com algumas pessoas em uma barraca no meio do roçado e “tentavam dar execução aos seus planos; e como tinha chegado nesta ocasião João Maciel com os filhos, forão se despedindo hum por hum”⁹⁹.

Ao saber desse ajuntamento mandou recolher imediatamente todo o armamento do destacamento e deu ordens para prender os que estivessem reunidos naquele roçado, porém com a movimentação alguns conseguiram fugir. No entanto, seis guardas foram presos, sendo eles Manoel Francisco, Ventura José, Francisco Antônio, Salvador dos Santos, Manoel Lourenço e José Fernandes. Entre os fugitivos estariam os guardas Eleutério Ferreira e Jerônimo de Almeida que, juntamente com os seis, foram considerados como “cabeças” dessa tentativa de motim ocorrida no destacamento do Bailique.

É importante ressaltar que na análise realizada por Bastos (2004) consta que este caso deu-se no mês de março, talvez por ter considerado apenas o documento em que Monterrozo oficia sobre o caso ao presidente da província, que é datado de 10 deste referido mês. Entretanto, a cópia do ofício em que o comandante Francisco Pereira de Brito remete alguns dos amotinados à vila de Macapá e informa ao comandante desta vila sobre o fato ocorrido no destacamento data de 28 de fevereiro, como já mencionado. Assim sendo, consideraremos o mês de fevereiro ao nos referirmos sobre esta tentativa de motim.

⁹⁸ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 125, 10 de março de 1839.

⁹⁹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Cópia de documento sem número, 28 de fevereiro de 1839.

Dito isto, cabe-nos fazermos algumas reflexões sobre as informações contidas nesse documento enviado pelo comandante do destacamento do Bailique ao comandante da vila de Macapá. A primeira coisa que nos chama a atenção é o fato de que ao avisar sobre o ajuntamento o denunciante não se refere especificamente a militares, tendo em vista que ele informa que o guarda Eleutério estava reunido com “algumas pessoas”, o que pode significar que além dos guardas outras pessoas, quiçá de fora do destacamento e quem sabe até mesmo que viviam na região do Amapá, pudessem estar ali apoiando aos que planejavam matar o comandante e os dois outros militares citados na denúncia. Isso porque, embora fique claro que “João Maciel e os filhos” não fizessem parte daquele plano, a chegada deles demonstra que outros sujeitos, além dos militares, tinham acesso ao lugar onde estavam reunidos, pois se fizessem parte do destacamento seus nomes deveriam aparecer pelo menos entre as testemunhas mencionadas pelo comandante, mas isto não ocorre, o que nos leva a inferir que realmente não eram militares.

O plano de fugir para o Amapá após o motim também indica que os amotinados possivelmente tinham relações com sujeitos daquela região ocupada pelos franceses. Isso fica mais evidente quando Monterrozo em correspondência a Soares d’Andréa faz uma ponderação sobre quem eram os envolvidos nessa tentativa de levante. Dizia que eram “rebeldes” que haviam se apresentado ao tenente Francisco Pereira de Brito quando este esteve em diligência à região de Caiena em busca de rebatê-los “e como os levasse em sua companhia para o destacamento, considerando-os legais, obrigando-me de alguma forma a mandar-lhes sentar praça no Corpo Policial de meu comando, assegurando-me os bons serviços que tinham feito em defesa da legalidade”, e que esta teria sido a recompensa de tal atitude.

Esse relato de Monterrozo demonstra que os sujeitos envolvidos nessa trama, ou alguns deles, tinham experiência e vivência nessa região de fronteira e que enquanto estiveram refugiados nesse território, provavelmente, entraram em contato com os outros fugitivos que estavam abrigados no posto militar francês ou às suas proximidades. Carlos Bastos destaca que esses homens provavelmente não eram acusados de crimes graves, já que não foram imediatamente presos ao se apresentarem ao tenente, e que os “bons serviços, no caso, poderiam ser as informações prestadas por esses sujeitos sobre o que se passava nas linhas inimigas, já que haviam vivido no local” (2004, p. 210).

Esses homens seguramente conheciam essa zona fronteira e sabiam usar esse conhecimento a seu favor, posto que em um ofício do dia 1º de março de 1839, o comandante daquele destacamento fronteiro informava ao comandante de Macapá que “os malvados que

fugirão ainda se achavam nesta Ilha porque furtarão hum machado que estava escondido no matto”¹⁰⁰, ou seja, mesmo que o plano arquitetado tenha sido frustrado os rebelados que conseguiram fugir embrenharem-se pelo meio das matas e rios da ilha e continuavam agindo. Em vista disso, o tenente Brito solicitou que fossem enviados para aquele destacamento dez guardas de confiança para que ajudassem no “serviço das armas”, uma vez que julgava ter ali muitos “traidores”, o que evidencia a falta de confiança na tropa que estava sob seu comando.

Ao receber os presos e ser notificado sobre a situação em que se encontrava o destacamento Monterrozo enviou imediatamente o alferes José Joaquim Nabuco de Araújo “com dez guardas armados e municados de pólvora e balla de guarnição, na nova vigilenga Flor d’Oliveira, a proteger o Tenente Commandante”¹⁰¹. Além disso, mandou acorrentar os seis presos e empregá-los no serviço público da praça de Macapá até que o alferes Nabuco retornasse do Bailique para os conduzir até a capital da província. Cabe ressaltar que este militar parece ter sido um dos homens de confiança do comandante da vila de Macapá, pois o nome dele aparece constantemente nos ofícios em que essa autoridade local enviava presos à capital, era também o que transportava documentos, sobretudo, ao presidente da província, estava sempre envolvido em missões importantes, como neste episódio do Bailique. Veremos mais adiante ainda que durante a sedição militar que resultou na deposição de Monterrozo, o alferes Nabuco foi um dos poucos soldados que permaneceu apoiando este comandante.

Essa confiança depositada em Nabuco provavelmente estivesse relacionada ao capital político e social que ele gozava, pois de acordo com Edgardo Pires Ferreira (2011), este sujeito pertencia a um grupo familiar que entre as décadas de 1800 e 1830 vinha ocupando importantes cargos na província do Grão-Pará, Paraíba, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ele, por sua vez, atuou em defesa da legalidade tornando-se comandante do barco Santo Antônio que fazia o transporte de presos na região do Cabo Norte e circunvizinhança, sendo promovido a alferes em 1837. Aliás, seu irmão José Maria Nabuco de Araújo, um oficial do exército, havia sido assassinado no Acará no ano de 1834, durante os conflitos que antecederam a Cabanagem. Portanto, a relação de Monterrozo com esse sujeito mostrava-se bastante conveniente, tanto por pertencer a uma família de peso no Império, quanto pela sua dedicação a causa da legalidade.

Dito isto, o reforço militar enviado ao Bailique resultou na prisão de mais três presos acusados de estarem envolvidos na mesma conspiração, eram eles Raimundo José do Espírito

¹⁰⁰ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Cópia de documento sem número, 1º de março de 1839.

¹⁰¹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 125, 10 de março de 1839.

Santo, Manoel da Silva e João Antônio¹⁰². Assim como os outros, foram levados à Macapá para de lá serem enviados à Belém. Embora Monterrozo informasse ao presidente da província que aquele destacamento encontrava-se “na melhor ordem de subordinação”, nota-se, entretanto, que havia a preocupação em pagar os soldos em atraso dos demais soldados que ali permaneceram, indicando que este poderia ser um dos motivos que teria levado àquela tentativa de motim, de modo que a permanência deste problema poderia levar outros a rebelarem-se. Tanto é que um dia após comunicar Soares d’Andréa sobre o ocorrido, enviou outra correspondência solicitando o envio do pagamento dos soldos que estavam atrasados desde o mês de outubro de 1838 até aquele mês de março de 1839¹⁰³, ou seja, já estavam há seis meses sem receber seus soldos.

Mas este não era o único problema com o qual os soldados do Bailique precisavam conviver, pois aqueles soldados também estavam enfrentando a escassez de alimentos e a falta de medicamentos. Talvez por se tratar de uma ilha não tão próxima do comando localizado em Macapá os suprimentos demorassem ainda mais a chegar até lá. Informações constantes no relatório do capitão Parreiras, após sua expedição pela ilha em 1840, dão um ideia de como estavam vivendo os militares que se rebelaram no início de 1839, pois como bem salienta Carlos Bastos (2004) embora se trate de um documento do ano seguinte a tentativa de motim certamente as dificuldades apresentadas no relatório estavam presentes no contexto daquele episódio.

Nesse relatório o capitão Parreiras apontava os riscos da viagem para se chegar até o Bailique, visto as consideráveis correnteza das águas, de alguns bancos de areias que encontravam-se pelo caminho e também devido “as encruzilhadas das ilhas e rios a que dão o nome de furos”. Além disso, relatava que durante sua estada no destacamento percebeu que os soldados se encontravam em um estado “sofrível”, em virtude da falta de alimentos e medicamentos, além dos problemas que enfrentavam com os alojamentos, em vista das marés altas que já haviam “desmoronado consideravelmente parte do terreno em frente do mesmo, já *haviam lançado* por terra algumas barracas e breve terão a mesma sorte as da linha à margem do igarapé”¹⁰⁴.

Em relação à alimentação ressaltava que a caça, a pesca, assim como a farinha e o sal, eram essenciais para a manutenção do destacamento, no entanto, nos dias chuvosos mesmo que os soldados saíssem para caçar ou pescar voltavam sem coisa alguma, de modo que

¹⁰² Idem, Documento 138, 18 de março de 1839.

¹⁰³ Idem, Documento 126, 11 de março de 1839.

¹⁰⁴ AHI, Avisos recebidos do Pará (1825-1841), 18/04/1840.

“nestes dias *faziam* jacuba (papa de farinha), e com ella se *sustentavam*”, mas a farinha estava em falta, por isso o capitão sugeria que se fizesse em Macapá um depósito desse gênero, pois sem ele “ficam desgraçados”. Depois da farinha, a caça era a segunda fonte de sustento naquela ilha, no entanto, em virtude da falta de pólvora precisavam utilizar flechas para poder matar veados, porcos do mato, guaribas e cotias. Também já não existiam roçados no local, pois como relatava o capitão:

[...] a ilha está inculta pode se diser, apesar de dar tão bem os gêneros [...] mas eu digo a V. Ex^a. a causa desta gente não querer mais plantar, e todos estarem a pedir para serem mandados, quando em outro tempo consta me que já teve muita farinha, muito algodão e muita criação, e ninguém queria saber de mudança, a rasão hé a seguinte: depois que o Major Teive tomou conta do Commando da Praça começou a apertar não só com os officiaes commandantes do Destacamento como com os guardas, chegando a ponto de os prender por cauza do negocio, e mandar ordens expressas para que os guardas não negociassem e não carregassem coisa alguma na canoa da Nação quando hia de correio. Ora sabe se que este hé o rigor da disciplina militar, mas estes homens não estão nesse caso, e em summa hé necessário fexar se os olhos a alguma coisa; resultou pois desta rigorosa disciplina que nenhum quis meter mais um pé de algodão ou outra qualquer coiza na terra, e com isso elles e a Praça de Macapá tem sofrido, a ponto de muitas vezes não ter um carço de farinha no mercado¹⁰⁵.

Este foi o cenário encontrado pelo capitão Parreiras em 1840, e tudo indica que não era muito diferente quando da tentativa de motim. Uma situação de miséria, sem o mínimo para a subsistência, havia a necessidade de quase tudo. Lembremos que no capítulo anterior, vimos que o comandante Monterrozo solicitava ao presidente da província o envio de sal, pólvora e chumbo para distribuir às tropas, assim como aos presos, para que assim pudessem adquirir seu sustento. Mas pelo que podemos perceber estes itens não estavam chegando ao destacamento do Bailique. A essas adversidades somava-se ainda o rigor da disciplina militar. Sendo assim, é compreensível que em meio a tantas dificuldades aqueles sujeitos tenham tentado rebelar-se e livrar-se da situação em que estavam vivendo nesse espaço fronteiriço.

Sobre a acusação de que os soldados do Bailique estariam negociando com os franceses, visto a proximidade com o posto militar no Amapá, Carlos Bastos (2004) enfatiza que o major Teive, sucessor de Monterrozo no comando da praça e vila de Macapá, possivelmente tenha proibido o suposto comércio em virtude da denúncia feita pelo capitão João Pereira da Costa de que os guardas do Bailique contrabandeavam os produtos cultivados na ilha. Esse capitão foi quem assumiu o comando de Macapá interinamente após a deposição de Monterrozo como veremos a seguir, mas importa-nos aqui dizer que a acusação feita por ele pode ter contribuído para as medidas tomadas pelo major Teive em relação aos que serviam no destacamento do Bailique, prejudicando tanto estes, com prováveis prisões, mas

¹⁰⁵ Ibidem.

também a vila de Macapá, uma vez que deixaram de fazer roçados e como consequência faltava farinha para ambas as localidades.

Como podemos observar até aqui a instalação e manutenção do destacamento militar na ilha do Bailique foi bem problemática, tanto pelas dificuldades materiais apresentadas quanto pela insubordinação de militares descontentes com os rigores da disciplina militar, bem como com a realidade a qual eram submetidos na ilha, onde além de fazer as diligências em prol da defesa e segurança do território, também precisavam pescar, caçar e plantar para que pudessem ter com o que se alimentar. Esse cenário certamente contribuiu para o descontentamento dos militares que amotinaram-se, sobretudo daqueles que já haviam vivido livremente na área em litígio e foram recrutados para servirem neste destacamento do Bailique, como destacou Bastos (2004).

Lembremos que no capítulo anterior foi ressaltado que o comandante do posto militar francês na região do Amapá foi autorizado pelo governador de Caiena a ceder ou até mesmo distribuir alimentos aos fugidos da província do Grão-Pará que ali buscassem de abrigo e/ou alimentos. Sendo assim, os sujeitos amotinados que conheciam essa outra realidade ao lado dos franceses entendiam, seguramente, que se conseguissem livrar-se do serviço militar e retornassem para o território que estava sob o poder dos franceses poderiam vislumbrar melhores condições de vida, em vista da qual estavam vivenciando no destacamento do Bailique, e quiçá até mesmo entrever expectativas econômicas já que não estariam mais sob o jugo e rigidez militar impostos pelos oficiais militares daquele destacamento.

É importante ressaltar que mesmo após a desocupação do posto militar francês no Amapá, motivo pelo qual o governo provincial havia enviado o destacamento para ocupar o Bailique, a ilha não foi evacuada. Isso porque mesmo após o recuo dos franceses o conflito diplomático continuava, e assim sendo, era necessário continuar vigiando de perto aquele território em litígio, mas não apenas por isso, como também para tentar inibir o comércio ilegal e os “inimigos da pátria” que viviam e circulavam por essa zona fronteira do Cabo Norte com a Guiana Francesa.

3.2 – A “ordem” posta em perigo: sedição militar na vila de Macapá

Após alguns meses da tentativa de motim ocorrida no destacamento militar do Bailique, seria a vez de militares de Macapá romperem com a “ordem” estabelecida nesta vila que havia sido transformada em um dos nove comandos militares criados pelo presidente Soares d’Andréa para combater os sediciosos envolvidos na Cabanagem e garantir a segurança na província do Grão-Pará. Antônio Raiol enfatiza que as autoridades instituídas

em cada um desses comandos seriam “responsáveis pela segurança e conservação da ordem pública nos distritos de suas jurisdições” (1970, p. 986), no entanto, na noite do dia 09 de julho de 1839 soldados militares, com o apoio de sujeitos de outros setores da sociedade local, conseguiram depor a autoridade máxima da praça e vila de São José de Macapá, tenente coronel Francisco de Siqueira Monterrozo, juntamente com um de seus oficiais, sob a alegação de que estaria favorecendo a cabanos.

Essa e outras informações sobre o ocorrido naquela fatídica noite de julho estão presentes em um extenso processo-crime instaurado para identificar os líderes da referida sedição perpetrada em Macapá, bem como em correspondências dos comandantes interino, do comandante deposto e de seu sucessor, major Fernando Maria Cabral de Teive. Esses documentos, além de nos revelarem momentos de tensão vivenciados por militares e civis deste núcleo populacional, possibilitam-nos identificar redes de proteção, interesses comuns e divergentes, disputas pelo poder local e alguns problemas enfrentados não só pelos soldados, mas também por grande parte dos habitantes desta vila no final da década de 1830.

É pertinente lembrarmos que desde o período colonial a vila de Macapá havia se tornado um ponto estratégico na região do Cabo Norte, não só por estar localizada na foz do rio Amazonas, mas também por se constituir como o núcleo populacional mais próximo da fronteira com a Guiana Francesa. Em virtude de sua localização estratégica teve seu processo de povoamento marcado por uma paulatina militarização, como já apresentado nos capítulos anteriores. E no período oitocentista, mais especificamente na década de 1830, esse aspecto ganharia ainda mais força, sobretudo, durante as lutas da Cabanagem deflagradas por toda a província, e a concomitante ocupação francesa do território em litígio.

Imagem 5: Mapa da localização da vila de Macapá – Final do século XVIII



Fonte: BDLB – Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

De acordo com Arthur Cezar Ferreira Reis (1949) a vila de Macapá desempenhava o papel de *guardiã da fronteira* e, assim sendo, era responsável por garantir a ordem social e a segurança desse território setentrional. Adler Fonseca Homero Castro, por sua vez, destaca que a fortaleza de São José de Macapá havia se tornado “o verdadeiro ‘fecho do império’ na foz do Amazonas” (1999, p. 136), o que reforça o caráter militar não só dessa fortificação, como também da localidade onde foi construída. Mas, ironicamente, os militares incumbidos de promoverem a “ordem” e segurança foram os mesmos que romperam com as palavras “queremos governo novo” na vila em 1839, provocando a “desordem” e, conseqüentemente, colocando-a em perigo, visto a presença de muitos cabanos e militares franceses na região do Amapá.

Sobre a população existente nesta vila, Ferreira Reis destaca que “em 1839 viviam em Macapá 2.558 pessoas, das quais 1.238 brancos, 242 índios, 341 pardos e 737 pretos escravos e livres” (1949, p. 88). Há indícios de que nesse período parte dessa população estava envolvida em serviços militares ou em obras públicas, comércio e lavouras administrados pelo Estado, pois conforme um ofício do major Teive todos os habitantes da vila de Macapá aptos para o serviço militar estavam alistados no “Corpo Policial e de Trabalhadores”, e que “já á muitos annos se *achavam* em hum activo serviço [...] sem perceberem couza alguma, e sem alguma vantagem terem”¹⁰⁶. Embora esse documento seja do ano seguinte à sedição, demonstra que essa era uma realidade de anos anteriores. Cabe lembrar que por meio desses

¹⁰⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 41, 05 de julho de 1840.

“Corpos” criados ainda no governo de Soares d’Andréa a população livre pobre e “desocupada” era arregimentada para realizar esses serviços mencionados.

Carlos Bastos (2004) destaca que os homens recrutados para comporem as forças militares no século XIX, especialmente após o início dos conflitos da Cabanagem, eram indivíduos considerados pelas autoridades governamentais e elites locais como “perigosos” à manutenção da ordem social e que, portanto, deveriam ser mantidos sob controle. Para regiões fronteiriças, como a abordada neste trabalho, era comum o envio daqueles tidos como “vadios”, “desordeiros”, “turbulentos”, “insubmissos”, que faziam parte da “sociedade perigosa”, composta por homens livres pobres e escravizados. Buscava-se com isso “eliminar do meio da soldadesca aquele que poderiam servir de mau exemplo, colocando-os sob um regime mais duro nas áreas afastadas e utilizando-os na defesa dos pontos limítrofes do território brasileiro” (2004, p. 241). Desse modo, é possível que os soldados envolvidos na sedição de Macapá fizessem parte desse grupo de indivíduos “perigosos”, como ocorreu no caso dos amotinados no destacamento do Bailique que haviam sido recrutados após andarem fugidos no território em litígio com a França.

Para compreendermos o que ocorreu na noite em que militares depuseram o comandante Monterrozo e um de seus oficiais, apresentaremos a seguir um breve relato construído a partir dos depoimentos das testemunhas arroladas no processo-crime sobre essa sedição. Cabe dizer aqui que as testemunhas foram descritas neste documento como “cidadãos de reconhecida probidade”¹⁰⁷ que teriam assistido os atos sediciosos, porém dela não fizeram parte. Assim sendo, é uma narrativa parcial, uma vez que não constam no processo os depoimentos dos réus. Mas nem por isso deixa de ser uma das mais importantes fontes sobre essa revolta militar ocorrida na vila de Macapá, e quando analisada juntamente com outros documentos da época nos permitem ter uma melhor compreensão sobre as motivações dos envolvidos e os desdobramentos dos atos sediciosos.

“Queremos governo novo”: o brado de militares em Macapá

Na madrugada do dia 09 de julho de 1839 os habitantes da vila de Macapá foram acordados pelo barulho de um tiro de rifle seguido do toque de rebate (som de algum instrumento que anunciava o ataque de forças inimigas) tocado pelo menor Quintiliano dos Santos a mando do paisano Antônio Alves da Costa, e em vista disso seguiram para o Quartel da Guarda Policial. Chegando lá já estavam reunidas as tropas de Primeira, Segunda e

¹⁰⁷ Eram sujeitos da elite local que ocupavam cargos públicos e/ou possuíam algum tipo de negócio na vila.

Terceira Companhia do Corpo Policial, formadas e armadas, e a frente destas estava o capitão João Pereira da Costa, da Terceira Companhia.

Ao chegar ao local onde estavam reunidas as tropas e um grande número de civis, o comandante responsável pela praça (fortaleza) e vila de Macapá, tenente coronel Francisco de Siqueira Monterrozo, sem entender o que estava acontecendo ordenou que o alferes Matheus d’Azevedo Coutinho “tiraçe da forma trinta guardas armados, e que deles fiseçe entrega ao capitão João Pereira da Costa” para que estes fossem guarnecer o fosso da praça. Mas o capitão respondeu que não iria sem saber o que estava indo defender. Além disso, exigia que atal ordem fosse feita por escrito, ao que o alferes replicou argumentado que o comandante Monterrozo estava a caminho e lhe dera as ordens localmente.

Diante da recusa do capitão João Pereira da Costa, o alferes Coutinho disse que então ele marcharia com a tropa, dando em seguida voz de marcha. Foi nesse momento que o dito capitão e parte dos guardas romperam em alta voz com as palavras “queremos governo novo”. O alferes sem entender o que tinham dito perguntou “que governo novo querem vocês camaradas?”, e teve como resposta que queriam o tenente coronel comandante fora do comando, assim como o capitão da Segunda Companhia, Eugênio José Barbosa.

Ouvindo tais palavras o alferes Coutinho entendeu aquele ato como sendo parte de uma sedição e imediatamente se afastou da tropa, indo ao encontro de Monterrozo que estava a caminho da fortaleza. Para algumas pessoas que não estavam participando do movimento, mas que ouviram o brado dos militares dizendo que queriam “governo novo”, aquilo realmente tratava-se de uma sedição, já para outras seria uma revolução, enquanto que algumas acreditavam que “os cabanos estavam atacando para a parte da Praça” e as “patrulhas”¹⁰⁸.

Após encontrar o tenente coronel e informá-lo sobre o ocorrido retornou para o quartel juntamente com este e mais o alferes Joaquim Nabuco de Araújo que já estava em companhia daquele. Chegando lá o comandante Monterrozo questionou “qual é o motivo de não quererem marchar”, ao que novamente disseram “queremos governo novo”. Ao ouvir isto ordenou que os soldados largassem as armas, no entanto, não foi obedecido. Foi quando então ficou sabendo que havia sido deposto e que os militares ali reunidos haviam nomeado o capitão João Pereira da Costa, após o capitão Estácio José Picanço recusar-se a assumir tal posto.

¹⁰⁸ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Informações constantes na denúncia do promotor público, em ofícios anexados ao processo e depoimentos das testemunhas.

Mas o comandante Monterrozo não se intimidou e deu ordem para que o alferes Nabuco, juntamente com outros guardas, seguisse para o fosso da praça. Todavia, o guarda Thomas Escovar Brandão empunhou a arma e “adiante dos outros camaradas *disse* que dali não hia”. O capitão João Pereira da Costa aproveitando-se dessa situação disse ao alferes Nabuco que “elle não governava mais do que elle, e que era vir meter a mão em seara alheia”. Ao presenciar isto Monterrozo, acompanhado dos alferes Coutinho e Nabuco, partiu em direção à entrada da praça. Chegando lá ordenou à sentinela do Baluarte Conceição que chamasse o oficial de Estado Maior, Pedro Mendes de Oliveira.

Vindo este oficial, o comandante perguntou-lhe o que se passava dentro da praça e o por que do tiro e do rebate? A resposta foi que “mandara dar o tiro em virtude das instruções que existão na mesma Praça”. Monterrozo então mandou que lhe abrisse a porta, porém, o oficial argumentou que só poderia fazê-lo mediante a apresentação de um ofício, tendo em vista as instruções dadas pelo próprio tenente coronel a respeito do acesso àquele lugar. Assim sendo, ordenou ao alferes Coutinho que fosse providenciar o referido documento, e enquanto isso o oficial não deveria abrir a entrada da praça para ninguém. Porém, quando o alferes retornou não mais encontrou Monterrozo, pois este havia se recolhido ao quartel a mando do capitão João Pereira da Costa.

De acordo com alguns depoimentos o oficial Pedro Mendes de Oliveira teria sido coagido pelo cadete João Martins de Moura a abrir a porta da praça para os sediciosos no dia 09 de julho de 1839. Dizia-se também que fora este cadete, que estava preso cumprindo sentença na fortaleza, quem “sedusio parte dos guardas e os fes encarar como acto legal o crime de sedição”. Algumas testemunhas relatavam ainda que os militares que depuseram o tenente coronel Francisco Monterrozo tiveram o apoio de alguns moradores da vila de Macapá, dentre os quais estava o juiz municipal José d’Ávila que na noite da sedição fora visto saindo da praça; dona Felícia Rosa de Santa Anna, mãe do capitão João Pereira da Costa, cuja cozinha de sua casa teria sido o lugar onde os sediciosos planejaram aquela insurreição; o paisano Antônio Alves da Costa que teria dado ordens para tocar o rebate¹⁰⁹.

Na manhã do dia seguinte à sedição o capitão João Pereira da Costa fez reunir na Câmara Municipal todas as autoridades da vila para comunicá-las que os militares reunidos na noite anterior o haviam nomeado comandante interino. Nesta mesma sessão apresentou-lhes os motivos que o teriam levado a assumir provisoriamente o comando da praça e vila de

¹⁰⁹ Relato construído a partir dos depoimentos das testemunhas arroladas no processo-crime sobre a sedição ocorrida em Macapá em 1839. APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. (O processo foi iniciado em 29 de novembro e encerrado em 20 de dezembro de 1839).

Macapá. Sua permanência no cargo anteriormente ocupado por Monterrozo foi de pouco mais de um mês, quando chegou à vila o oficial designado pelo governo provincial para ocupar legalmente este comando.

3.2.1 – Militares insubordinados na “malfadada vila” de Macapá

O relato da sedição ocorrida na praça e vila de São José de Macapá nos revela momentos de tensão vivenciados pelos habitantes desta localidade na madrugada de 09 de julho de 1839. Mas para compreendermos esta sedição, é necessário primeiramente entendermos o contexto no qual Macapá estava inserido. Assim, cabe salientar que esta vila ainda permanecia em alerta diante da possibilidade de ataques de cabanos que estavam refugiados no Amapá. Além disso, existia também a probabilidade de que Macapá pudesse ser invadida por militares franceses que desde 1836 estavam ocupando o território em litígio. Portanto era um local que além das ameaças internas, enfrentava problemas de ordem externa em decorrência do imbróglio diplomático com os vizinhos franceses.

No capítulo anterior buscou-se demonstrar que com a movimentação de cabanos próximos à vila de Macapá e circunvizinhança, o problema da escassez de alimentos intensificou-se, especialmente porque estes se punham em meio aos rios e igarapés bloqueando a passagem e impedindo que os gêneros alimentícios enviados da capital, ou de outras vilas vizinhas, chegassem até esta localidade. Outro fator que contribuía também para o desabastecimento era o fato de que muitos dos soldados recrutados para atuarem nesta região eram os mesmos braços que antes de deflagradas as lutas da cabanagem faziam os roçados, pescavam, caçavam e coletavam produtos da floresta.

Na segunda metade da década de 1830, de maneira geral, priorizou-se o combate aos insurgentes espalhados pela província, bem como a vigilância nas áreas de fronteira, em detrimento das atividades por meio das quais se adquiria víveres para a subsistência. Carlos Bastos (2004) constatou que em 1836 os soldados que atuavam na vila de Macapá estavam sendo afligidos pela falta de mantimentos e, como já apresentado no capítulo anterior, este continuava sendo um grande problema no ano de 1839.

Outro problema era a falta ou atraso nos pagamentos dos soldos dos soldados alistados nas fileiras militares dessa região fronteira da qual faziam parte Macapá, Mazagão e Bailique. Mas essa era uma dificuldade enfrentada não só pelos guardas dessa região como também de outras localidades da província do Grão-Pará como Santarém, Bragança, Alto Amazonas, entre outras (BASTOS, 2004). Sobre esse tema há algumas informações

importantes em uma correspondência datada de janeiro de 1839 enviada pelo presidente Soares d'Andréa ao Ministro dos Negócios da Guerra, Sebastião do Rêgo Barros.

Por meio deste documento o presidente da província comunicava ao referido ministro que havia cumprido parcialmente as recomendações para “a suspensão do pagamento da 3ª parte do soldo como gratificação de campanha, por estar concluída a pacificação da Província”, visto que a região do Alto Amazonas e do rio Tapajós ainda necessitava do emprego de tropas, e assim sendo os soldados que fossem enviados para essa região continuavam fazendo jus à referida “gratificação”. Além disso, informava que havia ordenado a Tesouraria Geral que enquanto os pagamentos dos oficiais dos “Corpos da Província” não estivessem em dia eles deveriam continuar recebendo o “vencimento de etape”¹¹⁰, pois “esta disposição era inevitável, alias, aos oficiais que só vivem de seus soldos, se verião na alternativa ou de se deixarem morrer a mingoa, ou de procurarem por meios violentos a sua subsistência” já que há dez meses não recebiam seus vencimentos¹¹¹.

Essas informações nos permitem inferir que meses antes de ter ocorrido a sedição na vila de Macapá, houve uma redução no valor do soldo que deveria ser pago aos soldados da província como um todo, com exceção daqueles que ainda estavam envolvidos em diligências no Alto Amazonas. Ao mesmo tempo em que se conservou o “vencimento de etape” aos oficiais que, segundo Andréa, dependiam exclusivamente de seus soldos para sobreviverem. Como se os demais militares também não necessitassem. Certamente estas medidas não agradaram os soldados, porquanto além de padecerem com o atraso nos pagamentos agora teriam o valor reduzido, enquanto que seus superiores permaneceriam com os vencimentos inalterados. Esse é um dos fatores que pode ter contribuído também para as insubordinações de militares que se levantaram contra o comandante de Macapá e um de seus oficiais, bem como dos que já haviam tentado se amotinar no Bailique, uma vez que este caso ocorreu um mês após a decisão de reduzir os soldos.

Esse cenário de dificuldades, portanto, pode ter motivado o levante militar ocorrido em Macapá, tendo em vista que, no início de 1839, o próprio comandante Monterrozoqueixava-se ao presidente da província que na vila havia necessidade de tudo¹¹². As condições eram críticas, visto que à carência de alimentos somava-se a falta de munição para realizar a

¹¹⁰ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa *Etapa* ou *Etape* era a “ração diária dos soldados em comida, e bebida, fora o pret, ou soldo: propriamente tudo o que se lhes dá de conducto, além do pão” (SILVA, 1890, p. 862). Mas em um ofício de 14 de janeiro de 1836 do Marechal Manoel Jorge Rodrigues consta que “assim como a Etapa em gênero não marca diferença para as classes, assim paga a dinheiro é o mesmo” (APEP, SPP, Cód. 1021, doc. 102-103 apud PEREIRA, 2018, p. 54), ou seja, a *Etape* não se referia propriamente à alimentação, visto que poderia ser paga em dinheiro.

¹¹¹ APEP, SSP, FJSSA, Códice 906, Documento 75, 12 de janeiro de 1839.

¹¹² *Ibidem*.

caça de animais, bem como a insuficiência de canoas dificultava a pesca. Além disso, logo após assumir o comando de Macapá, o major Teive foi informado pelo coletor de Macapá, João Antônio Dantas, das dificuldades para se comprar víveres às tropas, devido os poucos recursos da Coletoria de Macapá, dado que “as despesas feitas pelo Commandante intruso (João Pereira da Costa) eram assás avultadas; porque mandou dobrar as rações aos presos, e se promoverão outras muitas desnecessárias”¹¹³.

Essa atitude do capitão João Pereira da Costa de ter mandado aumentar a ração dos presos, e certamente dos soldados, evidencia que na primeira oportunidade que teve buscou amenizar um dos problemas vivenciados pelas tropas. Para Bastos (2004) a falta ou carência de rações figurava entre as demandas que poderiam motivar a indisciplina entre militares e, nesse caso de Macapá, especificamente, pode ter sido uma reivindicação daqueles que participaram ou apoiaram a sedição. Portanto, para garantir o apoio destes era necessário que o governo interino atendesse algumas de suas exigências.

Essas eram algumas das situações com as quais os militares que se rebelaram na vila de Macapá vinham convivendo, especialmente após a eclosão e interiorização da Cabanagem. Era um cenário que em parte explicava aquela sedição, pois a cada dia as dificuldades só aumentavam, não só para os militares como também para grande parte dos habitantes desta vila que depois da implantação dos Corpos de Trabalhadores tiveram suas vidas ainda mais afetadas por essa política de controle social. Segundo Domingos Raiol por meio dessa política todos os indivíduos maiores de dez anos de idade deveriam ser alistados para trabalhar em serviços públicos ou particulares “a fim de moralizar com qualquer ocupação de utilidade os vadios, que os havia em grande número pelo interior da província, sempre prontos e preparados para fazer causa comum com os sediciosos” (1970, p. 987).

Assim sendo, é razoável que militares e sujeitos de outros segmentos sociais tenham se unido para depor a autoridade máxima da praça e vila de Macapá, responsável por gerir militar e administrativamente essa região setentrional. No processo-crime, por exemplo, aparecem nomes de alguns indivíduos que não eram militares, mas que teriam participado direta e/ou indiretamente dos atos sediciosos promovidos naquela madrugada de 09 de julho, como é o caso do paisano Antônio Alves da Costa, do juiz municipal Eugênio José d'Ávila e dona Felícia Rosa de Santa Anna.

¹¹³ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Anexo do documento 163, 19 de agosto de 1839.

O paisano Antônio Alves da Costa teria sido o responsável por mandar tocar o rebate ouvido por todos os habitantes de Macapá naquela noite¹¹⁴. É no mínimo curioso pensar que um paisano estivesse de madrugada dentro da fortaleza, já que de acordo com o alferes Pedro Mendes de Oliveira, oficial de Estado Maior, as instruções dadas por Monterrozo era que o acesso ao interior desta só poderia ocorrer mediante ordem escrita. Lembremos que foi justamente esse o argumento utilizado para impedir que o próprio comandante Monterrozo adentrasse na praça quando parte da tropa reunida em frente ao quartel exigia “*governo novo*”. Este paisano, juntamente com o capitão João Pereira da Costa e o cadete João Martins de Moura, foram considerados na conclusão do processo os “cabeças” da sedição.

Sobre a participação do juiz municipal Eugênio José d’Ávila afirmava o sargento Manoel Joaquim Tavares tê-lo visto saindo da praça na noite da sedição, mas que não sabia dizer “o fim a que lá fosse ou que lá se tinha dirigido”¹¹⁵. Das testemunhas do processo, somente esta cita o nome do referido juiz entre aqueles que supostamente estariam envolvidos na trama para depor o comandante da vila. Entretanto, em um ofício do comandante deposto, no qual expõe sua versão do ocorrido ao presidente da província, consta que:

O Juiz Municipal que agora faz as vezes de Juiz de Direito, Eugênio José d’Ávila, influente, indiscreto e perturbador conhecido do sossego publico que se unio com os seus Paizanos ao Commandante Interino, dizia, os guardas não tem crime, e quando tenham, no Júri são absolvidos. Ora aqui tem V. Ex^a. os sentimentos das Auctoridades Civis que administração a justiça aos habitantes desta mal fadada Villa¹¹⁶.

Por meio deste documento informava, entre outras coisas, a participação do referido magistrado na sedição e enfatizava que se tratava de um indivíduo influente que, além de apoiar os sediciosos, usaria de seu cargo público para proteger de possíveis punições os sujeitos que estiveram envolvidos nos atos praticados durante aquela insurreição. Vale destacar que antes deste ofício Monterrozo já havia enviado secretamente outro, quando ainda estava sob o comando dos sediciosos, informando de forma mais resumida sobre a sedição.

Dona Felícia Rosa de Santa Anna era a mãe do capitão João Pereira da Costa, oficial que esteve à frente da tropa e que juntamente com os guardas declararam em alta voz “*queremos governo novo*”. No depoimento de Manoel Antônio Picanço consta que ele “ouviu dizer que o lugar onde *os sediciosos* se reunião para o seu cabo era na cosinha de Dona Felícia

¹¹⁴ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Depoimento de Manoel Antônio Picanço (Fiscal dos Corpos de Trabalhadores, presidente da Câmara de Vereadores de Macapá, juiz de paz, dizia viver de “seus estabelecimentos”) e Matheus de Azevedo Coutinho (Alferes do Corpo Policial, Secretário da Câmara Municipal de Macapá, dizia viver de suas lavouras).

¹¹⁵ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Depoimento de Manoel Joaquim Tavares (Segundo sargento do Corpo Policial, dizia viver de suas lavouras).

¹¹⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 165, 19 de agosto de 1839.

Rosa de Santa Anna”¹¹⁷, ou seja, noticiava-se que era na casa da mãe do capitão que havia usurpado o lugar de Monterrozo que os planos da insurreição teriam sido arquitetados.

Cabe destacar que nem todas as pessoas que foram citadas nos depoimentos das testemunhas tornaram-se réus no processo¹¹⁸. Este é o caso de dona Felícia. Já o capitão João Pereira da Costa, o cadete João Martins de Moura, os guardas policiais Thomas Escovar Brandão e José Amaro, bem como o paisano Antônio Alves da Costa foram denunciados pelo promotor público, Leandro Antônio de Oliveira, como sendo os autores da revolta. O primeiro teria se apossado da praça, distribuído ordens para as tropas e se intitulado comandante interino; o segundo seria o responsável por seduzir parte dos guardas “e os *fazer* encarar como acto legal o crime de sedição [...] e *coagir* o oficial do Estado Maior a abrir a porta da Praça aos sediciosos servindo depois de secretário do comandante interino”¹¹⁹. Por esses atos constituíam-se como os cabeças da trama.

Já os três últimos eram acusados de terem atuado como “influentes” na noite da sedição. O guarda Thomas Escovar Brandão, além de ter tocado o rebate, era apontado como aquele que teria impedido que os guardas acompanhassem o alferes Nabuco quando ordenado pelo comandante Monterrozo a marchar até o fosso da praça; o guarda José Amaro, por sua vez, seria o responsável de ter ferido o capitão Eugênio José Barbosa quando este foi preso; e o paisano Antônio Alves da Costa o que dera as ordens para tocar o rebate e “sempre se mostrou esfocio pelo que não podece devido ser hum dos principaes influentes”¹²⁰.

No entanto, na conclusão do processo o paisano Antônio Alves da Costa, que havia sido denunciado pelo promotor público como influente, foi considerado como um dos “cabeças” da sedição, juntamente com os dois primeiros. Já os demais foram julgados como cúmplices, e a estes se somou os nomes de Pedro Mendes de Souza, Pedro de Alcantra Meninero e Agostinho Inpifano. É necessário destacar aqui que Pedro Mendes de Souza e Pedro Mendes de Oliveira são a mesma pessoa, pois observou-se que embora as testemunhas Hilário Alves da Costa e Matheus de Azevedo Coutinho tenham informado esses sobrenomes diferentes referiam-se ao oficial de estado que estava de serviço na fortaleza na noite da

¹¹⁷ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Depoimento de Manoel Antônio Picanço.

¹¹⁸ Nesse processo constam os nomes dos acusados pelo promotor público (cadete João Martins de Moura, capitão João Pereira da Costa, guardas Thomas Escovar Brandão e José Amaro, e o paisano Antônio Alves da Costa) e uma relação nominal apresentada pelo major Teive, sucessor de Monterrozo (Presos: capitão João Pereira da Costa, alferes Manoel Antônio d’Ávila, juiz municipal Eugênio José d’Ávila, sargento Julião Alves da Costa, Antônio Joaquim de Souza, cabo José de Melo / Fugidos: Pedro Francisco de Moreira Souza, capitão Antônio de Castilho da Penha, Alferes Pedro Mendes de Oliveira, sargento Vicente de Souza Gil, guarda José Alves da Costa, Antônio Alves da Costa).

¹¹⁹ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Denúncia do promotor público Leandro Antônio de Oliveira, 27 de novembro de 1839.

¹²⁰ Ibidem.

revolta. Esta informação é confirmada por meio de um ofício do Major Teive em que afirma que o “alferes Pedro Mendes de **Oliveira e Souza**, que estando de Estado Maior na praça no dia da sedição *se recusou a abrir a porta ao ex comandante militar [...] e prontamente a abriu aos sediciosos*”¹²¹.

Embora o processo tenha sido instalado com a finalidade de se descobrir quem eram as pessoas que participaram dos atos sediciosos, isto não foi uma tarefa simples, especialmente porque segundo o promotor público os sediciosos não haviam publicado um manifesto. Carlos Bastos (2004) destaca que esse processo se tornou ainda mais complexo porque não havia um consenso em relação aos nomes dos sujeitos envolvidos na sedição, de maneira que nos dias seguintes à deposição do comandante Monterrozo e do capitão Eugênio José Barbosasurgiram diferentes versões sobre os atos praticados na vila durante aquele movimento. Versões estas que variavam de acordo com as relações e interesses de quem estava falando.

A versão do comandante deposto, por exemplo, é muito semelhante à compartilhada pelas testemunhas do processo. O que evidencia que essas pessoas provavelmente tinham algum tipo de relação amigável ou mesmo política e/ou econômica com o ex-comandante. Mas além dos nomes que aparecem nos depoimentos, outros foram citados por Monterrozo, contudo não tornaram-se parte do processo. Um deles era o do padre Francisco de Oliveira e Souza, responsável por redigir a ata da reunião ocorrida na Câmara Municipal no dia seguinte à sedição. Nessa reunião o comandante interino e seus seguidores teriam justificado, por meio de “calúnias e razões fúteis”, a deposição do comandante de Macapá e feito reivindicações em nome do “intitulado povo e tropa”. Na mesma ocasião o religioso teria dito que era “necessário *sustentar* a todo o custo a resolução que tomarão os nossos Patrícios, deitando toda a culpa ao Cadete, a fim de ficarem livres do crime”¹²², referia-se ao cadete João Martins de Moura, preso na fortaleza.

Monterrozo acusava este padre de tentar proteger os sediciosos, assim como fazia o juiz municipal citado mais acima. Outro nome por ele apontado era o do tenente do corpo policial Silvério José Pereira, “famoso revolucionário”, por ter sido quem mandou tocar o rebate e também quem a Câmara enviou com a incumbência de entregar ao presidente da província o ofício e a ata que oficializavam a sua deposição. Nessa missão Silvério foi acompanhado por outros militares, entre os quais estavam o sargento Manoel Antônio de Seixas e o cabo Manoel dos Santos Tavares. Monterrozo, todavia, afirmava que estes dois

¹²¹ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 5, 20 de janeiro de 1840.

¹²² APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 165, 19 de agosto de 1839.

últimos, embora tenham acompanhado o referido tenente, não haviam participado da sedição e, assim sendo, não deveriam ser castigados¹²³.

Mas o que fazia com que Monterrozo julgasse alguns dignos de punição e outros não? Possivelmente eram as alianças locais existentes entre esses sujeitos e o ex-comandante, bem como as desavenças ou interesses divergentes com desafetos. Esses jogos de interesses certamente dificultavam a identificação das pessoas que participaram ou tiveram algum envolvimento com a sedição, pois do mesmo modo que Monterrozo buscava proteger seus aliados, outras autoridades da vila também o faziam em relação a alguns sujeitos que participaram dos atos sediciosos. Isso fica bem evidente em um ofício do major Teive em que comunicava ao presidente Souza Franco sobre a parcialidade do promotor público em relação às testemunhas escolhidas para deporem no processo e aos denunciados. Dizia ele que alguns “cidadãos amigos da ordem e tranquilidade pública” o procuraram para informar que:

[...] o dito Promotor deixou de accusar alguns indigitados, por serem seus parentes e amigos, e que tem estado ocultos nas suas roças, sendo hum destes o Alferes Pedro Mendes de Oliveira e Souza [...], e que dera por testemunhas amigos e parentes dos mesmos indigitados. Requerera ao Juiz de Paz as admitisse a jurar no Sumário a que se estava procedendo sobre a sedição por terem visto e prezenciado bem de perto aquelle acto, e tinhão por isso que depor no dito Sumário do Juiz de Paz na consequência de hum offício que lhe dirigiu o referido Promotor, caluniando a dois dos ditos Cidadãos e dando-os por suspeito, e a todos os que se offerecessem para jurar os não quis admitir, por isso me dirigirão os Requerimentos que levo à presença de V.Ex^a. com a cópia do Sumário, que me foi enviada pelo Juiz de Paz para que V.Ex^a. à vista delles delibere o que lhe parecer justo¹²⁴.

A queixa desses “cidadãos” dava-se pelo fato do promotor público os ter desqualificado como testemunhas e por ter deixado de denunciar alguns sujeitos que, segundo estes, estiveram envolvidos na revolta, mas por serem seus amigos e parentes não os denunciou, como no caso do alferes Pedro Mendes. É importante salientar que embora este alferes não tenha sido denunciado pelo promotor público, na conclusão do processo ele aparece como um dos condenados como cúmplice, como já mencionado, inclusive não foi preso porque fugiu. Esse documento, portanto, revela a parcialidade com que foi conduzido esse processo para apontar os responsáveis por promoverem o movimento sedicioso ocorrido na vila de Macapá.

Mas não era somente o promotor público que tinha parentes entre os sediciosos, outras autoridades locais também estavam nesta mesma condição. O juiz de paz da vila de Macapá, Faustino José da Cruz, por exemplo, que deveria conduzir o processo informou ao promotor que não poderia fazê-lo por ter parentesco com alguns dos acusados, de modo que foi

¹²³ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 165, 19 de agosto de 1839.

¹²⁴ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 5, 20 de janeiro de 1840.

substituído pelo juiz de paz suplente, Antônio da Silva Gaya. Outro que disse ter parentes entre estes foi o sargento Manoel Joaquim Tavares, uma das testemunhas no processo. Já o alferes Hilário José Ferreira Lisboa, também testemunha, quando perguntado “se encorria em parentesco com alguns dos indigitados [...] disse elle testemunha que não encorria em parentesco n’hum com os ditos indigitados, só sim que era parente Espiritual com o Sargento Antônio Joaquim de Souza”¹²⁵.

Pelo que foi exposto até aqui se percebe que alguns habitantes de Macapá que não faziam parte do corpo militar envolveram-se de maneira direta e/ou indireta na sedição. Alguns constantes no processo instaurado, já outros não. Isso nos revela que além do descontentamento existente entre os militares havia insatisfação por parte de outros segmentos da sociedade local, talvez por isso o movimento tenha ganhado o apoio de muitos indivíduos, que como vimos buscavam proteger-se entre si, sobretudo das possíveis punições. Isso também pode ser verificado na versão contada pelo comandante interino, João Pereira da Costa.

Diferente do que constava no processo, bem como da versão de Monterrozo, o comandante interino ao informar o presidente Souza Franco sobre o ocorrido na vila, relatava que um grande número de guardas juntamente com “um grande grupo do Povo” apareceram na frente da sua casa na madrugada de 9 de julho e requisitaram-lhe que tomasse o comando militar da vila por não mais poderem suportar as “injustiças e vexações” praticadas pelo comandante Monterrozo, e que se ele recusasse “passarão infalivelmente a haver algum rompimento de parte dos cabanos contra elles”, pois era de seu conhecimento que os rebeldes que estavam cumprindo pena na fortaleza encontravam-se armados, e também que “se davão pelo Governo Militar armas da Nação e cartuxame aos Rebeldes, cujos francamente passeavão pela villa a toda hora, e alguns dos moradores já tinham sofrido destes insultos, tal aformidável ousadia que já tinham”¹²⁶.

Afirmava que foi diante de tal situação que aceitou assumir interinamente o comando da vila, visando com isso acalmar os ânimos da população e da tropa. De modo que no dia seguinte reuniu a Câmara e demais autoridades e apresentou os motivos que o “obrigarão a condescender com a vontade do Povo e Tropa a fim de manter a ordem, para evitar alguma desgraça”. Segundo ele o comandante Monterrozo, assim como o capitão Eugênio José Barbosa, estaria fornecendo armas aos cabanos presos na vila e também aos que vinham e

¹²⁵ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Depoimento de Hilário José Ferreira.

¹²⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 162, 11 de julho de 1839.

voltavam para a região do Amapá. Acrescentava ainda que rebeldes armados prestavam serviços de caça e pesca a esse capitão.

Segundo ele, essa presença de cabanos às proximidades da vila estaria causando medo e receio nos moradores, pois havia notícias de que estavam “assassinando cidadãos, como aconteceu com o proprietário e senhor de engenho, Alexandre Gil Vaz, com duas pessoas de Mazagão e outros”¹²⁷. Além disso, dizia que o “Povo e Tropa” queixavam-se de alguns gastos desnecessários realizados pelo comandante deposto, a exemplo da construção de uma olaria que há mais de um ano estaria consumindo “sommas sem precisão”, enquanto a praça encontrava-se em péssimas condições e precisando de reparos, além da manutenção do destacamento do Bailique, que para este comandante interino só servia para negociar com os franceses que estavam no Amapá, e nada mais.

Todavia, vale enfatizar que fazer negócios com os franceses não configuraria necessariamente a convivência de Monterrozo com os cabanos abrigados no posto militar francês e seus arredores, visto que o contrabando era uma prática que fazia parte do cotidiano das zonas de fronteira, mesmo em um cenário de conflitos como o aqui tratado. Sendo assim, não seria contraditório Monterrozo combater a cabanos e negociar com os franceses. Esta acusação, portanto, pode ter sido utilizada como uma estratégia discursiva dos sediciosos para que não fossem punidos, uma vez que ao relacionarem as ações do comandante deposto aos rebeldes refugiados no Amapá justificavam a sedição como sendo um movimento de combate a cabanos, e, assim sendo, estariam agindo em defesa da legalidade.

Desse modo, o capitão interino argumentava que esses teriam sido os motivos pelos quais militares e civis uniram-se para depor o comandante da vila e conseqüentemente evitaram um ataque iminente de cabanos. Além disso, assegurava ao presidente da província que após aposar-se interinamente do poder local a vila encontrava-se no maior sossego e tranquilidade e “a segurança pública não *tinha* sido nem levemente alterada”, ou seja, nessa versão os atos praticados na madrugada de 9 de julho não configuravam uma sedição, como afirmavam as testemunhas existentes no processo e o comandante deposto, mas um movimento pela manutenção da “ordem” e da legalidade, em prol da segurança de seus moradores.

Aliás, como bem salientou Carlos Bastos (2004), na versão do comandante interino a participação deste some, em nenhum momento aparece que esteve à frente da tropa bradando por “governo novo” e negando-se a cumprir as ordens dadas por Monterrozo. Certamente ele

¹²⁷ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 162, 11 de julho de 1839.

precisava se apresentar ao presidente da província como um líder de um movimento legal e não como o “cabeça” de uma sedição, e para isso era necessário omitir alguns atos praticados naquela noite contra a autoridade legalmente constituída, pois do contrário estaria se colocando na posição de um militar insubordinado, sujeito à punição, mas seguramente este não era o objetivo. Ademais, o próprio fato de ter se apresentado como comandante interino demonstrava que a sua intenção não era usurpar o cargo, mas ocupá-lo provisoriamente, dando assim um caráter de legalidade ao movimento.

A justificativa de combate aos cabanos e seus apoiadores, presente no relato do comandante interino, também servia para dar esse aspecto de legalidade aos atos praticados naquela noite, pois ainda que o governo provincial divulgasse que a província estava quase toda pacificada, com exceção do Alto Amazonas, havia rumores de que existia um grande número de cabanos refugiados na região do Amapá e, assim sendo, era possível que alguns deles pudessem estar aos arredores da vila, de modo que atender ao clamor de uma população ameaçada por estes rebeldes era estar lutando pela causa da legalidade.

A presença de cabanos nas proximidades da vila de Macapá e a suposta cooperação de Monterrozo e do capitão Eugênio José Barbosa a estes rebeldes era apresentado pelo comandante interino como um dos principais motivos das reclamações tanto de civis quanto de militares. No entanto, no depoimento de algumas testemunhas do processo a única menção a cabanos é ao relatarem que a princípio acreditavam que aquela movimentação de soldados na madrugada do dia 09 de julho dava-se por estarem defendendo a praça de um ataque cabano, mas logo perceberam que se tratava de uma sedição militar, e não de uma invasão inimiga. Nesse sentido, é pertinente considerarmos que a Cabanagem foi utilizada pelos sediciosos como retórica, uma vez que se utilizou o discurso do medo aos sujeitos envolvidos nesse movimento como justificativa para a usurpação do poder local.

O ex-comandante Monterrozo, por sua vez, afirmava que essas acusações apresentadas contra ele eram nada mais do que calúnias forjadas para depô-lo do comando da vila. É importante destacar que na documentação consultada não conseguimos identificar nenhum tipo de favorecimento entre os acusados pelo comandante interino e cabanos. Ao contrário disto, o comandante deposto alertava a Souza Franco que era necessário enviar uma embarcação de guerra:

[...] imediatamente com destino a Ilha do Bailique, não só a fazer sustentar o Destacamento que se acha allocado naquela Ilha, como impedir a passagem de seiscentos rebeldes que se achavam reunidos no Amapá, que em lhe chegando a

notícia desta catástrofe (sedição) tentarão vir apossar-se desta Praça e Villa, que nem hum a dúvida terão os sediciosos de lha entregar ou a outra Nação Estrangeira¹²⁸.

Aqui vemos a preocupação de Monterrozo em aumentar a segurança do destacamento do Bailique para que os cabanos que estivessem no Amapá não chegassem até a vila, pois os sediciosos poderiam entregá-la tanto a estes inimigos como aos franceses que já estavam instalados no território em litigio com a França. Cabe lembrar que meses antes alguns soldados do Bailique já tinham sido presos por uma tentativa de motim e outros tinham fugido para o Amapá. Assim, documentos como este acima, e outros mais, demonstram que a atuação de Monterrozo, não só na vila como em toda a região que estava sob seu comando antes de ser deposto, era de uma autoridade que defendia a legalidade e fazia frente aos rebeldes.

Como podemos notar os relatos se contrapunham e dependendo de quem estivesse narrando os fatos nomes eram retirados ou acrescentados. Isso fez com que ao final do processo que tratou da sedição apenas alguns indivíduos tenham sido condenados pela participação nos atos sediciosos que culminaram na deposição do comandante Monterrozo e do capitão Eugênio José Barbosa, embora os distintos relatos evidenciem o envolvimento direto e/ou indireto de outras pessoas. Certamente as redes de proteção existentes entre habitantes da vila foram cruciais para que alguns sediciosos conseguissem ficar livres de punições.

3.3 – O “novo” governo e a velha realidade

O comando da praça e vila Macapá ficou nas mãos do capitão João Pereira da Costa pouco mais de um mês, quando chegou à vila o major Fernando Maria Cabral de Teive, enviado pelo presidente da província para assumir legalmente o cargo após a sedição. Juntamente com ele veio uma tropa de soldados e o presidente da província já tinha dado ordens para que outros que estavam na ilha do Marajó partissem em direção a Macapá para reforçarem a segurança local. Diante de tal cenário não houve resistência e o comandante interino entregou o posto ao recém-chegado comandante no dia 12 de agosto de 1839¹²⁹. O tenente coronel Francisco Monterrozo, por sua vez, que até então tinha estado recolhido no quartel policial, informava a Souza Franco que havia repassado ao novo comandante “as instruções e esclarecimentos necessários, bem como lhe fez entrega das munições de

¹²⁸ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 162, 11 de julho de 1839.

¹²⁹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 177, 20 de setembro de 1839.

guerra, utensílios e ordens tendentes à Praça”¹³⁰. Avisava também que pelo fato de estar doente não conseguiria ir imediatamente apresentar-se a este presidente.

Antes mesmo do major Teive chegar à Macapá o presidente da província, Souza Franco, enviou um ofício para o Ministro dos Negócios da Guerra, Conde de Lages, informando sobre a sedição ocorrida nesta vila e também sobre as medidas por ele tomadas para restabelecer a “ordem” local, e por conseguinte garantir a segurança da região do Cabo Norte como um todo, uma vez que o comando de Macapá, como apresentado anteriormente, era responsável pelo território à margem esquerda da foz do rio Amazonas. Nesse documento dizia que:

Tenho o desgosto de levar ao conhecimento de V.Ex.^a huma pequena sedição ocorrida na Praça de Macapá, da qual contudo não tenho receios attento o caracter pacífico dos habitantes do Districto, e providencias immediatas que dei. Na noite do dia 9 para 1º deste mez depozerão os guardas policiaes da Praça de Macapá o Commandante Militar Tenente Coronel Francisco de Siqueira Monterrozo a pretextode que este favorecia os cabanos, perseguia com serviços os legaes e consentia em violências, que dizem comettidas por hum Capitão da Guarda Policial, encarregado da Policia da Villa, e tendo conduzido o movimento hum capitão também da Guarda Policial, derigirão-se a Câmara Municipal, mandarão o Commandante Militar deposto para a sua caza, e me enviarão participação do acto por hum Cadete que ali estava preso cumprindo sentença, e por hum vereador da Câmara, visto como senada de ilegal tivessem feito, e me pedem providências. Fiz partir immediatamente oMajor Fernando Maria Cabral de Teive com sessenta homens na EscunaFluminense, e dei ordens para que da Ilha Grande de Joannes o seguissem 50 homens do Corpo de Cavalleria Provincial de 1ª linha, e não obstante inteira convicção, de que a força entra sem opposição alguma, levou o Commandante da Expedição as instruções necessárias, e ordens para se fosse preciso chamar a Guarda Policial dos Districtos vizinhos de Breves, Gurupá, Montealegre, Porto de de Moz, Chaves e Mazagão, e para lhe virem forças do Amazonas¹³¹.

Algumas informações deste ofício nos chamam a atenção. Primeiramente Souza Franco destaca o “caráter pacífico dos habitantes” de Macapá. Mas que habitantes eram estes? Pois como vimos, várias autoridades da vila estavam envolvidas na sedição. Em relação à população pobre livre, embora na documentação consultada não exista informações claras sobre essa participação, podemos inferir que boa parte dela compunha o grupo de moradores e militares insatisfeitos que se uniram para depor o comandante Monterrozo e fizeram do capitão João Pereira da Costa seu novo comandante, ainda que interinamente.

Como já mencionado, muitos habitantes haviam sido recrutados compulsoriamente para atuarem nos Corpos de Trabalhadores e, assim como os militares, vinham passando por muitas dificuldades, “sem alguma vantagem terem”, portanto, é bem provável que alguns destes tenham participado ou apoiado o movimento. Sendo assim, talvez o presidente da província estivesse se referindo aos “cidadãos de reconhecida probidade”, aos “amigos da

¹³⁰ Idem, Documento 164, 19 de agosto de 1839.

¹³¹ APEP, SSP, FJSSA, Códice 906, Documento 149, 24 de julho de 1839.

ordem e tranquilidade pública”¹³², sujeitos estes que geralmente possuíam algum tipo de vínculo com o governo local, ou desenvolviam algum tipo de negócio na vila e/ou aos arredores dela, portanto, eram pessoas que faziam parte da elite de Macapá.

É interessante também o fato do presidente da província informar que se tratava de “uma pequena sedição”, visto que as medidas tomadas para restituir a “ordem e tranquilidades” na vila demonstram o contrário, uma vez que além dos soldados que acompanharam o major Teive, outros que estavam no Marajó também foram enviados para reforçarem a segurança de Macapá. Além do mais, havia ordens que se houvesse oposição poderiam ser acionados militares das localidades circunvizinhas para ajudarem na retomada do poder local. Isso indica que não se tratava de um movimento tão pequeno, como dizia o presidente. Se assim fosse por que a necessidade de aumentar o quantitativo de militares? Embora de maneira implícita, o envio desses soldados evidencia a preocupação do governo provincial com essa região fronteiriça.

Além disso, o fato de apresentar o movimento como uma “pequena sedição” e destacar o “caráter pacífico dos habitantes” revela que Souza Franco se utilizava de uma estratégia discursiva para demonstrar às autoridades imperiais que a causa da legalidade estava estabelecida na província, ao mesmo tempo em que buscava mostrar-se como um governante diferente de seu antecessor, Soares d’Andréa, que havia sofrido muitas críticas no final de seu governo em virtude da dura repressão feita aos cabanos e a outros sujeitos que se opusessem a sua administração. Esse discurso, portanto, era uma maneira de proteger-se e evitar contestações e críticas vindas da Corte.

Como vimos nos capítulos anteriores a vila de Macapá era estrategicamente importante para a defesa da província do Grão-Pará, tendo em vista sua localização na foz do rio Amazonas, assim como se tornou o destacamento na ilha do Bailique, especialmente no que diz respeito a sua fronteira com a Guiana Francesa, posto que há tempos os franceses cobiçavam as terras aquém do Oiapoque. E sabendo dessa sedição poderiam muito bem aproveitar o estado de vulnerabilidade em que se encontrava para tentarem ocupá-la, uma vez que já estavam instalados na região do Amapá. Portanto, o reforço militar enviado por Souza Franco era importante não só para conter os sediciosos como para impedir um possível avanço francês sobre a província.

Assim, após a chegada do novo comandante à Macapá o governo local voltava a ser administrado por uma autoridade nomeada pelo presidente da província. Uma das suas

¹³² APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 5, 20 de janeiro de 1840.

primeiras incumbências era descobrir e punir os envolvidos nos “atos ilegais” que resultaram na deposição do então comandante. É interessante que mesmo depois da chegada do major Teive o tenente coronel Monterrozo permaneceu por algum tempo na vila, sob a justificativa de encontrar-se “molesto”, todavia, nos parece bastante conveniente que ele continuasse nesta localidade, até mesmo para que pudesse apontar os “traidores” que, segundo ele, “por meio de hum rebate falço” o depuseram do comando e se apossaram da praça pela “força e traição”¹³³.

No entanto, o major Teive não prendeu de imediato os indivíduos apontados, por Monterrozo e “por algumas pessoas de confiança”, de serem os responsáveis pela sedição. Isso porque ficou aguardando o retorno da Escuna Fluminense que o havia trazido e tinha ido

buscar reforço militar no Marajó para garantir que os sediciosos não se rebelassem novamente¹³⁴. Assim, no dia 20 de setembro, mais de um mês depois de sua chegada, oficiava ao presidente da província que estava enviando presos o capitão João Pereira da Costa e outros acusados, “porém nada *afirmava* com certeza, porque só depois de firmado o seu processo se poderá verdadeiramente conhecer seu crime”. Comunicava ainda que alguns haviam fugido, entre os quais estavam o juiz municipal Antônio de Castilho da Penha, o padre e juiz de órfãos Francisco de Oliveira e Souza e o alferes Pedro Mendes de Oliveira¹³⁵.

Além dos presos e fugidos tidos como sediciosos, o major Teive destituiu do cargo o capitão Eugênio José Barbosa, que havia sido deposto juntamente com Monterrozo. Esse oficial “adquiriu o ódio de todos os habitantes” por ser bastante grosseiro e mal educado e era acusado de maltratar os guardas “com palavras injuriosas, de valer-se de seu emprego para tirar lucro e de abuso d’auctoridade”¹³⁶, portanto, não era de se estranhar que tenha se tornado um dos alvos dos sediciosos. Algumas pessoas eram acusadas por outras de terem feito parte da sedição, mas “como seus ditos *eram* destruídos por outros” o novo comandante não os prendeu. Houve também o caso do tenente Silvério José Pereira que, de acordo com o major Teive, já se encontrava preso por ordem de seu antecessor, mas que mandou soltá-lo depois de ouvir alguns indivíduos e entender que este era inocente¹³⁷.

A situação era complexa, os critérios para prender ou soltar alguém dependiam muito das alianças locais, dos interesses envolvidos, de maneira que com a chegada do novo comandante quase nada mudou, as velhas práticas continuavam e as dificuldades vivenciadas por militares e outros habitantes da vila permaneciam. Talvez durante o governo interino do

¹³³ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 165, 19 de agosto de 1839.

¹³⁴ Idem, Documento 168, 27 de agosto de 1839.

¹³⁵ Idem, Documento 174, 20 de setembro de 1839.

¹³⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 174, 20 de setembro de 1839.

¹³⁷ Ibidem.

capitão João Pereira da Costa tenham experimentado o tal “governo novo” que queriam, pois como vimos conseguiram depor seus opressores e nem que seja por um breve período de tempo os militares tiveram sua “ração dobrada” e provavelmente puderam experimentar um pouco de alívio em relação ao rigor militar ao qual eram expostos. Já os membros da elitelocal que tinham seus interesses políticos, econômicos e/ou sociais prejudicados pela administração de Monterrozo se viram livre deste e ao lado do governo interino poderiam vislumbrar algum tipo de benefício.

As atas da Câmara Municipal da vila de Macapá provavelmente poderiam nos ajudar a compreender melhor esse jogo político das autoridades locais que foram favoráveis à deposição de Monterrozo, e também daquelas que permaneceram apoiando este comandante mesmo quando já estava fora do comando. Todavia, a indisponibilidade dessas fontes para consulta, devido ao mau estado de conservação, de certa maneira limita nossa análise no tocante a formação dessas alianças entre sujeitos de diferentes segmentos sociais que, em um contexto de incertezas, se colocaram contrários à autoridade que detinha grande poder político não só na vila como em toda essa zona de fronteira com a Guiana Francesa. Sendo assim, serão necessários estudos futuros para preencher essa lacuna aqui deixada em virtude da própria limitação ao acesso às fontes.

Assim, embora o major Teive tenha sido recebido de maneira pacífica na vila, não significa que não tenha enfrentado algum tipo de oposição, pois ao consultarmos dois ofícios deste novo governante podemos perceber que mesmo tendo exigido do promotor público da vila que denunciasse, ao juiz responsável pelo caso da sedição, todos os sujeitos por ele indicados nominalmente em uma lista, isto não ocorreu porque muitos dos acusados eram seus amigos ou parentes. Em vista disso, enviou a mesma relação ao dito juiz para que ele ouvisse “não só as testemunhas que lhe *designasse* o ditto promotor, como todas as que *julgasse* preciso para se conhecerem os cabeças e as pessoas mais influentes na ditto sedição”¹³⁸. Essas informações revelam que as duas autoridades tinham opiniões divergentes sobre os sujeitos que deveriam ser apresentados como suspeitos daquela revolta, ao mesmo tempo em que aponta para as relações existentes entre autoridades da vila e sediciosos, bem como sinaliza conflitos entre as autoridades locais.

Os conflitos entre as autoridades da vila tornaram-se mais evidente após a chegada do novo comandante, momento em que buscavam de alguma forma atingir ou prejudicar seus desafetos acusando-os de participarem da revolta, como demonstram os relatos do

¹³⁸ APEP, Juízo de Paz de Macapá, Autos Crimes, 1839. Ofício do comandante Fernando Maria Cabral de Teive, Macapá, 23 de novembro de 1839.

comandante deposto e do comandante interino. Quase um ano depois da sedição o major Teive relatava uma situação que exemplifica a continuidade desse tipo de conflito e dá indícios de que militares e moradores de Mazagão, localidade próxima à Macapá, não estavam satisfeitos com o “novo governo”, de maneira que arranjavam subterfúgios para livrar-se de certas obrigações. Vejamos o que dizia ele sobre o comandante militar de Mazagão:

[...] Não posso deixar de dizer a V. Ex.^a. nesta ocasião que tendo eu mandado ordem ao Commandante Militar de Mazagão que me he sujeito para que me remetesse certo numero de recrutas a fim de enviar a V. Ex.^a. maior porção, elle apenas me remetteo quatorze, sendo dez trabalhadores, inclusive dois escravos, ou que está em duvida suas liberdades; e quatro policiaes, destes, dois cazados; não contente com isto fiz immediatamente marchar para lá hum Official com ordem terminante àquele commandante para me mandar três homens de cada Companhia, o que não cumprio, servindo-se de subterfúgios e este me obriga a pedir a V. Ex.^a. queira nomear hum Official de sua confiança para o substituir, pois me persuado que elle não pode continuar a exercer hum cargo em hum lugar onde tem de respeitar certas famílias de quem depende que sendo influentes o obrigão as vezes a faltar aos seus deveres¹³⁹.

Aqui podemos verificar que o comandante de Mazagão não seguia todas as ordens de seu superior, ao ponto de o Major Teive solicitar a substituição desse oficial por outro da confiança do presidente da província. Além disso, dá indícios de que naquela localidade existiam alianças e interesses comuns entre alguns militares, incluindo o seu comandante, e moradores, chegando estes a forjarem estratégias para que não fossem retirados de perto de seus familiares. É interessante que à época da sedição ocorrida em Macapá o presidente SouzaFranco salientava que “de Mazagão, parte do Districto de Macapá, e que contém 2/5 dos habitantes, tive correio de que não partilhava as ideias dos revoltosos”¹⁴⁰. É possível que alguns habitantes realmente não tenham apoiado os sediciosos, mas certamente existiam aqueles que compactuavam com as ações destes.

Ademais, quando Soares d’Andréa instituiu os nove comandos militares, os comandantes por ele designados foram revestidos de amplos poderes para atuarem em suas circunscrições, controlando os recrutamentos de soldados e de trabalhadores e, conseqüentemente, influenciando nas atividades econômicas e interferindo em questões políticas. Eram sujeitos, portanto, que exerciam influência sobre a sociedade local (PEREIRA, 2018). Desse modo, as oposições e contestações aos comandantes militares de Macapá revelam também a atuação de forças políticas locais que tentavam interferir de alguma forma no exercício do poder desses homens nomeados pelo governo provincial para administrar e

¹³⁹ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 41, 5 de julho de 1840.

¹⁴⁰ APEP, SSP, FJSSA, Códice 906, Documento 149, 24 de julho de 1839.

supervisionar essa extensa área de fronteira, e de certo modo impor seus interesses e expectativas.

Depois da saída do comandante interino a situação dos militares e habitantes de Macapá voltava ao que era antes. Logo que assumiu o comando Teive foi informado pelo coletor da vila de Macapá que devido aos diminutos recursos da Coletoria estava com dificuldades para comprar mantimentos para os soldados, conforme este havia solicitado. Provavelmente, o comandante teve que recorrer à capital, visto que consta em uma de suas correspondências “a recepção de sessenta arrobas de carne seca, quarenta de pirarucu e cinquenta alqueires de farinha para fornecimento das praças”¹⁴¹. Nesse mesmo documento ele ressalta que a vila sofria com a falta de canoas, que como já apresentado dificultava a pesca. As poucas que existiam encontravam-se “em mau estado”, por isso mandou consertar uma delas e enviou alguns presos “com 8 alqueires de sal para fazer salga de pirarucu”¹⁴².

A falta de medicamentos era outro problema relatado pelo major Teive ao presidente da província, dizia ele que havia sido informado pelo coletor e pelo cirurgião encarregado do hospital militar de Macapá “de estarem quase acabados os medicamentos que a muito tempo vierão dessa cidade (Belém), pelos muitos soldados que tem entrado para o dito Hospital [...] Rogo a V. Ex^a. se sirva mandar os constantes da inclusa relação”¹⁴³, ou seja, além da falta de medicamentos, muitos soldados estavam doentes. Como se não bastasse essa difícil situação vivenciada pelos soldados, o pagamento do soldo referente aos dias em que ficassem hospitalizados deveria ser descontado¹⁴⁴.

Os recrutamentos também haviam aumentado, tanto em Macapá como em Mazagão. Esse foi o motivo do desentendimento do major Teive com o comandante de Mazagão, visto que ele não o enviou a quantidade solicitada. O governo provincial havia emitido uma circular acerca dos recrutamentos e era em cumprimento às ordens constantes nesse documento que o major Teive afirmava estar agindo “sem vexames e sem violências”. Dizia ele que “na ocasião da revista de mostra, do Corpo policial e de trabalhadores, eu escolhi os que julgava que menos falta aqui fazião, e he desses que mando agora no Hiate Mundurucú”¹⁴⁵. Esses homens eram descritos pelo major Teive como vadios, sem ocupação, e assim sendo, era melhor que estivessem longe da vila.

¹⁴¹ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 176, 1º de novembro de 1839.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 2, 17 de janeiro de 1840.

¹⁴⁴ *Idem*, Documento 176, 1º de novembro de 1839.

¹⁴⁵ *Idem*, Documento 41, 5 de julho de 1840.

Nota-se, portanto, que uma junção de problemas, em parte decorrentes das políticas de controle adotadas como medidas defensivas e de gestão para essa região, teriam motivado militares e civis a juntarem-se em uma sedição para depor a principal autoridade da vila, na expectativa de que com um “governo novo” mudanças ocorressem. O que vemos, entretanto, é a velha realidade se sobrepondo aos anseios de uma população que vinha sofrendo com as dificuldades que assolavam essa zona de fronteira. Mas, a experiência da sedição demonstra que esses sujeitos não estavam satisfeitos com as condições de vida a eles impostas e que a insubordinação era um dos meios pelos quais buscavam alcançar as mudanças desejadas.

3.3.1 – A região fronteiriça após os casos de insubordinação em 1839

Tanto a tentativa de motim no destacamento da ilha do Bailique quanto a sedição ocorrida na vila de Macapá, demonstram o descontentamento de militares e civis que viviam nessa região fronteiriça. É importante lembrarmos que com a eclosão da Cabanagem e sua interiorização o território do Cabo Norte sofreu uma intensa militarização. Macapá tornou-se um comando militar, responsável pelas terras que estavam à margem esquerda da foz do rio Amazonas, e os militares enviados para essa região setentrional tinham a missão de combater os revoltosos que se embrenhavam por entre seus rios e matas, bem como deveriam garantir a segurança dessa porção territorial e impedir que os franceses avançassem para além do rio Oiapoque.

No governo do enérgico Soares d’Andréa os recrutamentos compulsórios ocorriam em massa, e os homens que compunham as fileiras militares passaram a sofrer com a escassez de alimento, com os atrasos nos soldos, com a falta de medicamentos, com o rigor do serviço militar, de maneira que as insubordinações e indisciplinas tornaram-se recorrente em toda a província, mas como bem salienta Carlos Bastos “restringir análise da indisciplina em termos de reações dos homens recrutados às interferências do serviço das armas em seu cotidiano seria, assim, desconsiderar a existência de motivações políticas dos soldados que se envolviam em atos de insubordinação” (2004, p. 136). Assim sendo, as insubordinações também tinham um caráter político, revelavam as insatisfações com as políticas impostas pelo Estado, bem como evidenciavam as leituras e alianças políticas dos sujeitos envolvidos.

O autor ressalta também que os atos de insubordinação geralmente eram praticados de forma coletiva, embora houvesse algumas ações de indisciplina praticadas isoladamente. Isso porque a convivência dos soldados gerava aproximações e solidariedades, assim como ocasionava conflitos entre os mesmos. O fato de vivenciarem as mesmas dificuldades levava-os a unirem-se em prol de objetivos comuns. Muitas vezes essa insubordinação manifestava-

se por meio de deserções, mas em outras por meio de embates que podiam ser velados ou mesmo declarados. Era uma forma pela qual podiam reivindicar e/ou contestar as autoridades as quais estavam subordinados.

Assim, no caso da tentativa de motim no Bailique os guardas ali destacados, por mais que estivessem em uma localidade mais afastada da vila de Macapá, fizeram uma leitura do contexto no qual estavam inseridos. Sabiam que se conseguissem matar o seu comandante e fugir para a região do Amapá, onde estavam instalados os franceses, poderiam experimentar melhores condições de vida, se comparada às dificuldades que enfrentavam na ilha, uma vez que os militares franceses eram autorizados pelo governador de Caiena a dar abrigo e alimento para os sujeitos que ali chegassem fugidos da província. Além disso, poderiam usufruir de certa segurança, já que estariam do lado dos que naquela conjuntura se mostravam como inimigos das autoridades do Grão-Pará.

Em relação à sedição perpetrada na vila de Macapá nota-se que os sujeitos envolvidos aproveitaram-se de um momento de mudança no governo provincial para tirar do poder a autoridade local, dado que os atos de insubordinação ocorreram poucos meses após a sucessão do presidente Soares d'Andréa, o que demonstra que os sujeitos envolvidos estavam atentos as movimentações políticas que aconteciam na província. Entenderam que este cenário político seria propício para tentar uma mudança de poder na vila, que desde 1834 estava nas mãos de Monterrozo. Mostra também que as alianças extrapolavam o convívio militar e alcançavam sujeitos de outros segmentos da sociedade local que, por sua vez, tinham objetivos e anseios em comum com os militares.

Além disso, souberam se utilizar de uma situação que era problemática não só para a vila de Macapá, como para a província de um modo geral. Tratava-se das constantes ameaças de ataques cabanos. Como já apresentado, o capitão João Pereira da Costa, um dos líderes da sedição, justificou diante da Câmara Municipal que os atos de insubordinação deram-se em virtude da conivência do comandante militar, e de um de seus oficiais, com os cabanos que andavam pela vila e seus arredores, provocando medo nos moradores que receavam ser atacados por estes. Essa justificativa além de dar um aspecto de legalidade às ações dos insurgentes colocava as autoridades contestadas em uma posição contrária à função para a qual foram designadas que era o de combater os cabanos e garantir a segurança desse território. Todavia, percebe-se que a Cabanagem foi utilizada como um elemento de retórica, uma vez que na documentação consultada não há informações que confirme tal afirmativa.

É importante ressaltar que embora as alegações sobre a presença de cabanos na vila e o suposto apoio das autoridades depostas não tenham sido confirmadas no decorrer do processo,

nem seja um assunto tratado nas correspondências do novo comandante, havia uma preocupação a respeito da presença desses sujeitos nessa região fronteira, sobretudo, por correrem notícias de que muitos estariam refugiados no Amapá. Tanto é que após assumir o comando de Macapá o comandante Teive informava ao governo provincial que iria enviar a Escuna Fluminense “para o Bailique e Amapá para ver se *tinha* alguma notícia exata do que por alli se *passava*”¹⁴⁶.

Certo é que os dois casos aqui tratados envolvendo atos de insubordinação foram “controlados” pelas autoridades legalmente instituídas. No tocante aos guardas do Bailique alguns foram presos pelo comandante do destacamento e mandados para a vila de Macapá, onde foram obrigados a trabalhar nos serviços da praça até que a embarcação que os levaria para a capital chegasse. No caso da sedição ocorrida em Macapá, o governo provincial enviou outro comandante para assumir o cargo do que outrora havia sido deposto pelos revoltosos e deu ordens para que os envolvidos naquela revolta fossem identificados e punidos. Todavia, essa tarefa mostrou-se bastante complexa, especialmente por ter contado com a participação de muita gente, entre militares e civis, que por meio de alianças e interesses em comum protegiam-se mutuamente, dificultando assim a identificação dos sediciosos e de seus crimes.

Assim, após a ocorrência desses movimentos de insubordinação no ano de 1839 e a chegada do novo comandante militar à vila de Macapá, as terras do Cabo Norte pareciam voltar à velha realidade, na qual os homens recrutados para o serviço militar empregados nessa região de fronteira e os habitantes alistados para os Corpos de Trabalhadores eram castigados pelo rigor da disciplina militar e pelas dificuldades provenientes das atividades a eles impostas. Aqui vale destacar que a Cabanagem também foi utilizada como uma estratégia discursiva por parte das autoridades legalmente instituídas, visto que o combate a este movimento tornou-se justificativa para apertar a repressão, arregimentar indivíduos para o Corpo Policial e de Trabalhadores, assim como para perseguir opositores e desafetos.

Sobre o estado em que se achava esse território fronteiro após a chegada do major Teive constam algumas informações em correspondências deste comandante endereçadas ao presidente da província. Em um de seus primeiros ofícios relatava que o comandante interino havia contraído algumas dívidas enquanto esteve no comando de Macapá, todavia, afirmava que qualquer gasto realizado pelo “comandante intruso dos sublevados” não seriam reconhecidos pelo “Tesouro” e que os credores deveriam recorrer a ele¹⁴⁷, ou seja, ainda que os sediciosos tenham tentado dar um aspecto de legalidade ao movimento, os atos práticos por

¹⁴⁶ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 174, 20 de setembro de 1839.

¹⁴⁷ Idem, Documento 176, 1º de novembro de 1839.

seu líder, enquanto estava no poder, foram considerados ilegais e por isso não eram reconhecidos pela autoridade legalmente constituída pelo governo provincial.

Salientava também que devido à sedição o recolhimento de impostos na vila era “diminuto” o que dificultava a compra de mantimentos. Por essa razão a princípio o major Teive precisou solicitar do governo provincial os víveres para alimentar as tropas de Macapá, ao mesmo tempo em que mandava alguns presos realizarem salga de peixes em rios próximos. Em meados de 1840, entretanto, ele informava que os soldados da vila estavam se alimentando de “carne verde”¹⁴⁸ e quando esta faltava era “difícil achar-se mantimento salgado”¹⁴⁹. Em ofícios dos últimos meses do ano de 1839, assim como em outros do ano seguinte, consta que essa falta de mantimentos era uma realidade em todas as localidades dessa região fronteiriça em que havia algum destacamento militar.

Em Mazagão, por exemplo, o comandante dizia que as escoltas eram “municipadas de pólvora e chumbo em grão para as caçadas de que tem se sustentado”¹⁵⁰. Em resposta a uma solicitação de mantimentos para os soldados destacados na ilha do Bailique enfatizava que não havia gêneros suficientes na vila de Macapá que pudesse encaminhar-lhes, mas por estarem acompanhando o capitão José Freire de Andrada Parreiras, enviado pelo governo provincial para uma expedição a essa região, e por reconhecer a importância de tal serviço, mandou comprar “huma porção de peixe seco”¹⁵¹ para enviar àqueles militares. Essas eram dificuldades já existentes antes dos casos de insubordinação aqui tratados, no entanto, com a intensificação dos recrutamentos na administração do major Teive parece que os problemas só pioravam.

Em meio a tantas necessidades o comandante de Macapá sugeriu ao presidente da província que o destacamento da ilha do Bailique deixasse de existir “poupando-se assim a despeza de quase trez contos de reis”. Isso porque, segundo ele, esse destacamento não era mais necessário, tendo em vista que o motivo que o levou a ser estabelecido não existia mais. Referia-se ao posto militar francês que havia sido evacuado em meados de 1840. E também pelo fato de que não oferecia vantagens para ser povoada, uma vez que “os plantios quase todos não produzem tanto, ou tão bem, como em outros lugares, sendo os gêneros quase todos salobros”. A ideia era que alguns soldados que pertenciam a esse destacamento fossem

¹⁴⁸ A carne verde, também chamada de carne fresca, constituía-se da carne de gado, geralmente do animal recém-abatido. Para mais informações ver Pedro Henrique Pedreira Campo. *Nos Caminhos da Acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-35*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007. (Dissertação de mestrado)

¹⁴⁹ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 59, 16 de setembro de 1840.

¹⁵⁰ APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 171, 17 de setembro de 1839.

¹⁵¹ Idem, caixa 56, Documento 47, 16 de agosto de 1840.

enviados para o Amapá onde dizia ser necessário “huma força Brasileira para de alguma forma fazer respeitar aquella fronteira”¹⁵².

Todavia, o capitão que estava em expedição por essa região comunicou-lhe que “os francezes se achavão pouco alem do ponto antigo, com intentos de não consentir destacamento militar no Amapá”¹⁵³. De acordo com Débora Bendocchi Alves (2016) após negociações diplomáticas os militares franceses recuaram para a margem direita do rio Oiapoque, mas em contrapartida exigiram que o território compreendido entre o rio Oiapoque e o rio Araguari deveria ser considerado uma região “neutra”, sem a intervenção de autoridades brasileiras ou francesas, até que houvesse uma decisão definitiva a respeito dos limites dessa fronteira. Sendo assim, em 1841, com a intermediação dos ingleses, Brasil e França acordaram pela neutralização do território em disputa, de modo que nenhuma das partes deveria ocupar esse espaço.

Desse modo, impedido de estabelecer um destacamento no Amapá, o comandante Teive decidiu manter o destacamento na ilha do Bailique, visto que este cenário exigia “toda a vigilância, prudência e circunspeção”. Assim, os soldados desse destacamento, conjuntamente com os da Colônia Militar Pedro II, fundada em 1840 as margens do rio Araguari, deveriam garantir a segurança dessa zona de fronteira. Adalberto J. Ferreira Paz enfatiza que essa condição de neutralidade fez com que ao longo do século XIX muitos sujeitos fossem atraídos em direção a essa região que ficou conhecida como contestado Franco-brasileiro, dentre os quais estavam “rebeldes, fugitivos, aventureiros e outros que percebessem as potencialidades de uma área sem governo, nem instituições formais reconhecidas, na qual poderiam governar a si mesmos” (2017, p. 105).

3.3.2 – Uma colônia militar no Araguari

Antes mesmo de os governos do Brasil e França acordarem sobre a neutralidade desse território em litígio, o governo provincial mandou instalar outro estabelecimento militar na fronteira do Cabo Norte, além do que já existia no Bailique, tratava-se da Colônia Militar Pedro II. Com esse empreendimento iniciava-se um novo momento de adoção de medidas defensivas e de ocupação para essa zona de fronteira. A ideia era ocupar militarmente a região do rio Araguari, requerido pelos franceses como linha divisória de suas possessões na América, ao mesmo tempo em que se garantiria a povoação dessa área e buscaria desenvolver a produção agrícola e pecuária local, ou seja, após o “fim da Cabanagem” e a pacificação da

¹⁵² APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 59, 16 de setembro de 1840.

¹⁵³ Idem, caixa 56, Documento 67, 5 de outubro de 1840.

província não bastava apenas continuar garantindo a defesa desse território, tornava-se necessário também ocupá-lo.

Caberia ao presidente do Pará, João Antônio de Miranda, sucessor de Souza Franco, a determinação de enviar os primeiros soldados-colonos e suas famílias para fundarem a Colônia Militar as margens do rio Araguari. Assim, em 05 de maio de 1840, 74 indivíduos entre soldados, mulheres e crianças, foram conduzidos pelo Capitão de Engenheiros, José Freire de Andrada Parreira e pelo comandante da colônia, alferes Joaquim Manoel Bahia de Meneses, para fundar esse estabelecimento militar (ALVES, 2017). O envio de soldados juntamente com seus familiares era uma tentativa de evitar as deserções, muito comum em áreas limítrofes como a aqui tratada. Já a distribuição de terras para cultivo e criação de animais, além de servir como um meio de atrair os soldados-colonos para essa região afastada da capital da província serviria também para ocupar o espaço e assim impedir possíveis ocupações francesas.

Mas, atrair famílias para esse novo projeto não foi tarefa fácil. O comandante de Macapá, Major Teive, orientado pelo presidente da província para que convidasse famílias dos distritos sob seu comando para irem habitar a região do Araguari, informava ao mesmo que, conforme as instruções recebidas, havia oficiado aos juízes de paz dos referidos distritos para que fizessem esse chamamento “e lhes fizessem ver as vantagens resultantes deste tão vantajoso estabelecimento, as quais se tornam em benefício próprio”¹⁵⁴. Assim sendo, essas autoridades locais publicaram “editais” convidando famílias que tivessem interesse em habitar aquela localidade, porém o resultado não foi nada animador. De acordo com o major Teive:

[...] o resultado de seus editos tinham sido nenhum, por isso agora digo a V.Ex.^a. que a vista do expedido, e de mais outras informações que tenho podido obter, estou intimamente convencido de que não se encontrarão famílias que por boa maneira e promessas queirão desaferrar-se dos lugares onde já estão a muito acostumados e achão algum recurso entre os parentes e amigos, e mesmo que querendo-se por via da força obrigar algumas esta medida em nada utilizará, porquanto vivendo contrafeito buscarão todos os meios de se evadirem: parece-me pois que com pessoas d’outros lugares se virá a conseguir os felizes resultados que o governo tantodeseja¹⁵⁵.

Essas informações foram repassadas ao governo da província no mês anterior a fundação da colônia e revelam as ponderações do comandante responsável por essa extensa área fronteiriça sobre o uso da arregimentação compulsória, salientando que esta não seria uma medida eficaz nessa nova política de segurança para a fronteira do Cabo Norte, visto que não traria os resultados esperados e que, portanto, era preciso convencer famílias de outros lugares a se estabelecerem no Araguari e ali constituírem um novo núcleo populacional.

¹⁵⁴ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 15, 24 de abril de 1840.

¹⁵⁵ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 15, 24 de abril de 1840.

Segundo Francivaldo Alves Nunes foi essa dificuldade em arregimentar famílias que “teria levado Antônio de Miranda a ‘lançar mão de praças de primeira linha’ na ocupação da colônia Pedro II” (2012, p. 14).

No entanto, embora fique evidente o desinteresse das famílias que já habitavam essa região em deslocar-se para o Araguari, há indícios de que tiveram algumas exceções, a exemplo de “hum homem do Corpo de Trabalhadores, casado e com seis filhos, por nome Hortêncio Antônio de Lima”¹⁵⁶, que segundo o major Teive havia se oferecido para ir se estabelecer na nova colônia. Assim, a colônia Pedro II abrigou tanto militares quanto civis, entre os quais estavam oficiais e soldados do exército, praças da polícia, indígenas, cabanos anistiados, mulheres, crianças, sendo todos subordinados ao comandante instituído como autoridade local (BASTOS, 2004; SILVA, 2013). Sujeitos que faziam parte da política promovida pelo governo provincial para ocupar e povoar essa fronteira em disputa com a França, no período pós-Cabanagem.

Além da defesa e proteção territorial essa colônia no extremo norte da província serviria para tentar impedir que escravizados fugidos e soldados desertores passassem para a região do contestado ou para a Guiana. Também funcionaria como ponto de apoio a comerciantes que circulavam por essa região, o que de certa forma representava uma tentativa de diminuir o comércio clandestino que devido à falta de fiscalização havia se tornado uma prática nesse espaço fronteiriço, e também seria um lugar que serviria para atrair os indígenas que circulavam por essa região, de modo que passassem a habitar ali.

Mas apesar da promessa de ser um lugar em que os colonos desfrutariam de “vantagens” e “benefícios”, poucos meses depois de sua fundação esse empreendimento já demonstrava o contrário, pois em uma correspondência do major Teive ao governo provincial consta que o comandante da colônia militar Pedro II havia oficiado ao comandante de Macapá que os soldados daquela colônia não tinham mantimentos para seu sustento e que iam remediando com a caça e pesca, contudo, a pólvora e o chumbo necessários para este fim também já estavam em falta, bem como se achavam “inteiramente faltos de roupa”. Por reconhecer a utilidade daquele estabelecimento, mesmo com dificuldades para sustentar os próprios militares de Macapá, enviou “noventa paneiros de farinha e cinco alqueires de sal, atendendo os que haviam ter necessidade deste gêneros”¹⁵⁷, assim como meia arroba de pólvora e uma de chumbo, e em relação as vestimentas dizia que essa necessidade cessaria quando este governo enviasse os soldos dos mesmos.

¹⁵⁶ Idem, Documento 12, 21 de abril de 1840.

¹⁵⁷ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 59, 16 de setembro de 1840.

Essas dificuldades mencionadas no ofício do comandante de Macapá não diferiam quase em nada das enfrentadas pelos militares destacados na ilha do Bailique, assim como dos militares dos demais distritos em que se desenvolvia o “serviço das armas”. Talvez devido a esse cenário de carência, bem diferente do que prometia o governo provincial, alguns militares tentaram promover um motim na colônia militar do Araguari em julho de 1840. Lembremos que pouco mais de um ano antes tinha acontecido a tentativa de motim no Bailique e a sedição em Macapá. Isso mostra a fragilidade das medidas de defesa e segurança promovidas pelas autoridades governamentais para essa zona limítrofe e as dificuldades em manter o controle sobre os sujeitos que viviam nesses espaços. Sobre o episódio ocorrido na Pedro II o comandante Joaquim Manoel Bahia de Meneses relatava o seguinte:

Participo a V. S^a. que no dia 27 de julho próximo passado parte das praças do Destacamento de meu Commando pertenderão levantar-se prometendo fazerem o que aconteceu no Destacamento do Limão, e que não efectuarão por conhecerem que a maior força hera contra, chegando ao meu conhecimento tal noticia passei logo a indagar quaes herão os da cometiva; no dia 1^o do corrente sobe que os cabeças herão os seguintes, Silvestre das Neves, Jozé Ignacio de Avis e João Evangelista, e os que já se achavão da parte delles erão os seguintes, Antônio Ricardo e Manoel de Assunção Coutinho, passei logo a dar as providencias necessarias, forão prezos todos cinco a ordem de V. S^a. no mesmo dia; forão castigados os cabeças com duzentas gibatadas e os dois cumprecis com cem, remetho a V. S^a. os tres cabeças ficando aqui os dois prezos ate que V. S^a. me ordenesobre elles o que for servido, afiançando a V. S^a que os tres que remetho não servem de utilidade alguma nesta colônia, e só sim de a desgarcarem, segundo o pecimo procedimento delles; estes sogeitos desde que aqui chegarão quaze serviço nem humfazião, servião sempre com parte de doente, porem tudo hera debaixo de hummaxavelismo, o que agora foi descoberto, espero que V. S^a se digne mandar outros que sejam bons, pois V. S^a. bem sabe que esta colônia com indivíduos maos não podeprosperar como se dezeja¹⁵⁸.

Nesse relato do comandante da colônia não aparece o que pretendiam os amotinados, mas ressalta que as informações que chegaram até ele era de pretendiam fazer o mesmo que fizeram outros militares no furo do Limão. Isso nos revela que esses pontos militares na fronteira, embora fossem lugares mais afastados da capital da província, não estavam isolados, pois como bem deixa evidenciar esse documento havia circulação de informações e outras diferentes articulações. E que inclusive os seus habitantes faziam o uso das notícias quelhes chegavam da maneira como melhor lhes convinha. Isso parece ter sido o que fizeram os sujeitos citados acima.

Além disso, parece que o plano de garantir a segurança da fronteira mais uma vez era ameaçado, embora o major Teive quando comunicou o ocorrido ao presidente da província afirmasse que “na Colonia não houve alteração, por isso que não chegou a reduzir-se a acto a

¹⁵⁸ APEP, FSPP, OCM, caixa 56, Documento 49, anexo I, 1^o de agosto de 1840.

tentativa”¹⁵⁹. Apesar do comandante Bahia de Meneses ter conseguido se antecipar a ação dos revoltosos e evitado o motim esse episódio revela que, embora houvesse um esforço das autoridades para assegurar a permanência dos colonos nessa colônia, as medidas adotadas mostravam-se insuficientes para obter os êxitos necessários, sobretudo, porque como sumariza Shirley Maria Silva Nogueira “além das deserções, os motins continuaram a ser o caminho para os soldados verem suas queixas e demandas atendidas pelas autoridades militares” (2009, p. 316).

Desse modo, com as dificuldades apresentadas poucos meses após a fundação dessa colônia militar alguns dos novos habitantes desse projeto político para povoamento e segurança do território de fronteira do Cabo Norte com a Guiana Francesa provavelmente descontente com a realidade a que foram submetidos rebelaram-se. Ainda que seus planos tenham sido frustrados, assim como ocorreu no destacamento do Bailique no ano anterior, essas revoltas em diferentes localidades dessa zona fronteira, como podemos observar, surgiram como revés, ou contradições dessas medidas de segurança, o que demonstra a dificuldade das autoridades governamentais em garantir a defesa de seu território limítrofe no extremo norte e o controle sobre os sujeitos que nele se estabeleceram.

Nesse sentido, finalizamos este trabalho salientando que militares e civis que habitavam as terras do Cabo Norte no contexto apresentado vivenciaram muitas dificuldades, especialmente em virtude das políticas de controle adotadas em diferentes momentos, mas também forjaram estratégias para tentar superá-las, seja criando alianças, estabelecendo redes de proteção, solidariedades, desertando, fugindo, reivindicando direitos, contestando autoridades instituídas pelo governo provincial. Não estiveram apáticos ao que estava acontecendo na província do Grão-Pará nem na fronteira com a vizinha Guiana Francesa. É certo, entretanto, que ainda há muito que se pesquisar sobre essa região, sobretudo no contexto da Cabanagem, período ainda pouco estudado. Assim, esperamos que este trabalho venha de alguma forma instigar outras pessoas a lançar novos olhares sobre as terras fronteiriças do Cabo Norte e os sujeitos que nela viviam.

¹⁵⁹ Idem, Documento 49, 12 de agosto de 1840.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A província do Grão-Pará foi marcada por diversos conflitos, especialmente após a eclosão da Cabanagem. E a região do Cabo Norte enquanto parte desta província não esteve aquém do que se passava nas localidades circunvizinhas. Embora autores como Arthur Cézar Ferreira Reis (1949) afirme que os habitantes de Macapá e Mazagão estiveram ao lado das autoridades instituídas legalmente pelo governo provincial sobre essa região de fronteira, observa-se no decorrer dessa dissertação que houve sim aqueles que ficaram ao lado dessas autoridades, no entanto, existiram outros que contestaram a força política local, que reivindicaram direitos, que forjaram estratégias para tentar livrarem-se das dificuldades que se apresentaram nesse contexto.

O “capitão Harris”, após sua expedição pela região do Cabo Norte no ano de 1839, escreveu em seu relatório que o soldo dos soldados que estavam trabalhando no serviço militar no interior da província e nas “ilhas na boca do Amazonas”, estendendo-se até a ilha do Bailique, estava muito atrasado, e por isso existia entre eles “espírito de descontentamento” e estas causas bastavam para explicar “os motins ocorridos nas diferentes guarnições, sem os atribuir a intriga franceza”. Essa era uma referência à sedição ocorrida meses antes na vila de Macapá e ao motim no destacamento do Bailique¹⁶⁰.

Nesse documento o capitão inglês relatava ainda que o presidente da província do Grão-Pará, Souza Franco, teria se queixado que os militares franceses que estavam ocupando o Amapá “havam acolhido pretos escravos fugidos” e os acusava também de “terem instigado as revoltas de Macapá e das Ilhas”¹⁶¹. Mas, segundo o capitão, o motivo que teria levado militares juntamente com civis, no caso de Macapá, a levantarem-se contra as autoridades estabelecidas em ambas as localidades não estava relacionado ao imbróglio diplomático com os vizinhos franceses, mas com as insatisfações internas, sobretudo no tocante aos recrutamentos para essa zona de fronteira e os atrasos nos pagamentos dos soldos.

No entanto, como vimos ao longo deste trabalho, estes não eram os únicos problemas pelos quais passavam os militares dessa região setentrional. Com as ameaças de ataques cabanos e a possibilidade de uma expansão francesa, houve uma intensa militarização nesse território, e com isso, alguns problemas já existentes tornaram-se ainda mais acentuados, de modo que a escassez de alimentos, a falta de medicamentos, as doenças, o rigor da disciplina

¹⁶⁰ Extrato do Relatório do Capitão Harris, do Navio Racehorse de S. M., acerca do posto ocupado pelos franceses, ao sul do Rio Oyapock, 1839, BND.

¹⁶¹ Ibidem.

militar também figuravam entre os motivos de insatisfação e descontentamento não só entre os soldados, mas também entre os demais habitantes das terras do Cabo Norte.

A falta de alimentos era um assunto recorrente nas correspondências das autoridades locais. Entre queixas e solicitações percebe-se que faltavam itens essenciais para que os mantimentos que não vinham da capital, ou circunvizinhança, fossem adquiridos nas próprias localidades desse espaço territorial, a exemplo da falta de pólvora e chumbo para realizar a caça, e a insuficiência de canoas para a pesca, bem como a falta de sal para a salga do pescado. O comandante Monterrozo, dias antes de ser deposto, dizia que em virtude do desabastecimento grande parte dos habitantes de Macapá estava vivendo em um estado de “pobreza e miséria”¹⁶². No entanto, essa era uma realidade vivenciada também pelos moradores de Mazagão e Bailique, distritos dessa região, assim como foi dos habitantes da colônia militar Pedro II.

Os atrasos ou falta de pagamentos dos soldos é outro tema que aparece com bastante frequência nos documentos consultados. Inclusive em um deles consta que no início de 1839 houve uma redução de 1/3 no valor que deveria ser pago aos soldados que serviam na província. Isso porque o Ministro dos Negócios da Guerra, com a anuência do presidente da província, entendeu que nesse momento não era necessário mais pagá-los essa “gratificação”, uma vez que o Grão-Pará encontrava-se quase que totalmente pacificado, com exceção do Alto Amazonas. Todavia, o governo provincial manteve o valor dos “vencimentos” dos oficiais sem alteração¹⁶³. Essas são situações que, provavelmente, contribuíram para que os ânimos de alguns militares se exaltassem.

Em um cenário no qual as próprias autoridades relatavam ter “extrema necessidade em tudo”¹⁶⁴, não era difícil que em algum momento militares e civis reivindicassem melhores condições de vida. No caso da tentativa de motim na ilha do Bailique, embora os guardas tenham sido descobertos antes mesmo de colocarem em prática seus intentos, o ocorrido demonstra o descontentamento de sujeitos que haviam sido enviados para uma zona defronteira na qual as condições materiais eram precárias, com péssimas moradias, em que os gêneros, assim como os soldos, não chegavam. E em meio a tantas dificuldades precisavam realizar diligências a procura de cabanos que saiam do posto militar francês e de seus arredores para fazer salga de peixe em rios dessa região ou que, por outros motivos, circulavam por esse território. Ao mesmo tempo em que deveriam estar vigilantes para que os

¹⁶² APEP, FSPP, OCM, caixa 48, Documento 155, 10 de junho de 1839.

¹⁶³ APEP, SSP, FJSSA, Códice 906, Documento 75, 12 de janeiro de 1839.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

franceses instalados no Amapá não avançassem até o rio Araguari, requerido por estes como o limite das possessões francesas na América.

Embora o capitão Harris desconsiderasse que os franceses poderiam ter “instigado” os atos de insubordinação sucedidos no Bailique e na vila de Macapá, como argumentava Souza Franco, ressaltamos que a proximidade do posto militar francês à ilha do Bailique, pode ter contribuído de maneira indireta com a tentativa de motim ocorrida nesta ilha, uma vez que entre os amotinados existia alguns que já tinham vivido nessa região de fronteira e possivelmente conheciam e mantinham relações com sujeitos que estavam abrigados neste posto, ou que o frequentavam, o que de certa maneira favorecia a fuga dos insubordinados para aquela área. Assim sendo, mesmo que os militares instalados no Amapá não tenham incitado os atos de insubordinação o fato de acolherem refugiados da província paraense em suas instalações já era em si uma forma de cooperar com tais ações, ainda que sem pretensão.

Assim como no Bailique a sedição ocorrida em Macapá revela o descontentamento de militares com a dura realidade a eles impostas. Neste caso, entretanto, contou com o apoio de grande parte dos habitantes que também estavam insatisfeitos com as condições materiais, sociais e políticas existentes na vila. Por meio desse movimento, militares e civis, reivindicaram direitos, denunciaram abusos de autoridade, contestaram o poder local. Conseguiram depor a autoridade máxima da vila e um de seus principais oficiais com o argumento de que estariam beneficiando rebeldes cabanos presos na fortaleza de Macapá e outros que andavam pela circunvizinhança, bem como de praticarem atos de injustiça contra o “povo e tropa”. Porém, enfatizamos que não existem evidências na documentação consultada sobre o envolvimento dessas duas autoridades com os cabanos, ou seja, o discurso de que a sedição ocorreu para evitar um ataque cabano foi apenas um elemento de retórica para garantir a tomada do poder local.

Assim sendo, essa suposta convivência dos homens depostos mostrou-se como uma estratégia discursiva dos sediciosos para alcançarem motivações políticas, econômicas e sociais. Mas, além disso, demonstra que militares e demais habitantes envolvidos na sedição, estavam atentos ao que acontecia ao seu redor e por meio de interesses convergentes, juntaram-se contra inimigos em comum de modo que a sedição revelou redes de proteção existente entre militares e sujeitos da elite local; alianças entre membros de diferentes segmentos sociais; anseios e expectativas em comum; laços de solidariedade; assim como, disputas de poder, embates entre desafetos e conflitos político-sociais existentes na vila de Macapá no final da década de 1830.

Já em 1840, ano que marca o fim da Cabanagem e o estabelecimento da colônia militar Pedro II como adoção de novas medidas defensivas para essa região, ocorre outra tentativa de motim, evidenciando que os esforços das autoridades para manter o controle sobre o território de fronteira, e as pessoas que nele habitavam, não estavam sendo tão eficazes. Embora o motim de 1840 tenha sido evitado o mesmo não aconteceu anos mais tarde, em 1855, quando um grupo de soldados assassinou o então comandante do destacamento instalado na colônia Pedro II. O que de certa forma demonstra que a disciplina e normas militares empregadas pelos oficiais para obrigar os sujeitos enviados para esse estabelecimento a tornarem-se colonos não teve o resultado esperado, ao contrário, suscitou novas insubordinações.

Nesse sentido, os atos de insubordinação apresentados neste trabalho demonstram que muitos sujeitos que viviam nessa região fronteiriça do Cabo Norte buscaram meios para sobreviver e resistir em um contexto em que diferentes políticas de controle e segurança foram sendo aplicadas. Todavia, cabe ressaltar que mesmo após a “pacificação” da província, no período pós-Cabanagem as condições de vida das pessoas que habitavam os diferentes distritos do Cabo Norte permaneciam as mesmas, visto que as medidas adotadas pelas autoridades provinciais e locais mantiveram os alistamentos militares e o trabalho compulsório, de modo que com a neutralização do território contestado muitos sujeitos passaram a viver nessa área de fronteira sem soberania definida. Assim, finalizamos este trabalho com a certeza de que a problemática não se encerra aqui e que ainda há muito que se pesquisar sobre a região do Cabo Norte na primeira metade do século XIX.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP

- Caixas dos Comandos Militares da Província do Grão-Pará
Caixa 48: 1839
Caixa 56: 1840
- Códices: 853, 876, 906, 1006

Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI

- Códices:
Avisos recebidos do Pará (1825-1841)

Biblioteca Nacional Digital – BND

- Extratos do relatório do Capitão Harris do Navio Racehorse de S.M, acerca do posto ocupado pelos franceses ao sul do rio Oiapoque

REFERÊNCIAS

ALVES, Débora Bendocchi. O paradeiro dos soldados desertores da Colônia Militar Pedro II. Contestado Franco-Brasileiro, 1840-1864. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2017.

_____. Reação francesa às ameaças de Cabanos e Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841). *Almanack*, n. 14, 2016, p. 160-195.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. O Brasil e as repúblicas hispano-americanas no vale Amazônico: relações transfronteiriças (1820-1850). In: VARGAS, Jonas Moreira (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

_____. *Os Braços da (Des)Ordem: Indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados dos XIX)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. (Dissertação de mestrado)

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos Caminhos da Acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do rio de Janeiro, 1808-35*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Tomada de Caiena vista do lado francês*. Revista Navigator, v. 6, n. 11, p. 13-23, 2010.

CASTRO, Adler Fonseca Homero. O Fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999.

COMISSOLI, Adriano. Soberania em território alheio: comandantes e espiões ibéricos nas fronteiras da América, séculos XVIII e XIX. *Almanack*, 2021.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

DEFERT, Daniel. “Heterotopia”: Tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, M. *O Corpo utópico, As heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1, 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Ijuí, SP: Hucitec, 2003, p. 431-468.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada – a teia do parentesco em Pernambuco*. I. ed., Guarulhos, São Paulo: ABC Editorial, 2011.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A historiografia do Rio Grande do Sul e a abordagem da fronteira. In: VARGAS, Jonas Moreira (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: O protesto Negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

_____. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Entre fronteiras e limites: identidades e espaços transnacionais na Guiana Brasileira - séculos XVIII e XIX. *Estudo Ibero-Americanos*, v. 28, n. 1, p. 21-50, 2002.

GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Indígenas e Africanos. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das ideias*, v. 21, p. 389-440.

KRUGER JUNIOR, Dirceu Arno. Foucault: A heterotopia como alternativa para pensar o espaço social. *Revista Enciclopédia de Filosofia*, v. 5, p. 22-37, 2016.

LIMA, Ana Renata do Rosário. *Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

_____. O “Campo Negro” dos Cabanos no Acará. In: COELHO, Mauro C.; GOMES, Flávio dos S.; MARIN, Rosa Elizabeth A.; PRADO, Geraldo; QUEIROZ, Jonas M. de (Orgs.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005.

LOBATO, Sidney. Fronteirizações em tempos de Cabanagem: apropriação geopolítica da natureza na expansão dos limites da Guiana Francesa. In: LOBATO, Sidney (org.) *Fronteirizações: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional (séculos XVIII e XIX)*. Belém – PA: Paka-Tatu, 2021.

LYNCH. Christian Edward Cyril. Liberalismo: Brasil. In: SEBASTÍAN, Javier Fernández. (Director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: La era de las revoluciones, 1750-1850 – Iberconceptos-I*. Fundación Carolina. Madrid, 2009.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Tese de doutorado)

_____. As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da Cabanagem e o papel do parlamento. *Revista de História (São Paulo)*, p. 281-317, 2016.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: As experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 69-107, 2º - 2003.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina: correspondências do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. v. 3, 2 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo I.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. *História dos índios no Brasil*, v. 2, p. 281-296, 1992.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750- 1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOURA, Danielle Figuerêdo. *“Malfadada Província”: lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2009. (Dissertação de mestrado)

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. A experiência missionária da Companhia de Jesus nas Terras do Cabo Norte (Amapá) no século XVII. *Revista Canoa do Tempo*, v. 11, n. 2, p. 253-274, 2019.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Universidade Federal da Bahia, 2013. (Tese de doutorado)

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva; GOMES, Flávio dos Santos. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. In: *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, Ano III, nº 01, Abril de 2012.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; MAGALHÃES, Maria das Graças Dias. Questão do Pirará: Roraima. *Textos e Debates*, v. 1, n. 14, 2012.

PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017. (Tese de Doutorado)

PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. A suspensão constitucional no Pará com a Lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840). Belém: Universidade Federal do Pará, 2018. (Dissertação de mestrado)

PICANÇO, Estácio Vidal. *Informações sobre a História do Amapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. *Terras das Águas*, v. 1, p. 148-172, 1999.

_____. O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 2, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora UNESP, p. 153-170, 2008.

_____. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v. 11, p. 5-30, 2007.

_____. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). *Boletín Americanista*, n. 58, p. 77-95, 2008.

_____. Llagas de guerra y actos de fe política: La «Cabanagem» en la narrativa historiográfica y antropológica. *Boletín americanista*, n. 64, p. 33-57, 2012.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Versal, 2017. Parte IV.

ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Tempo*, v. 23, n. 3, p. 528-545, 2017.

ROMANI, Carlo. Algumas geografias sobre a fronteira Franco-Brasileira. *Ateliê Geográfico*. Goiania-GO: UFG – IESA. v. 2, n. 1, p. 43-64, 2008.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SANTOS, Eldo Silva dos. *Alterações geomorfológicas no baixo rio Araguari e seus impactos na hidrodinâmica e na qualidade da água*. Tese (Doutorado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2017.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Para além de Tordesilhas: Dinâmica territorial setentrional litorânea do Brasil colonial. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – XVI SIMPURB*, v. 1, p. 2049-2068, 2019.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8 ed. Rio de Janeiro: Empreza Literária Fluminenses, 1890. v. I.

SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Belém, Universidade Federal do Pará, 2013. (Dissertação de mestrado)

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006. (Tese de doutorado)

SOUZA, Sueny Diana Oliveira. *Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016. (Tese de Doutorado)

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*. Valer Editora, 2009.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Territórios e Fronteiras*, v. 10, n. 2, p. 342-367, 2017.

WEHLING, Arno. A Conquista de Caiena – 1809: Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras. *Revista Navigator*, v. 6, n. 11, p. 9-12, 2010.